

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL
MARCO TÚLIO MELO MORAIS

TRABALHADORES E VIVERES SOCIAIS: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS
NA AGRICULTURA E NO MUNICÍPIO DE SANTA JULIANA-MG. (1990-2010)

UBERLÂNDIA
2012

MARCO TÚLIO MELO MORAIS

TRABALHADORES E VIVERES SOCIAIS: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS
NA AGRICULTURA E NO MUNICÍPIO DE SANTA JULIANA-MG. (1990-2010)

Dissertação submetida Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação do Professor Dr. Sérgio Paulo Morais.

UBERLÂNDIA

2012

MARCO TÚLIO MELO MORAIS

TRABALHADORES E VIVERES SOCIAIS: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS
NA AGRICULTURA E NO MUNICÍPIO DE SANTA JULIANA/MG. (1990-2010)

Dissertação submetida Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação do Professor Dr. Sérgio Paulo Morais.

Área de Concentração: História Social

DATA DE APROVAÇÃO: ____/____/____

Prof. Dr.^a Rejane Meireles Amaral Rodrigues - Unimontes - Montes Claros-MG

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida - UFU – Uberlândia

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais - UFU - Uberlândia

(Orientador)

Dedico este trabalho a Renata Carolina Resende
por sua companhia e coragem

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais que, com todas as dificuldades vividas ao longo de suas vidas, colocaram em primeiro lugar a necessidade dos filhos alcançarem uma boa educação, contribuindo, portanto, de forma moral e material. Em especial, quero agradecer à minha companheira e amada Renata, pelo afeto, paciência nos momentos de tensão, pelas conversas confortantes e pela força que transmitiu durante toda nossa caminhada.

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para o levantamento das documentações e, principalmente, àqueles que se dispuseram a enfrentar o gravador e contribuir com suas experiências para a elaboração de trabalho. Quero deixar aqui um abraço carinhoso ao Sr. Juarez e a Sra. Zilda pelo apoio com relação ao exemplo de uma vida dedicada incondicionalmente ao trabalho. Um grande abraço aos amigos e colegas de graduação mestrado pelas conversas e discussões, em especial ao amigo Geraldo, parceiro nos momentos de tensão e descontração. Ao grande amigo Renato que, com todas as dificuldades em se manter bons amigos na vida adulta, sempre esteve presente. Aos professores da linha de pesquisa trabalho e Movimentos Sociais pela oportunidade de, junto deles, desenvolver esta pesquisa. Em especial, à professora Dilma Andrade de Paula pela participação na banca de qualificação e enorme contribuição nas discussões aqui apresentadas.

Ao professor Paulo Roberto de Almeida, agradeço pelas portas que deixou sempre abertas desde a graduação, e, principalmente, pela contribuição intelectual. Por fim, agradeço especialmente ao meu professor, orientador e amigo Sérgio Paulo Morais pela dedicação despendida, sempre disposto a sentar, conversar e orientar, agradeço também pelo incentivo e apoio, tanto pessoal quanto intelectual, durante toda a pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho discute o processo de transformação nas relações de trabalho e produção que ocorreram no município de Santa Juliana principalmente a partir do ano de 1997, considerando que esse processo, ao que parece, está diretamente ligado à necessidade de mão de obra para o trabalho nas lavouras do local. Buscamos compreender como foram processadas essas transformações, abordando os interesses envolvidos tanto por parte dos trabalhadores quanto por parte dos administradores do município e dos grandes proprietários rurais. A partir da trajetória de diferentes trabalhadores, buscamos compreender a dinâmica de exploração do trabalho no campo justificada – ou melhor, orientada – pela noção de proteção e melhoria do meio ambiente. Portanto, compreender como procederam as transformações na organização social, econômica e cultural da cidade, bem como apreender os significados atribuídos a essa nova dinâmica na constituição do local, tanto por moradores mais antigos e mais novos, quanto pelos trabalhadores advindos de outras regiões do país, são questões presentes nesta investigação.

Palavras Chaves: Trabalho. Migração. Trabalhadores.

ABSTRACT

This paper discusses the process of transformation in the relations of labor and production that occurred in Santa Juliana mainly from the year 1997, whereas this process, it seems, is directly linked to the need of manpower for the job crops in the area. We seek to understand how these changes were processed addressing the interests involved by both workers and managers on the part of the municipality and the landowners. From the trajectory of different workers seek to understand the dynamics of labor exploitation in the field justified, or rather guided by the notion of protecting and improving the environment. Therefore, to understand how the transformation proceed in the social, economic and cultural city as well as understanding the meanings attributed to this new dynamic in the constitution of local residents by both older and younger, and by workers coming from other regions of the country are issues in this investigation.

Keywords: Labor. Migration. Workers

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quadro apresentando números referentes aos ramos de atividade nos quais os trabalhadores de Santa Juliana estavam envolvidos no ano de 1950.....	35
Figura 2 – Quadro apresentando números referentes a produção agrícola no município de Santa Juliana no ano de 1955.....	36
Figura 3 – Quadro apresentando números referentes aos principais produtos agrícolas produzido no ano de 2003.....	49
Figura 4 – Propaganda do Ministério da Agricultura publicada pelo jornal “Correio de Uberlândia” em 09/09/1983.....	54
Figura 5 – Propaganda do Ministério da Agricultura publicada pelo jornal “Correio de Uberlândia” em 28/09/1983.....	56
Figura 6 – Fotografia apresentando pessoas trabalhando na construção do sistema de esgotamento sanitário de Santa Juliana.....	69
Figura 7 – Fotografia apresentando pessoas trabalhando na colheita da cenoura no município de Santa Juliana.....	81
Figura 8 – Fotografia apresentando pessoas trabalhando na atividade de plantação de cenoura no município de Santa Juliana.....	88
Figura 9 – Fotografia apresentando pessoas trabalhando na atividade de lavação de batatas no município de Santa Juliana.....	89

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	09
CAPÍTULO I – “SANTA JULIANA É UMA CIDADE QUE TEM EMPREGO”: TRABALHADORES, TRABALHO E MIGRAÇÃO.....	33
CAPÍTULO II – “ANTIGAMENTE NÃO TINHA NADA DISSO AQUI”: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS NO MUNICÍPIO DE SANTA JULIANA.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
FONTES.....	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	105

APRESENTAÇÃO

A investigação realizada buscou apreender as transformações sociais ocorridas no município de Santa Juliana-MG, dispensando especial atenção ao período compreendido entre os anos de 1997 e 2011. Com aproximadamente 11337 habitantes¹, a cidade está localizada no interior do Estado de Minas Gerais às margens da rodovia federal BR-452 que liga as cidades mineiras Uberlândia e Araxá. A economia no município é voltada essencialmente para o campo com uma produção agrícola consideravelmente diversificada. Contudo, essa diversificação da produção é algo recente e faz parte de um conjunto de soluções apresentadas pela prefeitura local como forma de resolver “*os problemas da questão ambiental no município de Santa Juliana*”².

A escolha do tema não ocorreu ao acaso, mas a partir da participação (em 2009) no projeto de pesquisa *Histórias, memórias e cidadania: estudo sobre os fluxos migratórios de trabalhadores para o Triângulo Mineiro nas últimas décadas*. O projeto em questão, com financiamento da FAPEMIG, era coordenado pelos professores Paulo Roberto de Almeida e Sérgio Paulo Moraes, do Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho. O objetivo geral do projeto era “a investigação e coleta de dados sobre as condições de vida e cultura de trabalhadores migrantes pobres, oriundos de várias regiões do Brasil, que chegaram à região do Triângulo Mineiro nas duas últimas décadas”³. Como bolsista de Iniciação Científica, meu trabalho consistia na constituição, recolhimento, organização e disponibilização – por meio de centros de documentação públicos – de fontes que evidenciassem a presença destes.

Uma parte essencial de meu trabalho como bolsista consistia na produção de entrevistas com esses trabalhadores. Para tanto, era necessário o deslocamento até as cidades nas quais, sabíamos, haveria tais sujeitos. Foi na busca por esses trabalhadores e a partir do diálogo com os mesmos que obtive informações sobre a presença de uma usina de álcool em Santa Juliana. Munido dessa informação, desloquei-me até o município com o intuito de

¹ Dados disponíveis no site do IBGE: <http://www.ibge.gov.br>

² Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana – Gestão de 1997 a 2000, p. 21.

³ ALMEIDA, Paulo Roberto de.; MORAIS, Sérgio Paulo.; RESENDE, Renata Carolina. Apresentação – Transformações sociais e questões ambientais na região do Triângulo Mineiro. Revista História e Perspectivas, nº 41, Uberlândia, UFU, 2009, p. 212.

contatar os cortadores de cana e, então, entrevistá-los. No entanto, a partir do diálogo com alguns trabalhadores rurais locais e da ausência dos cortadores, tornou-se possível notar que, além das plantações de cana, o município de Santa Juliana é grande produtor de outras culturas agrícolas, dentre elas o feijão, a batata inglesa, a cenoura e o alho. Ficou evidente também que ali se encontrava um grande número de trabalhadores rurais advindos de outras regiões do país com o propósito de trabalhar nas plantações.

Minhas impressões, quando de minha chegada a Santa Juliana, eram direcionadas pelo projeto com os trabalhadores migrantes do corte de cana e suas experiências na região do Triângulo Mineiro. Digo que estava, nesse momento, à procura de trabalhadores migrantes para a compreensão de suas experiências e, até então, a maioria dos trabalhadores com os quais estávamos tendo contato trabalhava no corte da cana. Grande parte destas pessoas permanecia nas cidades apenas durante o período da safra, que perdurava em torno de nove meses. Em seguida, retornavam para os locais dos quais partiram, onde a maioria dos entrevistados possuía familiares – desde avós, pais e irmãos, a esposa, filhos e netos. Mesmo havendo evidências de que alguns trabalhadores haviam se fixado em algumas das cidades ou distritos investigados, eu os tratava como migrantes. Assim, ao enxergar esses trabalhadores como migrantes, terminei por cristalizar essa noção, tornando-a um pressuposto – um erro grave, em minha opinião.

De acordo com as evidências, esses trabalhadores partem de diferentes regiões do Brasil, sendo a maioria proveniente dos estados da região Nordeste e da região mineira do Vale do Jequitinhonha. Entre as motivações mais comuns apontadas pelos trabalhadores para a saída de suas regiões estão a falta de oportunidade de trabalho, a possibilidade de criarem condições de sobrevivência no local em que se encontram ou melhorarem-nas em seus locais de origem, além da necessidade de aquisição de bens de consumo duráveis e não duráveis tais como eletrodomésticos, meios de transporte pessoal, alimentação, vestimenta, dentre outros.

Notamos, sobretudo, que o próprio ato de migrar está relacionado diretamente à sua condição de classe para essas pessoas. Se o trabalhador depende da venda de seu trabalho como condição para a busca de sua sobrevivência e a saída das regiões em que nasceram é justificada, na maioria das entrevistas em Santa Juliana, pela falta de trabalho, permito-me perceber o próprio processo de migração como parte importante na compreensão das experiências desses trabalhadores e, principalmente, das perdas que estes vêm acumulando ao longo de suas trajetórias.

Ao chegar a Santa Juliana eu estava em busca de pessoas com experiências semelhantes. Entretanto, deparei-me com pessoas advindas de outras regiões do Brasil e que chegaram ao município à procura de emprego, mas que já residiam na cidade há pelo menos sete anos. Neste momento, o foco da investigação mudou. Decidi, então, tomar como ponto de partida as transformações sociais que ocorreram na cidade de Santa Juliana a partir do momento em que pessoas de outras regiões se mudaram para lá motivados, principalmente, pelos postos de trabalho criados nas lavouras de batata, cenoura, cebola, feijão, alho etc.

A escolha em explorar essas condições não ocorreu por acaso, mas sim por acreditar que como historiadores temos, antes de tudo, de nos colocar no enredo que estamos construindo. Essa postura envolve algo que diz respeito ao compromisso social do historiador, ou seja, é nossa a escolha do que devemos valorizar como pesquisadores da realidade social. Além disso, as escolhas caminham de mãos dadas com uma possibilidade de transformação – de forma ainda modesta e paulatina, claro – da realidade social.

O que me chamou a atenção em Santa Juliana foi justamente o fato de que muitos destes trabalhadores que migraram para o município para trabalhar nas diversificadas lavouras encontraram condições que os permitiram morar naquela cidade. Um dos elementos apontados em várias das entrevistas como o que possibilitou a permanência no município foi a grande oferta de emprego, o que diferencia de Santa Juliana de outros municípios da região. A partir daí, os trabalhadores rurais criaram a expectativa de que não ficariam sem trabalhar nos períodos de entressafras. Como a produção é diversificada, assim que finda o trabalho em determinado cultivo, existem outros aos quais os trabalhadores podem se dedicar. Com o término da colheita da cenoura, passa-se à da cebola, por exemplo, e assim por diante.

Investigar as transformações ocorridas com o deslocamento de diversos trabalhadores para essa cidade foi (e ainda o é) uma tentativa de trazer tais sujeitos para o centro das discussões historiográficas. Relegados ao esquecimento por grande parte dos historiadores, esses sujeitos podem ajudar-nos a compreender a dinâmica de exploração que sustenta o atual modo de produção, colocando-nos frente às suas necessidades e expectativas traduzidas nas interpretações e significados que atribuem às suas experiências no presente. Portanto, assumir “a perspectiva de lidar com homens e mulheres não como indivíduos compartimentados, mas fazendo-se socialmente, compartilhando experiências e memórias, moldando a realidade ao

tempo em que são moldados por ela”⁴ nos ajuda a manter a possibilidade de sempre caminhar no sentido da ampliação do conhecimento histórico em contrapartida às generalizações criadas sobre bases epistemológicas essencialmente idealistas.

Durante quase todo o tempo da pesquisa estive procurando transformações sociais sem me preocupar em analisar as fontes e me ater às evidências. Sempre que lia uma entrevista ou outro documento qualquer, a noção de *transformações sociais* nublavam outras possibilidades. Falar da trajetória dos trabalhadores, no primeiro capítulo, permitiu deixar de lado a questão da transformação – ao menos a determinação desta noção em relação à investigação. No confronto das evidências, orientei-me pelas aproximações e distanciamentos entre as trajetórias dos entrevistados e as interpretações dadas pelos mesmos e, a partir daí, pelo modo como se relacionavam com as demais documentações. A chegada à cidade, as questões envolvendo o trabalho, as conquistas e perdas, temas recorrentes em seus relatos, nortearam a análise e permitiram certa aproximação com a noção da *lógica histórica* defendida por Thompson.

A partir daí tornou-se um pouco mais clara a noção de que no diálogo com as fontes devemos estar atentos à noção de que a história necessita “[...] de um tipo diferente de lógica, adequado aos fenômenos que estão sempre em movimento, que evidenciam – mesmo num único momento – manifestações contraditórias”⁵. Portanto, como a história não pode ser fixada em nenhuma estrutura em função de seu caráter transitório, podemos dizer o mesmo da construção de seu conhecimento. O que queremos dizer é que o historiador é quem atribui sentido à narrativa histórica a partir do momento em que interroga e interpreta as fontes, e que estas só têm algo a dizer a partir do momento em que o historiador tem algo a lhes perguntar. A compreensão dessa relação é o primeiro passo na elaboração do conhecimento histórico.⁶

Ainda no que diz respeito a tal relação, é importante ressaltar que a pesquisa, amparada por indagações e reflexões levantadas a partir do diálogo com os trabalhos – em alguns momentos ao longo da graduação, com os próprios pesquisadores da linha Trabalho e

⁴ KHOURY, Yara Aun. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. IN: MACIEL, Laura A.; ALMEIDA, Paulo R.; KHOURY, Yara Aun (orgs.). Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Olho D'Água, 2005, p. 22-43.

⁵ THOMPSON, Edward P.. Intervalo: a lógica histórica. In: A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Trad. de Waltensir Dutra. Editora: Copyleft, 2009, p. 56.

⁶ THOMPSON, Edward P.. Intervalo: a lógica histórica. In: A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Trad. de Waltensir Dutra. Editora: Copyleft, 2009, pp. 55-73.

Movimento Sociais –, parte de perspectivas que almejam compreender os homens sem perder a dimensão de que estes vivem de forma relacional, ou seja, constroem o dia a dia socialmente.

Para refletir a respeito dos conceitos trabalhados ao longo da dissertação, as inquietações de Raymond Williams acerca da noção de “cultura”, publicadas em “Marxismo e Literatura”, foram de grande valia, pois apresentam alguns esclarecimentos com relação aos cuidados que devemos tomar com os conceitos e/ou noções com os quais trabalhamos.

“[...] os conceitos mais básicos – os conceitos, como se diz, dos quais partimos – não são conceitos, mas problemas, e não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos, não há sentido em se dar ouvidos aos seus apelos ou seus entrecosques ressonantes. Resta-nos apenas, se o pudermos, recuperar a substância de que suas formas foram separadas.”⁷

Perceber que os conceitos estão – assim como a história – em movimento constante, e que esse movimento é, em si, contraditório, tem ajudado a entender que quando indagamos nossas evidências não devemos ter por base noções que estejam (ou mesmo pareçam) cristalizadas. Faz-se necessário que tenhamos como pressuposto as contradições presentes na construção dos conceitos; ou seja, ao lidarmos com determinada expressão é preciso que tenhamos ideia de que estas devem caminhar coerentemente com nossos problemas.

Ao enfrentar o diálogo com as fontes, sem esquecer as recomendações de Williams, um problema importante surge como necessidade de aprofundamento. Pensando, quando da elaboração do projeto de pesquisa, nas trajetórias de trabalhadores oriundos de diversas regiões do Brasil, tomamos como pressuposto a noção de que estes são trabalhadores rurais migrantes.

M.T.: 20. Tem quanto tempo que você está em Santa Juliana?

R.: Tem 9 anos.

M.T.: 9 anos?!

R.: É!

⁷ WILLIAMS, Raymond. Cultura. In: WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 17.

M.T.: Você veio pra cá por causa de que?

R.: Por que lá onde nós morávamos lá a falta de serviço é muito grande. E ai primeiro veio meu pai e a família, né. Não, primeiro veio meu pai, né, depois a família. Trouxe a família, né. Passou um tempo aqui, falou que aqui era bão de serviço, né. E aí nós mudamos tudo de lá, né. Tá trabalhando no serviço aqui. Tem até casa aqui, né. Mais primeiro, antes de nós morar aqui na Juliana nós morou lá em Patrocínio, né.

M.T.: Ah, tá!

R.: Na panha do café.⁸

Pensando a partir das orientações de Williams com relação às precauções que devem ser tomadas quando realizamos o trabalho com os conceitos, percebo que as motivações que animaram minha tentativa de ingresso no mestrado – no caso, a busca pelos modos de vida dos trabalhadores rurais migrantes que se empregavam na cidade de Santa Juliana – se desfizeram, dando lugar a novas perspectivas.

Analisando o trecho acima, extraído de uma entrevista realizada com um rapaz que se mudou com os pais para a cidade ainda adolescente, percebemos que o ato de migrar, para algumas dessas pessoas, só é realizado quando estas o veem como necessidade antes de vê-lo como uma vontade. Logo que encontram condições para fixar moradia, o fazem até o momento em que as condições tornam a migração algo necessário. A família de Rivaldo, rapaz com 20 anos de idade, ao encontrar na cidade estas condições, se fixa e consegue manter o trabalho.

O que estou querendo dizer é que denominar esses trabalhadores “migrantes” talvez não seja adequado, pois assim que conseguiram criar condições para se estabelecerem em Santa Juliana, o fizeram. A partir desse momento, passei a percebê-los não apenas como migrantes, mas como trabalhadores sujeitos a pressões; trabalhadores que, em um ou mais momentos de suas vidas, recorreram à migração como um meio de melhorar suas condições de vida, migração que geralmente é relacionada à busca de algo que lhes faltava – seja trabalho, moradia fixa ou outras motivações. Assim, faço valer as afirmações de Williams no sentido de que passo agora a compreender que os conceitos, sendo encarados como problemas históricos, devem ser apreendidos e/ou indagados tendo em vista seu movimento; ou seja, os conceitos são elaborados com vistas a explicar a realidade social em que estão inseridos os sujeitos que os elaboram.

⁸

Rivaldo Cícero. Trabalhador rural residente na cidade. Entrevista realizada no dia 01/09/2009.

Outra noção que merece atenção é a de “trabalhador rural”. Com o desenrolar das investigações, posso afirmar que o termo foi por mim analisado levando-se em consideração apenas o trabalho dessas pessoas. Entretanto, em algumas conversas informais pude perceber que essas pessoas, por necessitarem do emprego para se manterem, optam pelo trabalho rural porque lhes é oferecido como possibilidade e, principalmente, possuem experiência. Porém, ao me colocar diante de suas trajetórias, percebo que os trabalhos que realizam são diversificados e logo que encontram a oportunidade, passam a trabalhar com as práticas que exerciam em suas cidades ou mesmo as que possam ter aprendido em Santa Juliana.

Tenho como exemplo desse fato a profissão de pedreiro. Com o aumento da população da cidade de Santa Juliana, concomitantemente tem-se o aumento no número de construções. Sendo assim, aqueles que possuem experiência em tal ofício optam pelo trabalho na construção civil, abandonando as lavouras.

Algo que tenho percebido como de grande valor no diálogo com os textos de Raymond Williams é o *materialismo cultural*. Perceber que a cultura não está arraigada ao campo do erudito, mas que está presente no campo do processo social, na vida cotidiana experimentada pelos homens, permite-me valorizar elementos que estão em confluência com pensamentos que se formaram muito antes da vida acadêmica. A tarefa que se coloca é fazer com que essas preocupações tenham respostas claras na realização do trabalho escrito.

Um capítulo de Williams que me chama muito a atenção é “Hegemonia”⁹. No texto, tem-se:

Na prática, o conceito de hegemonia [...] não exclui, é claro, os significados, valores e crenças formais e articulados, que uma classe dominante desenvolve e propaga. Mas não os equaciona com a consciência, ou, antes, não reduz a consciência a eles. Vê ao contrário, as relações de domínio e subordinação, em suas formas como consciência prática, como efeito de saturação de todo processo de vida – não só de atividade política e econômica, não só de atividade social manifesta, mas de toda substância de identidade e relações vividas, a uma tal profundidade que as pressões e limites do que se pode ver, em última análise, como sistema econômico, político e cultural, nos parecem pressões e limites de simples experiência e bom senso. A hegemonia não é então apenas o nível articulado superior de ‘ideologia’, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como ‘manipulação’ ou ‘doutrinação’. É todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e

⁹ WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 111-117.

constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente [...] é no sentido mais forte uma ‘cultura’, mas uma cultura que também tem de ser considerada como o domínio e subordinação vividas de determinadas classes.¹⁰

A partir do trecho acima, recortado do supracitado capítulo, refletimos sobre alguns elementos importantes para as discussões presentes nessa pesquisa.

Em primeiro lugar, tomamos a dimensão da abrangência de tal conceito na medida em que, para Williams, “hegemonia é um conceito que inclui imediatamente, e ultrapassa, dois poderosos conceitos anteriores”¹¹ – são eles os conceitos de “cultura” e “ideologia”. Na minha avaliação, o que o autor pretende é nos colocar diante das práticas sociais vividas pelos homens; assim, os conceitos de cultura e ideologia terminam por não valorizar a potência dos sujeitos em suas relações como um todo¹². Descartá-los também não seria o caso, saliente-se.

Quanto à noção de “cultura”, Williams afirma que a ideia de que essa seria “todo o processo social” não considera as diferenças e desigualdades que existem socialmente, anulando até mesmo a noção de “luta de classes”. Já com a noção de “ideologia” aconteceria o contrário. Tomada como os interesses de determinadas classes, a noção acaba aumentando a distância entre elas por apresentar os “significados, valores e crenças com uma abstração – visão de mundo, ou perspectiva de classe”. Deixando de lado as relações sociais.

Portanto, em segundo lugar, assumir a perspectiva de Williams sugere o reconhecimento de que o conceito de hegemonia promove uma ampliação do olhar para com as relações sociais, permitindo percebermos que a luta de classes não se resume à exploração. Com isso, fica claro que, para o autor, nas mais variadas relações investigadas a dominação não parte exclusivamente de um viés econômico, o que nos permite pensar na possibilidade de análise de temas ligados a processos distintos. Em outros termos, a noção (conceito) de hegemonia nos ajuda a valorizar ações que, durante vários séculos, sofreram uma espécie de apagamento em benefício de uma história que valorizava especialmente os feitos políticos de

¹⁰ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 113.

¹¹ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 111.

¹² Acredito que neste momento o autor realiza uma crítica ao marxismo ortodoxo buscando avançar as discussões e reflexões e também se posicionar politicamente. Às vezes me parece que tal empreitada se realiza no sentido de busca por espaço acadêmico, contudo, cabe dizer que meu embasamento é puramente especulativo, sendo necessária maior investigação para transformá-lo em afirmação.

uma elite detentora não só do poder político e econômico, mas também das formas como a história era apresentada e representada.

Por fim, cabe dizer que “hegemonia” nos coloca em contato com as práticas daqueles considerados como simplesmente subordinados, criando condições para que possamos perceber não somente as opressões, mas também perceber muitas das maneiras por meio das quais os homens se colocam cotidianamente. Podemos então afirmar que essa noção é vista como algo que está sendo construído socialmente de forma paulatina e atravessada por momentos de luta intensa, o que nos ajuda, ao estudarmos os processos históricos, perceber as contrariedades que motivam os homens em suas experiências que são históricas, aproximando-nos, assim, de práticas que permitem evidenciar resistências, conciliações, dissidências, entre outras noções.

As leituras de Williams contribuíram no sentido de dar corpo ao trabalho – ou seja, torná-lo mais consistente – na medida em que orientaram sobre a preocupação devida aos conceitos que, neste caso, dizem respeito aos homens e suas relações sociais. Para isso, o conceito de hegemonia, sobre o qual procurei anteriormente estabelecer alguma reflexão, serviu-me de orientação para perceber transformações ocorridas no município.

Uma entrevista realizada em setembro de 2009 com o Sr. João Claudio da Silva (65 anos, aposentado e morador de Santa Juliana desde seu nascimento) em uma praça afrente da igreja matriz da cidade é bastante representativa do movimento que venho buscando. Ao ser perguntado do sobre as transformações ocorridas na cidade nos últimos 10 anos, aponta:

J.C.: ...a chegada da usina de cana, os pessoal das batatas, da cebola, os hortifrutigranjeiro. Então Santa Juliana desenvolveu muito nesse sentido. Aqui não falta mão de obra. Aqui até tem que vim pessoas de fora. Aqui tem muita gente que vem da Bahia aí, de todos os cantos pra poder.... é.... prestar serviço no município.

M.T.: E o que o senhor tem notado como diferente?

J.C.: A diferença do comércio, né. Quer dizer, melhorou o comércio. E a tendência é melhorar cada vez mais. Porque com a vinda dessa usina.... tá dizendo que até 2010, 2011 já vai fabricar o açúcar...¹³

¹³ João Claudio da Silva. Morador nascido e criado na cidade de Santa Juliana. Entrevista realizada no dia 01/09/2009.

Como morador da cidade, achamos significativo ele relatar as transformações a partir das mudanças nas relações de produção, que vêm ocorrendo no município nos últimos quinze anos. As mudanças nas culturas plantadas no município, iniciadas na segunda metade da década de 1990, assim como a chegada da “usina de cana”, são atividades produtivas associadas diretamente ao desenvolvimento por ele. Resta salientar que não devemos deitar sobre dicotomias e colocarmos as mudanças ocorridas no direcionamento da produção agrícola como em separado da chegada da usina. Temos de aqui levar em consideração que iremos

lidar com a crítica à dualidade entre campo e cidade, que qualificava o primeiro como o lugar do atraso, do arcaico e da reação ou do idílico e do paraíso perdido e, o segundo, como lugar do progresso, da racionalidade e da revolução ou da desagregação. [...] propor uma compreensão na qual campo e cidade aparecem articulados e conectados por um mesmo tempo histórico.¹⁴

Outro elemento importante exposto por João Cláudio trata-se da vinda de pessoas de outras regiões para “prestar serviço no município”¹⁵. Ao relatar sobre a não existência da falta de mão de obra, ele nos permite pensar na possibilidade da construção de um discurso pelos setores interessados no “desenvolvimento” do município. É muito provável que tenha ocorrido uma espécie de valorização da necessidade de se buscar pessoas de outras regiões do país para trabalharem durante o período da safra. Podemos interpretar como algo de grande valia para nossas buscas o fato de João Cláudio nos evidenciar a melhoria no comércio e a futura produção do açúcar na cidade como algo que traz certa expectativa. Visualizamos aqui a necessidade de que as pessoas residentes da cidade no período que antecede as mudanças nas relações de produção e trabalho aceitem as transformações que estariam por vir.

Nota-se também a existência de vestígios apontando para a tentativa de convencer a população dos benefícios que “com certeza” ocorreriam para todos. Queremos dizer que as pessoas interessadas em tais mudanças veem a população em geral como capaz de se

¹⁴ CRUZ, Heloisa Faria et alii. Introdução. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; MACIEL, Laura Antunes; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: olho D'Água, 2006, p. 11.

¹⁵ A chegada de trabalhadores de outras regiões foi uma das motivações para o início das investigações, contudo, mais ainda o foi perceber que os trabalhadores entrevistados, em sua maioria, residiam ali a pelo menos cinco anos.

posicionar diante das políticas de “desenvolvimento” sugeridas, como capaz de criar barreiras para os novos investimentos¹⁶.

Nesse sentido, vale ressaltar que as pessoas sentem o peso das mudanças, criam expectativas em torno destas, o que denota o caráter social destas transformações.

M.T.: O senhor tem lembrança da cidade antes dos trabalhadores de outras cidades virem pra cá?

J.C.: A violência na cidade ela cresce.... como se diz ela cresce de acordo com os acontecimentos de outros lugares, né. Então é.... não sei se a gente é.... a gente nem pode falar do pessoal que vem de fora. Eu só sei que a cidade transformou nesse sentido, né. Tem é.... como se diz: melhorou pro comércio, mais em termos de comodidade também ficou mais preocupante. Então, é um caso comum pra todos lugares. Acredito assim. A cidade maior é diferente da pequena, mais é isso aí. Mais no resto tá tudo bem. A cidade, o município ganha com o desenvolvimento que vem ocorrendo na pecuária, nos hortigranjeiro que hoje tem. Aqui produz muito. Pra produzi tem que ter mão-de-obra, né. Onde tem mão-de-obra aí aparece pessoa de tudo quanto é canto do mundo, do lugar, das regiões pra vim à procura de serviço. Tem muitos que chega aqui pra procurar serviço e eles é muito mal informado. Eles é bem informado que aqui tem é serviço e na realidade às vezes num é bem assim. Eles vêm às vezes a fim de chegar começar trabalhar e num é. Vez em quando você vê pessoa aí dormindo nos banco da praça aí. Em marquises aí da rodoviária. Então, são às vezes uns coitado que vem à procura do serviço chega aqui num é bem assim como corre a informação, né?¹⁷

Se concentrarmos no trecho acima, perceberemos a existência de uma evidência importante: se, por um lado, o desenvolvimento econômico é visto com bons olhos, por outro a falta de “comodidade” é apontada como “preocupante”.

É muito cara a questão levantada por João Cláudio com relação à articulação entre desenvolvimento e mão de obra assalariada, já que permite pensar em algumas nuances do movimento histórico, aproximando-nos, a nosso ver, de uma das principais motivações do trabalho historiográfico: aquela que define o campo de reflexão da História Social “ao formular problemas que ajudam a interpretar as relações entre os diversos grupos sociais, o

¹⁶ WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

¹⁷ João Claudio da Silva. Morador nascido e criado na cidade de Santa Juliana. Entrevista realizada no dia 01/09/2009.

que equivale trazer para o campo da história aqueles que são referidos apenas como coadjuvantes, quando o são [...]”¹⁸.

Aproximarmo-nos dos trabalhadores que se deslocam de outras regiões em busca de trabalho na cidade

tem nos levado a mais uma categoria de extrema importância em nossas reflexões – a experiência social – que nos conduz sempre a considerar que homens e mulheres devem retornar em nossa produção ou interpretação como sujeitos sociais, isso é, como pessoas que experimentam suas situações e relações sociais como necessidades, interesses e com antagonismos. É que, em seguida, tratam sua experiência em sua consciência e sua cultura com complexidade para, só então, agir sobre uma situação dada.¹⁹

Como podemos perceber, a entrevista com João Cláudio é representativa na medida em que sinaliza tanto sobre os interesses dos grandes proprietários de terra e das grandes usinas quanto das esperanças dos trabalhadores que migram em busca de oportunidades de trabalho que lhe permitam a mínima garantia da sobrevivência. As alterações nas relações de produção ocorridas na cidade de Santa Juliana influenciam diretamente o mercado de trabalho ao mesmo tempo em que transformam as relações sociais.

A crescente demanda por mão de obra atrai os trabalhadores de outras regiões, os quais muitas vezes não encontram oportunidade em seus locais de origem. As formas pelas quais esses trabalhadores tomam conhecimento das oportunidades oferecidas são as mais variadas possíveis; contudo, vale lembrar que a movimentação de trabalhadores pelo país não é novidade no Brasil, possuindo raízes históricas, entrelaçadas cultural, social, política e economicamente. O que nos permite afirmar que em muitas regiões onde se encontra o maior número de trabalhadores dispostos a deixar suas casas em busca de trabalho, tais sujeitos já tomam contato com tal peregrinação desde muito jovens.

Posto esse quadro, a proposta de investigar as transformações ocorridas com o deslocamento de diversos trabalhadores para Santa Juliana se faz como tentativa de trazer

¹⁸ CALVO, Célia R.; CARDOSO, Heloisa H. P.; ALMEIDA, Paulo R.. Trabalho e Movimentos Sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: CARDOSO, Heloisa H. P.; MACHADO, Maria Clara T. (orgs.). História: Narrativas plurais, múltiplas linguagens. Uberlândia: Edufu, 2005, p. 14.

¹⁹ FENELON, Déa Ribeiro. Apresentação. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; MACIEL, Laura Antunes; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: olho D’Água, 2006, p. 7.

esses trabalhadores para o centro das discussões historiográficas. Relegados ao esquecimento por grande parte dos historiadores, esses sujeitos podem ajudar-nos a compreender a dinâmica de exploração que sustenta as configurações atuais do capitalismo, colocando-nos frente às suas necessidades e expectativas traduzidas nas interpretações e significados que atribuem às suas experiências no presente. Portanto, assumir “a perspectiva de lidar com homens e mulheres não como indivíduos compartimentados, mas fazendo-se socialmente, compartilhando experiências e memórias, moldando a realidade ao tempo em que são moldados por ela”²⁰ nos ajuda a manter a possibilidade de sempre caminhar no sentido da ampliação do conhecimento histórico em contrapartida às generalizações criadas sobre bases epistemológicas essencialmente idealistas.

Edward P. Thompson, no segundo volume de “A Formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão” levanta a discussão sobre o processo de formação da classe operária na Inglaterra, ocorrido ao final do século XVIII e início do século XIX. O autor, no início do volume, procura pensar sobre como se deu o movimento histórico que culminou na constituição da classe operária. Para isso, recorre ao que os observadores contemporâneos ao movimento estavam acostumados a perceber da conjuntura em que estavam inseridos, buscando desconstruir a noção recorrente da época que tratava aquele como um momento de ruptura.

[...] uma vez tomadas todas as precauções necessárias, o fato relevante do período 1790 e 1830 é a formação da ‘classe operária’. Isso é revelado, em primeiro lugar, no crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes. E, em segundo lugar, no crescimento das formas correspondentes e organização política e industrial. Por volta de 1832, havia instituições da classe operária solidamente fundadas e autoconscientes – sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas, periódicos – além das tradições intelectuais, dos padrões comunitários e da estrutura da sensibilidade da classe operária.

O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica[...].²¹

²⁰ KHOURY, Yara Aun. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. IN: MACIEL, Laura A.; ALMEIDA, Paulo R.; KHOURY, Yara Aun (orgs.). Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Olho D’Água, 2005, p. 22-43.

²¹ THOMPSON, Edward P. Exploração. In: *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988, Vol. 2, p.17.

A partir da reflexão acima podemos visualizar como o autor desconstrói a noção de ruptura, assim como a equação que colocava a classe operária como resultado da combinação entre energia a vapor e indústria algodoeira. Essa reflexão nos é muito pertinente, pois permite perceber que a classe trabalhadora não pode ser encarada como uma substância inerte. As lutas empreendidas pelos trabalhadores compõem seu cotidiano e integram sua formação, colocando-a em confronto com os interesses das classes detentoras dos meios de produção.

Com relação aos caminhos da investigação, cabe dizer que “mantendo a preocupação central que diz respeito à valorização da História no social como sendo uma dimensão necessária para a compreensão crítica das problemáticas gestadas no movimento da sociedade”²², afirmo a necessidade da construção de um olhar político com relação ao tema estudado.

A justificativa para tal construção passa pela ideia de que a história, sendo um processo de constante transformação, seria lugar de disputas de interesses distintos. Portanto, a busca pela compreensão das dissidências, rupturas, conciliações, resistências, entre outros, tem como perspectiva a reflexão e visualização de outras possibilidades vividas socialmente. Trata-se de se posicionar criticamente com relação às práticas sociais conduzidas sob a tutela do neoliberalismo, colocando em evidência as lutas empreendidas contra diversas práticas de controle e dominação.²³

Para isso, é tomado como pressuposto a noção de que as

[...] pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõe alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.²⁴

²² CALVO, Célia R.; CARDOSO, Heloisa H. P.; ALMEIDA, Paulo R..Trabalho e Movimentos Sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: CARDOSO, Heloisa H. P.; MACHADO, Maria Clara T. (orgs.). História: Narrativas plurais, múltiplas linguagens. Uberlândia: Edufu, 2005, p. 12.

²³ CALVO, Célia R.; CARDOSO, Heloisa H. P.; ALMEIDA, Paulo R..Trabalho e Movimentos Sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: CARDOSO, Heloisa H. P.; MACHADO, Maria Clara T. (orgs.). História: Narrativas plurais, múltiplas linguagens. Uberlândia: Edufu, 2005.

²⁴ THOMPSON, Edward P.. O termo ausente: experiência. In: A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Trad. de Waltensir Dutra. Editora: Copyleft, 2009, p. 234.

Tendo como base as orientações deste historiador britânico, busco apreender como os diversos sujeitos têm vivido cotidianamente suas relações sociais, seja no local de trabalho ou mesmo fora dele, indagando sobre os significados construídos para as diversas atividades realizadas, sempre atentando para as formas por meio das quais as pessoas elaboram suas experiências e agem a seguir em situações determinadas. Nesse sentido, faz parte da pesquisa a produção e análise de entrevistas realizadas com diversos sujeitos do local. Junto à produção de tais evidências caminha a noção da necessidade da construção de um olhar politizado quando nos colocamos a dialogar com a realidade empírica.

Dessa forma, penso ser importante, no sentido de tornar mais compreensível o caráter desse trabalho, aprofundar algumas questões acerca da História Oral – da experiência como evidência que pode ser transformada em fonte de pesquisa –, bem como acerca dos motivos que têm nos levado a optar por ela.

O historiador que se propõe à produção de uma entrevista como fonte de pesquisa deve estar ciente de seu papel nessa construção. Antes de tudo, é o pesquisador/historiador quem estabelece a temática a ser estudada. É também de responsabilidade do mesmo a escolha do sujeito a ser entrevistado e das perguntas que serão direcionadas a ele, mesmo tendo como pressuposto a noção de que a entrevista deve caminhar no sentido de um diálogo – tendo-se a noção de que a história é relacional e, sendo assim, construída socialmente²⁵. Nesse sentido, o que tento dizer é que nossas orientações – não só na produção das entrevistas como também nas análises – devem caminhar sem que se perca a dimensão de que nós estamos inseridos no processo social e que as fontes (no caso aqui, as fontes orais) não falam por si mesmas.

A tensão presente aqui define bem os caminhos pelos quais nós historiadores devemos orientar nossas interpretações, ou seja, os caminhos apontados pela lógica histórica de E. P. Thompson. A história se realiza em movimentos que são contraditórios, portanto “assim como o objeto de investigação se modifica, também se modificam as questões adequadas”²⁶.

²⁵ KHOURY, Yara Aun. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. IN: MACIEL, Laura A. ET alii (Orgs). Outras Histórias: Memórias e Linguagens. São Paulo: Editora Olho D'água, 2006, p. 43.

²⁶ THOMPSON, E. P. “Intervalo: a lógica histórica”. *A Miséria da Teoria*; ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 48.

É importante dizer que o trabalho com fontes orais, na medida em que nos coloca diante dos significados atribuídos pelas pessoas às suas experiências, abre espaços para outras histórias, pois “nos conduz sempre a considerar que homens e mulheres devem retornar em nossa produção ou interpretação como sujeitos sociais, isso é, como pessoas que experimentam suas situações e relações sociais como necessidades, interesses e com antagonismos”²⁷. Sendo assim, ter contato com os valores enraizados nas pessoas nos permite o exercício de desconstrução de memórias ditas oficiais e que se mostram como a identidade de determinado grupo social.

Ao falar do uso da fonte oral, não podemos negligenciar as dificuldades existentes e que se colocam ao uso destas, além das questões metodológicas, que, a rigor, instituem-se no aprendizado contínuo que vai desde a realização a entrevista, a transcrição, digitação, até a análise, reflexão e produção do texto. É preciso ainda atentarmos para o uso que se faz da entrevista; afinal, estamos lidando com a experiência de sujeitos, que são seres humanos, e isso exige sempre sensibilidade, respeito e ética.

“A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados”²⁸. É a partir dessas palavras de Alessandro Portelli que gostaria de indicar o caminho trilhado com as narrativas, refletindo sobre a questão da desconstrução que foi levantada ao longo da apresentação. Outras questões relacionadas especificamente às vivências dos trabalhadores rurais poderiam ser tratadas aqui, porém o que mais nos chamou a atenção foi a possibilidade de, com o auxílio das fontes, aproximar-nos de diferentes histórias a respeito do processo que tem contribuído para o aumento populacional e, em decorrência disto, para o surgimento de problemas sociais em Santa Juliana.

Percebendo que a história se faz enquanto movimento e que mais importante que indagar-nos sobre determinados eventos é buscar os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências, abrindo caminhos para interpretações que permitam distanciarmos de uma história construída quadro a quadro a fim de beneficiar uma relação orientada por perspectivas que nos aproximem mais dos sujeitos. Nesse caso, as fontes orais têm nos ajudado muito. É

²⁷ FENELON, Déa Ribeiro. Apresentação. IN: MACIEL, Laura A. ET alii (Orgs). Outras Histórias: Memórias e Linguagens. São Paulo: Editora Olho D'água, 2006, p. 7.

²⁸ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: Revista Projeto História n. 14. São Paulo, 1997, p. 31.

por meio delas que viemos tendo contato com aquilo que mais nos conta sobre os sujeitos – sua subjetividade.²⁹

Falar da produção das entrevistas realizadas com os habitantes da cidade é de fundamental importância, pois nos permite pensar sobre os critérios utilizados na busca pelos entrevistados, na seleção das pessoas a serem entrevistadas. Vale ressaltar, nem todas as entrevistas foram utilizadas no corpo do texto; no entanto, de alguma maneira os diferentes depoimentos contribuíram para a elaboração do trabalho.

Como vimos, a princípio o interesse estava em torno especificadamente dos trabalhadores rurais que chegaram ao município de Santa Juliana tendo saído de outras localidades do país. Entretanto, já na primeira visita ao município ficou evidente a dificuldade de estabelecer contato com tais trabalhadores, pois a necessidade de ir à cidade e retornar no mesmo dia impossibilitava o diálogo com os mesmos, que geralmente estavam no trabalho. Além disso, boa parte daqueles com os quais eu iniciava uma conversa demonstravam certa relutância em gravar entrevistas. Surgiu então a necessidade de abordar diferentes pessoas que residiam ali.

No caso dos trabalhadores rurais que foram entrevistados, os locais em que foram encontrados são variados. Podemos citar exemplo de três deles: Pedro Bispo, Rivaldo Cícero e Tarcísio Pereira Domingues. O primeiro entrevistado foi também o primeiro trabalhador disposto a permitir a gravação da conversa. Encontramo-nos na Prefeitura Municipal de Santa Juliana; ele estava ali aparentemente para cobrar um serviço prestado a um vereador (o entrevistado não quis entrar em detalhes) e eu buscava por documentos e pessoas dispostas a concederem entrevista, que pudessem ajudar na investigação. A gravação de nossa conversa foi realizada ali mesmo na prefeitura, essa foi uma exigência do trabalhador, que afirmava não ter tempo em outro momento.

No caso de Rivaldo Cícero, nosso encontro se deu na rodoviária local, na qual se concentra o maior fluxo de pessoas na cidade. Esse trabalhador havia chegado do trabalho e estava ali com sua bicicleta para “ver o movimento”. Ao ser abordado, dispôs-se imediatamente para a gravação da entrevista. Ao final da entrevista ele me falou de seu pai, que também era trabalhador rural, e aceitou minha proposta de apresentá-lo a mim. No

²⁹ PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: Revista Tempo (Dossiê Teoria e Metodologia), vol. 1, nº 2. Rio de Janeiro, 1996, p. 59-72.

entanto, ao chegar a casa em que ambos viviam com o restante da família, seu pai avisou-me, por intermédio de Rivaldo, que estaria ocupado e que não poderia conversar. Por sorte, uma das pessoas responsáveis por recrutar os trabalhadores para o trabalho no campo, Geraldo Marcondes Ribeiro, morava em frente a residência de Rivaldo e, depois de sermos apresentados, aceitou que gravássemos uma conversa realizada em um bar de propriedade do Sr. Geraldo.

Destes trabalhadores, o único que não desenvolvia atividades no campo no momento da entrevista era Tarcísio Pereira Domingues e foi justamente esse o fato que chamou a atenção para a necessidade de entrevistá-lo. Nascido e criado no interior do estado de São Paulo, na cidade de Piedade, trabalhava na zona rural na produção de diferentes alimentos: cebola, batata, repolho, beterraba, dentre outros. Foi justamente sua experiência aliada aos poucos rendimentos nas lavouras de Piedade no final da década de 1990 que levaram Tarcísio a mudar-se para Santa Juliana. Entretanto, “como a cidade estava precisando de outras coisas a gente foi mudando também o trabalho da gente, né?”³⁰. Na entrevista realizada, ele afirmou estar trabalhando como jardineiro. Esse movimento também despertou-me o interesse pela entrevista.

No caso dos entrevistados que eram naturais de Santa Juliana, estes foram encontrados, em sua maioria, em um dos bairros da cidade: o bairro São Judas, no qual moravam principalmente pessoas que viveram no campo no município de Santa Juliana e mudaram-se para a cidade entre o final da década de 1960 e início da década de 1980. Essas pessoas proporcionaram a reflexão a respeito da dinâmica que organizava a vida no município antes da chegada dos trabalhadores, permitindo melhor compreensão do período que seria o enfoque da investigação.

Por fim, a seleção das entrevistas que agora compõem essa pesquisa caminhou de mãos dadas com as questões que surgiam à medida que a investigação se desenrolava. No momento em que aparecia alguma questão que necessitasse de aprofundamento, as entrevistas eram elencadas pela proximidade de determinado problema. Além disso, a recorrência de temas em duas ou mais entrevistas também foi determinante para a seleção. Portanto, são os

³⁰ Tarcísio Pereira Domingues. Aos 38 anos de idade residia em Santa Juliana desde o fim da década de 1990. No momento da entrevista estava casado com uma mulher que conheceu em Santa Juliana e trabalhava como jardineiro. A entrevista foi realizada em 17/08/2011.

desdobramentos da pesquisa aliados à recorrência de temas em diferentes entrevistas que orientaram a escolha das mesmas.

A busca pelos trabalhadores rurais da cidade de Santa Juliana alertou-nos a respeito da obrigatoriedade de dialogar com os mais variados sujeitos que habitam essa cidade: moradores mais antigos, recém-chegados, itinerantes, agentes do poder público, dentre outros. Essa diversidade de dispensar olhares sobre o momento e o processo histórico, além de nos dizer sobre a necessidade de levarmos em consideração que não há uma homogeneidade nas interpretações, estimula-nos pela potencialidade das futuras entrevistas e possibilita “assinalar que o espaço urbano se concretiza, a nosso ver, como um espaço de disputas, sempre conflituoso, sempre presente nas suas diversas dimensões”³¹.

Assim, é preciso dizer que todo trabalho que se pretende historiográfico deve ser apresentado a partir da análise de um grupo variado de fontes e de outras pesquisas, o que reforça a validade e a vitalidade da reflexão crítica.

Estudos realizados por historiadores brasileiros vêm abordando a questão da migração no Brasil desde a década de 1970. Com relação aos aspectos da migração enfrentada por milhares de brasileiros, recorreremos a duas pesquisas realizadas em diferentes regiões. O intuito, pois, é apresentar alguns elementos que compõem a trajetória destes trabalhadores. Na década de 1970, Eunice Ribeiro Durham³² enfrenta o problema da migração a partir do olhar atento da Antropologia. Além deste, utilizaremos os trabalhos de dissertação realizados pela historiadora Renata Carolina Resende³³ e pelo historiador Sérgio Daniel Nasser³⁴, uma vez que estes apresentam algumas aproximações com a presente pesquisa, além de investigar o aspecto da migração como algo recorrente em diferentes regiões do Brasil.

³¹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Encantos e desencantos da cidade: trajetórias, cultura e memória de trabalhadores pobres de Uberlândia – 1970-200. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura A.; ALMEIDA, Paulo R.; KHOURY, Yara Aun (orgs.). Muitas Memórias, Outras Histórias. São Paulo: Olho D'Água, 2005, p. 22-43.

³² DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. Coleção Debates. São Paulo: Perspectiva, 1973.

³³ RESENDE, Renata Carolina. *Os trabalhadores da cana sob múltiplos olhares: instituições, narrativas e interpretações. Centralina e Araporã – MG (1980-2009)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

³⁴ NASSER, Sérgio Daniel. *“Eu vou entrar no mundo”. Experiências de Trabalhadores Migrantes na região de Ribeirão Preto 1980-2007*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

Eunice Ribeiro Durham, na obra “A caminho da cidade”, feita ainda nos anos de 1970, inicia uma profícua discussão e indica pontos que até hoje persistem nas discussões sobre migração, tais como, por exemplo, a importância da família na constituição de modos de trabalho coletivo.

As reflexões de Durham orientaram o trato de algumas questões tais como: os trabalhadores fundam um núcleo em que outros possam se estabelecer? As mulheres seguem seus maridos? Em caso afirmativo, trabalham em quê? Mantêm algum parente sem trabalho? Como fazem para se “adaptarem” ao mercado de trabalho do lugar? Em outros termos, em São Paulo, lócus daquela pesquisa, trabalhavam em portarias de condomínios, construção civil, vendedores ambulantes, planejando aprenderem profissões (eletricidade, pintura, carpintaria) ou buscam possuir (um dia) um caminhão ou outra forma autônoma de sustento? E, em Santa Juliana, o que se fez possível? A segunda geração (os filhos dos que migraram inicialmente) precisava frequentar a escola: por quê? Para quê? Para se adaptarem às profissões – banco, governo etc.? Seria assim no município mineiro?

Nesse sentido, a leitura do trabalho da historiadora permitiu pensar sobre aspectos que compõem a trajetória dos trabalhadores que partiram de diferentes lugares, com semelhanças e distanciamentos em suas motivações e chegaram ao município de Santa Juliana após o ano de 1997. Os trabalhadores entrevistados que, motivados principalmente pela demanda de trabalho nas lavouras, chegaram ao município e conseguiram permanecer possuem trajetórias diferenciadas.

Pudemos encontrá-los em grande número nas colheitas da batata, da cenoura, do alho, do feijão, entre outras, mas também podemos vê-los trabalhando como jardineiros, pedreiros, donos de pequenos estabelecimentos comerciais (no caso encontrado, o senhor é dono de um bar, como indicado no primeiro capítulo) etc.

Assim, podemos dizer que a aproximação com o trabalho de Durham possibilitou ampliar o olhar sobre o cotidiano destes trabalhadores, além de ajudar a compreender as suas perspectivas.

Outro trabalho que compõe o enredo das questões presentes nesta investigação foi concluído por Renata Carolina Resende no início do ano de 2011 e se intitula “Os trabalhadores da cana sob múltiplos olhares: instituições, narrativas e interpretações. Centralina e Araporã-MG (1980-2009)”. Nesse momento, a produção de álcool (etanol) e

açúcar vinha sendo propagandeada como possível responsável pelo desenvolvimento do país, ou seja, seria essa o “carro chefe” para a atração de investimentos econômicos, tanto em nível nacional como internacional, além da promessa de empregar centenas de pessoas, principalmente no corte da cana.

A região do Triângulo Mineiro conheceu um aumento considerável das indústrias envolvidas com tal produção, transformações ocorreram na paisagem e na organização social de alguns de seus municípios. A autora em questão delimitou duas cidades como sendo o espaço sobre o qual se debruçaria em suas investigações. São elas Centralina e Araporã.

O ponto de partida da autora em suas investigações são os trabalhadores envolvidos no plantio e, principalmente, no corte da cana. Suas fontes foram jornais, atas produzidas pela Câmara dos Vereadores do município de Araporã, fotografias e entrevistas. A partir daí ela busca “entender como os trabalhadores, a população local, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Ministério do Trabalho, entre outros, interpretam a si mesmos na abordagem do debatido tema do trabalho e produção do etanol.”³⁵

Atenta às experiências dos trabalhadores do corte de cana, Resende procura compreender suas trajetórias investigando como eles se deslocam em busca do trabalho, quais são as orientações seguidas na escolha do lugar, como são as condições de trabalho e de vida no mesmo, dentre outros aspectos. Sendo assim, busca dialogar com evidências do movimento diário destes trabalhadores, trazendo à tona experiências distintas elaboradas em torno de um elemento em comum, “as experiências vividas no trabalho na cana”³⁶.

Tendo como chão comum o trabalho na cana, os trabalhadores entrevistados por Resende têm percorrido, ao longo de gerações, diferentes cidades localizadas em vários Estados brasileiros. De acordo com a autora, uma característica em comum compõe o cotidiano destes trabalhadores: devido à maioria deles ter “como experiência de vida e trabalho a lavoura de cana”³⁷, a região escolhida pelo trabalhador leva em consideração a possibilidade de conseguir trabalho em tais lavouras. A mobilidade vivida por esses trabalhadores é apontada pela autora, que leva em consideração a expansão das usinas sucroalcooleiras, a articulação com meios de comunicação no sentido de valorizar a

³⁵ RESENDE, Renata Carolina. Op. Cit., p. 02.

³⁶ RESENDE, Renata Carolina. Op. Cit., p. 23.

³⁷ RESENDE, Renata Carolina. Op. Cit., p. 25.

oportunidade de crescimento econômico e as ações promovidas pelas prefeituras dos municípios em que se encontram.

A referência é importante na medida em que nos apresenta possibilidades vividas por aquelas pessoas que deixam suas respectivas regiões e partem em busca de trabalho. Os trabalhadores entrevistados pela autora apresentam algumas aproximações com os entrevistados nesta pesquisa. Ambas as pesquisas tratam de trabalhadores rurais que partiram para outros municípios saídos de regiões nas quais não havia emprego. Além disso, coincide o fato de que os trabalhadores encontrados nos municípios investigados trabalham no campo e moram na cidade. Contudo, há uma diferença marcante entre as duas pesquisas e que nos interessa colocar em evidência: a dinâmica das estratégias elaboradas pelos trabalhadores a partir da exploração de seu trabalho.

Os trabalhadores que compõe a pesquisa de Resende são cortadores de cana que, em sua maioria, residem nas cidades apenas no período da safra, voltando para suas respectivas regiões durante a entressafra, período geralmente compreendido entre os meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Os trabalhadores que vivem em Santa Juliana e compõem o enredo desta pesquisa, diferentemente dos cortadores de cana, trabalham e vivem com suas famílias em tal município. Nesse caso, a mobilidade percebida por Resende não reflete a trajetória dos trabalhadores encontrados em Santa Juliana, pois a maioria destes acabaram se estabelecendo no município desde mesmo sua chegada nele.

Por fim, é preciso estar atento para uma aproximação importante entre as pesquisas – trata-se de um aspecto do processo metodológico. Tanto a pesquisa realizada por Resende quanto essa colocam os trabalhadores no centro das discussões; são as evidências percebidas nas entrevistas que orientam as questões propostas pelos autores. A partir desse pressuposto, os capítulos que compõem essa dissertação foram construídos e organizados da maneira descrita a seguir.

O primeiro capítulo tenta recompor as relações sociais de trabalho a partir, principalmente, das narrativas de trabalhadores que vivem (ou viveram) em Santa Juliana. Ao longo da análise foram evidenciadas trajetórias que permitiram pensar as transformações nas relações sociais ao longo do tempo. Mesmo tendo sido construído em perspectiva cronológica, o que orientou a elaboração do texto foi a possibilidade de fazê-lo tomando como referência a aproximação – ou melhor, aspectos coincidentes – nas diferentes narrativas.

Nesse caso, foram levadas em consideração as trajetórias individuais e como elas se relacionavam, surgindo com vigor temas como migração e trabalho.

Não houve nesse capítulo a intenção de fazer uma recomposição cronológica da história de Santa Juliana da década de 1950 a seguir. A tentativa foi evidenciar alguns dos modos de sobrevivência dos trabalhadores ao longo desse período. Todo o capítulo foi construído com base nas evidências levantadas a respeito das diferentes formas de trabalho. Como historiadores, escolhemos com quais evidências trabalharemos e quais questionamentos faremos a elas; assim, é importante reafirmar que a investigação leva em consideração os elementos que são apresentados pelas evidências por nós rastreadas e objetadas a partir da teoria, exercício que não permite que a fonte se apresente por si somente.

Nesse sentido, cabe dizer que apresentar as diferentes atividades e refletir sobre a temática do trabalho só foi possível por meio do diálogo com os trabalhadores, a partir da produção das entrevistas. Quero dizer que a escolha pela temática do trabalho é feita de forma consciente, mas por outro lado são os trabalhadores que nos apresentam quais atividades existem ou existiram ao longo do tempo.

No segundo capítulo, tratamos de questões referentes à atração de diversos trabalhadores rurais para Santa Juliana. Veremos que a questão ambiental tem forte influência nas decisões tomadas pelo poder público, aliado a produtores. A ideia de desenvolver-se de maneira sustentável foi, e ainda o é, uma espécie de mediação teórica das transformações nas relações de produção e trabalho que ocorreram no Município de Santa Juliana a partir de 1997. A busca e, conseqüentemente, a chegada de diversos trabalhadores advindos de diferentes regiões do país a partir deste momento foi obra de medidas políticas elaboradas pela gestão que assume a prefeitura do município neste mesmo ano.

Além de refletir sobre a questão do desenvolvimento sustentável no Estado de Minas Gerais e da chegada desse desenvolvimento a Santa Juliana, é objetivo desta dissertação problematizar tal questão de forma mais ampla. Para isso, serão necessárias fontes que nos permitam pensar sobre como as premissas dessa noção são colocadas em nível nacional e até mesmo internacional. A ideia é indagar tal conceito com vistas a perceber sua importância em nível social, o que denota a necessidade e importância de tratar a questão ambiental de forma politizada e comprometida com a construção histórica das relações sociais.

CAPÍTULO I

“SANTA JULIANA É UMA CIDADE QUE TEM EMPREGO”³⁸

Em 17 de dezembro de 1938, o distrito Dores de Santa Juliana, jurisdicionado ao município de Araxá-MG, foi elevado à categoria de cidade.³⁹ Contudo, encontram-se registros da existência de um povoado no local pelo menos desde o ano de 1842⁴⁰. Segundo consta na Enciclopédia dos Municípios brasileiros, volume dedicado aos municípios do Estado de Minas Gerais, a criação da cidade de Santa Juliana (“no quadro da divisão territorial de 1936 o distrito” já “figura sob a denominação de Santa Juliana”⁴¹) deveu-se, em grande medida, à “excelência das terras, que se prestavam admiravelmente para a agricultura”.⁴²

O documento em questão é uma publicação comemorativa do 21º aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 29 de Maio de 1959. São informações e dados (Histórico; Formação administrativa; Formação judiciária; Localização; População; Principal atividade econômica; Melhoramentos urbanos; Meios de transporte; Comércio e bancos; Instrução pública, Finanças públicas; Diversos aspectos do município) a respeito dos municípios brasileiros. Os aspectos culturais a respeito de Santa Juliana, quando aparecem isso se dá com uma breve menção que os reduz ao caráter religioso, exaltando a população da cidade como um “povo muito católico” que “comemora com muito respeito e fé, as festas da Igreja”.⁴³

De acordo com dados desse documento, o recenseamento realizado pelo IBGE em 1950 contabilizou a população de Santa Juliana em 9820 habitantes, sendo que deste total

³⁸ Pedro Bispo. Trabalhador rural, o Sr. Pedro saiu da Bahia e após passagem pela cidade de Coromandel, no Estado de Minas Gerais, fixou-se em Santa Juliana. Com 52 anos ele é casado e vive na cidade há cinco anos. A entrevista foi realizada no dia 01/09/2009.

³⁹ Em 1948, foram criados dois distritos, Pedrinópolis e Zelândia. Entretanto, no momento da publicação deste documento, 29 de Maio do ano de 1959, o distrito de Zelândia ainda não havia “*sido instalado, por motivo de divisão*”. O termo “divisão” está relacionado a limites territoriais não delimitados.

⁴⁰ São vários os documentos, dentre eles: Santa Juliana. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro – RJ, 1959.;

⁴¹ Santa Juliana. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro – RJ, 1959, p. 124.

⁴² Santa Juliana. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro – RJ, 1959, p. 124.

⁴³ Santa Juliana. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro – RJ, 1959, p. 127.

81,90% (8041 pessoas) estava disposto no “quadro rural”. Nesse período, das pessoas que trabalhavam com remuneração no município, 37,61% (2481 pessoas, sendo 2465 homens e 16 mulheres) exerciam atividades relacionadas à agricultura, pecuária e silvicultura. Vale ressaltar que do total de pessoas que trabalhavam em atividades remuneradas, 51,29% (3384 pessoas, sendo 299 homens e 3085 mulheres) estavam envolvidos com atividades domésticas não remuneradas e/ou atividades escolares discentes⁴⁴. Portanto, podemos dizer que a expressiva maioria das pessoas residentes no município de Santa Juliana em 1950 vivia e trabalhava no campo.

Segue abaixo um quadro⁴⁵ apresentando números referentes aos ramos de atividade nos quais os trabalhadores de Santa Juliana estão envolvidos no ano de 1950:

⁴⁴ Vale ressaltar que estes números correspondem à “população presente de 10 anos e mais”.

⁴⁵ Santa Juliana. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro – RJ, 1959, p. 125. O quadro em questão é uma reprodução do original, pois a imagem fotográfica não permitia clareza na visualização.

Figura 1 – Quadro apresentando números referentes aos ramos de atividade nos quais os trabalhadores de Santa Juliana estavam envolvidos no ano de 1950

RAMOS DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO PRESENE DE 10 ANOS E MAIS			
	Homens	Mulheres	TOTAL	
			Números Absolutos	% sobre o total geral
Agricultura, pecuária e silvicultura.....	2.465	16	2.481	37,61
Indústrias extrativas.....	3	--	3	0,04
Indústria de transformação.....	94	--	94	1,42
Comércio de mercadorias.....	58	1	59	0,89
Comércio de imóveis e valores mobiliário, crédito, seguros e capitalização.....	2	--	2	0,03
Prestação de serviços.....	42	53	95	1,43
Transporte, comunicações e armazenagem	22	1	23	0,34
Profissões liberais.....	7	--	7	0,10
Atividades sociais.....	12	19	31	0,46
Administração pública, Legislativo e Justiça.....	11	--	11	0,16
Defesa nacional e segurança pública.....	5	--	5	0,07
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes.....	299	3.085	3.384	51,29
Condições inativas.....	257	150	407	6,16
TOTAL	3.277	3.325	6.602	100,00

Fonte: IBGE (1950).

Tomemos como referência o quadro acima⁴⁶. Sabendo que do total de pessoas (6602 pessoas) envolvidas nos ramos de atividade elencados no documento mais da metade (3786 pessoas) exercia atividades domésticas não remuneradas, atividades discentes ou se encontrava em condições inativas, percebemos que a maioria das pessoas estava empregada em atividades remuneradas estabelecidas no campo agrícola. Nesse caso, o trabalho nos

⁴⁶ O documento foi encontrado na Biblioteca Municipal de Santa Juliana. A biblioteca fica em uma das praças da cidade, sendo o prédio em que se encontra uma obra aparentemente recente que ainda conta com uma quadra poliesportiva coberta e aberta ao público. O acervo compõe-se de materiais dispostos em três prateleiras encostadas às paredes de um cômodo de aproximadamente 12m² adjacente a um enorme saguão utilizado naquele momento pelo Juizado de Menores.

ramos da agricultura, pecuária e silvicultura concentra o maior número de trabalhadores empregados com remuneração (segundo o recenseamento de 1950, 2481 trabalhadores).

Para demonstrar a relevância desses números, podemos somar o número de trabalhadores envolvidos nas outras atividades: juntos, não chegam a 350 trabalhadores. Além disso, boa parte das outras atividades está relacionada às atividades realizadas no campo – por exemplo, as indústrias extrativas e de transformação, o comércio de mercadorias (em parte), a prestação de serviços. Em suma, a agricultura seria o carro chefe das relações sociais de produção.

Figura 2 – Quadro apresentando números referentes a produção agrícola no município de Santa Juliana no ano de 1955

CULTURAS AGRÍCOLAS	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO		VALOR	
		Unidade	Quantidade	Cr\$ 1000	% sobre o total
Arroz.....	3.950	Saco 60 Kg	50.000	18.000	43,86
Milho.....	3.021	Saco 60 Kg	75.000	12.000	29,23
Feijão.....	980	Saco 60 Kg	14.000	7.140	17,39
Mandioca.....	138	Tonelada	3.500	1.025	2,49
Outras.....	437	--	--	2.886	7,03
TOTAL	8.526	--	--	41.051	100,00

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro-RJ, 1955. p.125.

No ano de 1955 a produção agrícola no município se concentra principalmente em cereais. Aparecem em destaque o Arroz (43,86% do valor total da produção), o Milho (29,23% do valor total) e o Feijão (17,39% do valor total). Outro ramo que aparece como potencial empregador da mão de obra remunerada no município é o da pecuária. Neste ramo, a bovinos aparece com 79,55% dos rebanhos existentes em Santa Juliana, seguida pela criação de suínos 12,44% e de equinos, com apenas 5,97%.⁴⁷ Com relação às indústrias existentes no

⁴⁷ No caso da pecuária estes números são relativos ao valor comercial de cada rebanho. Além disso, não havia diferenciação entre gado de corte e gado leiteiro. Não havia dados que pudessem no ajudar a pensar sobre a atividade de silvicultura no município.

município, a expressiva maioria do capital (Cr\$ 1869⁴⁸, representando 97,20% dos investimentos) estava empregado, nesse mesmo ano, na indústria de transformação e beneficiamento da produção agrícola. Esse ramo da indústria empregava 235 trabalhadores.

As atividades remuneradas eram exercidas tanto por homens quanto por mulheres, entretanto o número de homens é consideravelmente maior. O inverso é percebido nas atividades não remuneradas: as mulheres aparecem em maior número. Percebemos que, neste período, os trabalhadores se mantêm no campo, seja com trabalhos remunerados ou não. As atividades domésticas não eram consideradas como atividades remuneradas; contudo, parte do sustento das famílias provinha da venda ou troca de produtos cultivados ou produzidos por eles mesmos. Além do que boa parte da alimentação desses trabalhadores era de sua responsabilidade. Eles criavam animais domésticos como galinhas, porcos, vacas, dentre outros, e também cultivavam legumes, verduras, frutas etc.

As evidências levantadas a partir das entrevistas produzidas apontam para uma redução na quantidade de trabalhos realizados no campo pelo menos a partir da década de 1960, redução essa que dificulta a sobrevivência dos trabalhadores e resulta na saída paulatina destes trabalhadores. No caso dos trabalhadores entrevistados para a realização deste trabalho (dentre os que viveram na zona rural do município de Santa Juliana), a maioria partiu em direção à cidade. Essas relações sociais de trabalho foram sendo transformadas e a redução sinalizada, como perceberemos ao longo deste capítulo, ocorreu de forma drástica.

Nas palavras de Cícero Messias Velasco, por exemplo, ele teria se mudado para a cidade “porque na zona rural foi ficando mais difícil pra trabalhar”⁴⁹. Dois elementos chamam a atenção em sua narrativa: a falta de trabalho no campo e seu primeiro emprego na cidade. Em primeiro lugar, a falta de trabalho por ser essa a grande motivação de sua saída. Em segundo, seu primeiro emprego na cidade por nos permitir pensar sobre as condições de trabalho encontradas na cidade pelos trabalhadores saídos do campo.

M.T.: Quando você nasceu seu pai já morava na cidade mesmo ou...?

⁴⁸ Moeda corrente à época.

⁴⁹ Cícero Messias Velasco. No momento da entrevista esse trabalhador era casado e tinha uma filha que também estava casada e não morava mais com o pai. Ele estava com cinquenta e cinco anos de idade e já havia se aposentado como pedreiro em Santa Juliana. A entrevista foi realizada na cidade de Santa Juliana no dia 04/12/2009.

C.: Não. Na zona rural

M.T.: Zona rural. E você veio por causa de que pra cá?

C.: Ah, eu vim porque na zona rural foi ficando mais difícil pra trabalhar. E na época quando eu vim pra cá era rapaz novo, gente jovem, sabe como que é num quer no mato que ficar mais na cidade. Mais foi por causa disso. Estou aqui até hoje. Já tem uns quarenta anos que eu moro aqui, eu vim pra cá eu tava com.... acho que com 16 ano quando eu vim pra cá.

M.T.: E você veio trabalhar com o que?

C.: Na época eu vim pra cá eu trabalhei, nós fizemos uns aterramento aonde é o Posto Naves ali, ali num tinha cidade não, ali era um brejo, era água ali sabe. Nós fomo trabalhar ali. Nós enchia o caminhão na pá, caminhão de cascalho e terra pra aterrar, aquilo ali era água...

M.T.: Eles queria aterrar pra construí?

C.: Pra construí. Aquilo ali era água. Água que você num tinha jeito de andar não. Nós foi jogando e aterrando tudo aquilo ali. Daf foi que eu comecei. Trabalhei no comércio. Eu tenho um irmão meu... (palavra sem compreensão – acredito que tenha dito o nome de seu irmão). Abriu comércio. Eu trabalhei pra ele no comércio. Aí fiquei. Passei por... mudei pro Uberaba, morei lá três ano. Depois voltei pra cá outra vez e fui trabalhar de pedreiro. E fui até eu para de trabalhar de pedreiro.⁵⁰

Esse trabalhador viveu praticamente desde o seu nascimento até a data da entrevista no município de Santa Juliana. Nasceu e viveu no campo até se mudar para a cidade e ali permanecer por quase quarenta anos, à exceção de aproximadamente três anos vividos na cidade de Uberaba-MG, localizada na mesma região, distante oitenta e dois quilômetros de Santa Juliana. Na data da entrevista Cícero estava com 55 anos de idade. Viveu no campo com a família até por volta de seus 16 anos, aproximadamente até o ano de 1969. Notem que a necessidade e o desejo, em especial, de sair do campo levam um jovem de apenas 16 anos a deixar para trás a família na busca de conseguir manter-se sem sobrecarregar os mesmos.

Com as modificações empreendidas nas relações de trabalho no campo, novas demandas passam a ser postuladas e o trabalhador que retirava da terra o seu sustento passa a ser peça fundamental da (re)configuração das relações sociais estabelecidas no espaço urbano. Quando saem do campo, os trabalhadores carregam consigo toda sua experiência com relação

⁵⁰ Cícero Messias Velasco. No momento da entrevista esse trabalhador era casado e tinha uma filha que também estava casada e não morava mais com o pai. Ele estava com cinquenta e cinco anos de idade e já havia se aposentado como pedreiro em Santa Juliana. A entrevista foi realizada na cidade de Santa Juliana no dia 04/12/2009.

aos trabalhos realizados ali. Ao chegar à cidade o jovem Cícero, por exemplo, têm de trabalhar no serviço que lhe é disponível; seus conhecimentos contribuíram muito pouco na busca pelo trabalho. Percebemos que o trabalho realizado por ele na construção de um posto de combustíveis (ainda hoje, o único da cidade) localizado na principal rua da cidade, não demanda conhecimentos específicos. Por outro lado, mesmo não necessitando de esforço intelectual, o esforço físico é intenso e muito desgastante, o que torna difícil a realização de qualquer outra atividade ao longo do dia.

Voltando ao trecho de entrevista transcrito acima, percebemos que as oportunidades oferecidas na cidade não condiziam com as habilidades dos trabalhadores que, assim como o jovem Cícero, deixaram o campo em busca de trabalho na cidade. No caso deste trabalhador em particular, sua trajetória na cidade é compreendida pelos trabalhos nas áreas da construção civil e do comércio, aposentando-se como pedreiro em Santa Juliana.

Tanto o trabalho no comércio quanto o trabalho de pedreiro são indícios que permitem vislumbrar o crescimento da demanda pelo setor de serviços, evidência que permite salientar que o processo de urbanização do município de Santa Juliana ocorre pelo menos desde a década de 1960. Ficar trabalhando em Santa Juliana só foi possível para Cícero por esse ter passado por diferentes profissões, dentre elas o trabalho em um estabelecimento comercial de propriedade de seu irmão. Podemos dizer que se no campo as possibilidades de trabalho estavam sendo reduzidas, na cidade poucas opções havia para o trabalhador.

Vimos que a falta de trabalho no campo no final da década de 1960 aparece de maneira modesta no depoimento de Cícero, sendo acompanhada pelo desejo de morar e trabalhar na cidade. Ao salientar o desejo de não mais ficar morando no campo e sim na cidade, a narrativa de Cícero nos permite pensar algo interessante. Se compararmos esse depoimento aos de outros trabalhadores que saíram posteriormente do campo, principalmente os que ficaram até a década de 1980, tem-se uma margem para pensar que havia possibilidade de ficar e trabalhar no campo. Mesmo sendo a falta de trabalho apontada por Cícero como motivação para a saída do campo, ela vem acompanhada pela afirmação de seu anseio pela vida na cidade. Esse desejo pode ser percebido como evidência da possibilidade de permanecer vivendo e trabalhando no campo; se não o fez, foi em grande medida pela falta de perspectiva ali.

Outra questão que deve ser levada em consideração quando analisada a narrativa de Cícero Messias Velasco é justamente o desejo, a atração exercida pela possibilidade de morar na cidade e, posteriormente, a possibilidade de se manter na mesma.

M.T.: ...E você veio por causa de que pra cá?

C.: Ah, eu vim porque na zona rural foi ficando mais difícil pra trabalhar. E na época quando eu vim pra cá era rapaz novo, gente jovem, sabe como que é num quer no mato que ficar mais na cidade. Mais foi por causa disso. Estou aqui até hoje. Já tem uns quarenta anos que eu moro aqui, eu vim pra cá eu tava com.... acho que com 16 ano quando eu vim pra cá.⁵¹

O desejo de mudar-se para a cidade denota não apenas algo que pertence ao indivíduo, mas, antes disso, coloca em questão carências vividas pelos trabalhadores no campo. A falta de trabalho compõe transformações relevantes que estavam ocorrendo nas relações sociais estabelecidas cotidianamente. É possível supor que, ao invés de uma simples falta de trabalho no campo, o que ocorre, na verdade, é uma transformação nos modos de vida desses trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que ocorre a mecanização das relações de trabalho no campo, o trabalhador perde, paulatinamente, o controle sobre o trabalho desenvolvido por ele ali. Desde muito jovens, os trabalhadores acompanham seus pais no trabalho e compartilham experiências acumuladas ao longo da trajetória destes no que diz respeito ao conhecimento sobre os modos de vida no campo. Os trabalhos realizados pelos pais são assimilados pelas crianças e, se colocados em ação, são desenvolvidos com a prática ao longo tempo. Sair do campo significou abrir mão desse lugar conhecido em benefício das possibilidades oferecidas na cidade que, como vimos, não são muitas em Santa Juliana.

O caso de Cícero não é o único quando se trata de trabalhadores que se mudaram para a cidade motivados pela falta de trabalho no campo. Outros partilharam experiências semelhantes. Entretanto, nem todos entrevistados romperam totalmente o vínculo com o trabalho no campo. Algo importante deve ser considerado, pois diz respeito a transformações

⁵¹ Cícero Messias Velasco. No momento da entrevista esse trabalhador era casado e tinha uma filha que também estava casada e não morava mais com o pai. Ele estava com cinquenta e cinco anos de idade e já havia se aposentado como pedreiro em Santa Juliana. A entrevista foi realizada na cidade de Santa Juliana no dia 04/12/2009.

na dinâmica das relações sociais de trabalho e nos permite evitar a oposição entre campo e cidade: mesmo diante da impossibilidade de morar no campo, algumas pessoas continuaram a retirar seu sustento e o sustento de suas famílias com o trabalho nas fazendas.

Quando tentamos problematizar a oposição entre o campo e a cidade, acreditamos que essa operação seja importante, pois permite perceber que, no que diz respeito às relações sociais, ambos não estão dissociados. Para compreender melhor essa questão é preciso dizer que o foco das investigações históricas deve ser os sujeitos. Se pensarmos por essa perspectiva, estaremos nos aproximando das experiências vividas, neste caso, pelos trabalhadores rurais. A compreensão de que partimos busca valorizar e perceber o trabalhador como sujeito capaz de transformar a história, ou seja, ao abordarmos aspectos da realidade social o fazemos a partir das trajetórias dos trabalhadores. Sendo assim, se pensarmos os trabalhadores como atores sociais, veremos que campo e cidade fazem parte de um mesmo cenário; o que muda, em si, são as condições de trabalho e as formas de exploração do trabalhador ao longo do tempo.

Outra perspectiva desse mesmo enredo pode ser percebida no diálogo com Ricardo Aparecido da Costa que, no momento da entrevista, estava com 39 anos de idade e trabalhava como porteiro na Escola Estadual Santa Juliana. De acordo com sua narrativa, chegou a Santa Juliana acompanhando sua família aos sete anos de idade. Nascido na cidade de Uberaba-MG, morava em uma fazenda no distrito de Ponte Alta, jurisdicionado à mesma cidade. Seu pai morava e trabalhava em uma fazenda, ali ele “plantava roça. Mexia com roça”.

Desde a sua chegada à cidade, Ricardo trabalhou em diferentes atividades, sendo a maioria delas ligadas diretamente ao campo. Trabalhou em lavouras de milho, soja, batata, entre outras, e apenas recentemente passou a trabalhar na cidade; ora como vigilante, ora como porteiro. O fato de trabalhar na cidade guarda uma característica importante: há cerca de três anos Ricardo sofreu um acidente de caminhão, estando voltando do trabalho em uma fazenda, machucando-se a ponto de ficar afastado de seu trabalho por vários anos. A partir daí, por consequência de um problema na coluna, ele não trabalhou mais no campo; realizou um curso de vigilante e começou a trabalhar na cidade.

Diferentemente de Cícero, o pai de Ricardo continua trabalhando no campo; contudo, há algo que chama atenção em sua nova profissão: quando sai de Ponte Alta em direção à cidade de Santa Juliana, o pai de Ricardo deixa para trás o trabalho que realizava ali. A criação de animais, o cultivo de plantas, ambos para subsistência, foram deixados para trás e o

novo trabalho desenvolvido em Santa Juliana vislumbra transformações que ocorreram nas relações de trabalho e produção.

M.T.: Seu primeiro serviço na cidade foi com...?

R.: Não! Meu primeiro serviço foi carvoeira também.

M.T.: E como era o serviço lá na carvoeira?

R.: Ah, era desmatar, né. Porque aqui era tudo cerrado. Só cerrado. Você num via nada aqui. Você num via terra limpa aqui não. Na época que nós chegamos pra cá

M.T.: Isso foi que ano? Você lembra?

R.: Não! Eu lembro assim. De carvoeira que eu tenho as minha lembrança. Que eu... meu pai às vezes até me levava pra mim ir lá era oitenta e dois (aqui o entrevistado está se referindo ao ano de 1982). Mas começou em... as carvoeira aqui começou em... diz meu pai que começou em 1978 por aí.

M.T.: Aí eles começaram a desmatar pra plantar?

R.: Aí eles começou a desmatar. Aí o pessoal, os gaúcho veio chegando pra cá. E aqui na época e os pessoal na época é chapadão. O povo falava chapadão, né. O povo plantava só na beira dos rio e eles chamava o resto aí só de chapadão. Então o povo foi vendendo pros gaúcho muito baratinho sabe? Foi vendendo terra. Vendendo não, foi dando, vendendo muito baratinho. E o povo foi desmatando aí já chegou um pessoal aqui que mexia com carvoeira, né? Aí nós foi mexer com carvoeira. Aí era.. aí carvoeira era um serviço doído viu!

M.T.: É! Como que era? O que você tinha que fazer? O trabalho mesmo.

R.: Eu comecei mesmo moleque. Juntando lenha. Eu comecei com uns treze ano por aí. Os cara cortando a lenha de motosserra e eu juntando a lenha sabe? Aí depois eu fui ficando mais forte, crescendo. Já comecei a puxar lenha. Aí comecei a cortar lenha também.

M.T.: Aí puxa ela? Como que é?

R.: Era uns caminhãozinho velho de... tinha umas carvoeira que tinha era boi. No carroção sabe? Aí punha dois boi em cada carroção e começava a puxar lenha, ia puxar lenha. Aí jogava na boca dos fornos. Tinha os fornos aonde queimava o carvão, né? Meu pai que fazia o carvão sabe? Aí com uns dezessete anos eu comecei a fazer carga de carvão.

M.T.: Caminhão? Aí você era o motorista?

R.: Não. Fazia a carga. Ensacava o carvão e fazia tudo e empilhava ela no caminhão.

[...]

Ele descarregava ali mesmo?

Não. Levava lá pra Divinópolis, pra siderúrgica. Descarregava lá.

Divinópolis?

É! Divinópolis, Itaúna, eles sempre vendia o carvão por aí. Aquilo ali mesmo era tudo cerrado ó. Aquilo ali você via um cerradão ali ó. Você não via nada. Você ia daqui na Zelândia e não via uma palmo de terra assim. Só mato. Cerrado, mato. O

povo foi desmatando tudo, acabando tudo. Hoje você não vê um cerrado aqui fácil, perto aqui mais não. Mais carvoeira foi um serviço doído rapaz. É um serviço muito doído. Você ficar naquele... muita gente adoeceu dos pulmão em carvoeira aqui, muita gente morreu de constipação. Tem um colega meu mesmo ele tava tirano forno quente. Abria a porta de forno e ficava aquelas brasa. Porque às vezes não esperava o forno esfriar sabe? Porque se barrelasse ele, jogasse um barro e esperasse ele uns dois, três dia ele apagava o fogo. Mais tinha uns cara que “não vamos tirar porque tem que manda a carga”. Aí eles abria o forno tinha muito fogo e aí jogava água sabe? E tinha os motor, sempre carvoeira tinha um lugar beirando uma água, sempre tinha um motorzinho. Os dono de carvoeira comprava aquele motor à diesel com uma bomba ali pra jogar água nas carvoeira, né?

M.T.: Aí jogava água em cima do forno?

R.: É! Não, pegava a mangueira e jogava dentro do carvão, dentro do forno. Aí ele tava quente demais do forno... porque o forno é um trem muito abafado e ele saiu quente demais lá e era moleção e pegou e jogou uma água nele. Foi no tambor assim. Tinha uns tambor de duzentos litros. Porque em carvoeira não tinha água não as água é tudo.... você tinha que lavar as vasilha e tudo mesmo com água de lata esses trem. Então ele pegou uma lata d'água e despejou na cabeça aí os miolo dele inflamou, inflamou o cérebro dele, constipou e inflamou. Aí na época aqui era atrasado demais era só um médico pra cidade inteira. Tinha era.... o povo ia era na farmácia sabe? O cara adoeceia ele ia é na farmácia.

M.T.: Isso é final da década de oitenta mais ou menos?

R.: Não já era lá pelos anos noventa. Aqui era meio atrasadinho agora que deu uma melhorada.⁵²

De acordo com relatos, no final da década de 1970 era comum encontrar locais nos quais se transformava madeira em carvão em Santa Juliana, as carvoeiras. A madeira obtida para tal produção era fruto do desmatamento promovido por proprietários de terra. Os donos das carvoeiras compravam a madeira ainda em estado natural, sendo sua a responsabilidade pela derrubada e pelo transporte das mesmas. Segundo Ricardo, depois de pronto o carvão era vendido pelo dono da carvoeira para siderúrgicas nas cidades de Divinópolis e Itaúna, ambas em Minas Gerais.

O interesse em desmatar as terras do município não se dá naturalmente como a necessidade de alimentação ou simplesmente pelo fato de a vista do cerrado não fazer bem aos olhos dos fazendeiros: relações sociais de produção começam a transformar a paisagem em Santa Juliana, tanto no campo quanto na cidade. São fortes os indícios de que a partir da década de 1970, grande parte das terras do município foi comprada por produtores vindos de

⁵² Ricardo Aparecido da Costa. No momento da entrevista ele estava com trinta e nove anos de idade, era solteiro e vivia com os pais. A função que ocupava naquele momento era a de porteiro da Escola Estadual Santa Juliana, sendo que durante sua trajetória passou por diferentes atividades de trabalho tanto no campo quanto na cidade. Entrevista realizada no dia 16/08/2011.

outras regiões do país, principalmente da região sul, que compreende os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O objetivo desses produtores era tornar o cerrado do município terras adequadas para o plantio; para tanto, o desmatamento por meio do trabalho realizado pelos carvoeiros seria fundamental.

Com base no depoimento de Ricardo a respeito do trabalho nas carvoeiras, vimos que ele relata o mesmo como sendo “um serviço doído!”. Os trabalhos realizados pelo entrevistado podem ser percebidos como um elemento que orienta, neste caso, o olhar desse trabalhador sobre seu passado. É preciso levar em consideração o fato de ele ter trabalhado em lavouras de milho, soja, dentre outras, além do seu emprego atual como porteiro de uma escola pública. Mediado por toda sua trajetória como trabalhador, o entrevistado nos expõe suas lembranças e, pensando nisso, podemos conferir maior confiabilidade à interpretação de seu discurso.

A expressão de Ricardo nos coloca diante do cotidiano de sofrimento do trabalhador das carvoeiras; algo diferente do trabalho nas carvoeiras é ser porteiro em uma escola pública, por exemplo, o que não exige tanto da força física do trabalhador. Sua responsabilidade hoje compreende zelar pela entrada e saída de pessoas da escola, ou seja, uma atividade em que Ricardo depende mais do diálogo. Nas carvoeiras, desde o ato de juntar a madeira que vai sendo cortada até o carregamento do caminhão o trabalhador enfrenta condições de trabalho que o levam à exaustão.

No depoimento de Ricardo, se levamos em consideração sua trajetória enquanto trabalhador que acompanhava seu pai ao trabalho desde muito jovem, percebemos que devido ao fato de ele ter crescido envolvido com o trabalho nas carvoeiras sua aprendizagem passou por todas as etapas. Ricardo nos dá um depoimento minucioso do trabalho nas carvoeiras, apresentando desde a atividade que primeiro desenvolveu, juntando a lenha que era cortada, passando por todo o processo de transformação da madeira em carvão, até o carregamento do caminhão para que o carvão pudesse ser entregue aos compradores.

É importante atentarmos ao fato de que a função desenvolvida por Ricardo muda de acordo com o seu desenvolvimento físico; isso, em função de algumas atividades não serem possíveis para alguém com pouca idade. Não apenas por ser fisicamente fraco, mas por determinadas tarefas, como “fazer o carvão” (tarefa realizada por seu pai), por exemplo, requerem a habilidade adquirida com a prática e a resistência física de um adulto.

À medida que se desenvolvia, ficando mais forte e experiente, Ricardo passava a lidar com diferentes atividades. Contudo, se prestarmos atenção ao trecho acima, perceberemos que nem todas as atividades foram realizadas por Ricardo: fazer o carvão é uma delas. Dentro da produção do carvão realizada nestes moldes, essa seria a atividade mais perigosa, sendo que os casos de mortes relatados por Ricardo são trabalhadores das carvoeiras que exerciam tal atividade.

O trabalhador (ou trabalhadores) responsável por cuidar dos fornos tem de se expor durante quase todo o trabalho a temperaturas altíssimas, além da fuligem e fumaça que são liberadas dos fornos durante o processo de queima da madeira. A atividade realizada por ele envolve encher os fornos com a madeira que foi deixada ali por outro trabalhador que pode tê-la carregado em pequenos caminhões ou mesmo em carroções⁵³. Depois de estar o forno cheio, o próximo passo é acender o fogo; em seguida, a abertura por onde a madeira foi colocada é fechada com tijolos e barro. Existe, ao redor do forno, algo como respiradores, pequenos orifícios que são abertos ou fechados de acordo com a intenção do trabalhador – seja para intensificar o calor dentro do forno, seja para abrandá-lo. É nesse clima, envolvido por muita fumaça, que o trabalhador enfrentava – e ainda enfrenta em algumas regiões do Brasil – uma jornada de trabalho que se estendia por todo o dia, geralmente nos sete dias da semana.

A chegada de produtores vindos da região sul do Brasil nas décadas de 1970 e 1980 contribuiu para acelerar a saída das pessoas que viviam e trabalhavam no campo. As transformações nas relações de trabalho e produção são fruto de um complexo de relações políticas e econômicas do período.

Para pensarmos a respeito das políticas econômicas do período, relativas às orientações sobre as relações de trabalho e produção, tomaremos o trabalho de dissertação de Luciana Lilian de Miranda⁵⁴ como referência para pensarmos esse movimento ao longo das décadas de 1960 e 1970. Partindo das “vivências” de proprietários rurais do município de Uberlândia, a autora em questão busca “apreender o processo de mudança das relações sociais

⁵³ Carroções era o nome dado a um veículo de tração animal utilizado, neste caso, para o transporte da madeira entre o local em que estavam organizadas em montes feitos depois do corte até a boca dos fornos.

⁵⁴ MIRANDA, Luciana Lilian de. *Adeus ao Jeca Tatu: proprietários rurais de Uberlândia, MG, vivenciando a política agrícola modernizadora, 1960-1985*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

de produção na agricultura da região”.⁵⁵ A partir daí, a autora procura, em suas análises, compreender como foram elaboradas e, posteriormente, implementadas as políticas referentes à organização da produção e do trabalho no campo no período entre 1960 e 1985.

São justamente essas questões políticas e econômicas que nos interessam perceber a partir da leitura da pesquisa em questão. Ao ler a dissertação de Miranda é possível perceber que, a partir da década de 1930, a ideia de promover “o desenvolvimento do setor industrial foi privilegiado por todos os governos, rompendo com a economia centrada na agro-exportação”⁵⁶. Segundo sua análise, na década de 1960 se sinalizava a tentativa de atrelar o desenvolvimento dos setores agrário e industrial, com ênfase sobre o segundo.

Segundo a autora, para refletir sobre as questões agrárias brasileiras na década de 1960, ela estabelece uma discussão entre fontes variadas procurando recuperar “diferentes interpretações e propostas para a ‘questão agrária’ nos anos 1960, em disputa no contexto nacional”. A partir daí, ela constrói um enredo que nos permite perceber como as discussões em torno da proposta de reforma agrária, questão presente em um caloroso debate na época, “foram sendo modificadas e esvaziadas pela nova correlação de forças sociais que exerceu a hegemonia junto ao Estado”⁵⁷.

É nesse enredo que foi aprovado, em 1963, o “Estatuto da Terra”, legislação que possibilitaria uma intervenção na estrutura fundiária. A princípio, o Estatuto, aliado a outras medidas políticas como o estabelecimento de indenizações referentes às terras desapropriadas, foi encarado por diversos proprietários de maneira contestatória. A reação dos proprietários pode ser percebida como indício da possibilidade de que, a partir daquele momento, seus títulos, seu direito à propriedade estariam sendo ameaçado. De acordo com a autora, tal atitude não dura muito, pois, com o tempo, foi mais evidenciado o caráter de promoção do desenvolvimento rural do que o caráter de um projeto que visasse à redistribuição da propriedade das terras brasileiras.

Vejamos agora o trecho de uma reportagem utilizada por Miranda como evidência para pensar os diferentes olhares sobre a relação entre indústria e agricultura:

⁵⁵ MIRANDA, Luciana Lilian de. Op. Cit., p. 02.

⁵⁶ MIRANDA, Luciana Lilian de. Op. Cit., p. 15.

⁵⁷ MIRANDA, Luciana Lilian de. Op. Cit., p. 12.

Falando para um auditório composto de economistas, professores universitários de todo o país, o Sr. Lúcio Meira, Presidente do BNDS e Secretário Geral do Conselho do Desenvolvimento disse na Conferência Nacional da Indústria, que o problema da agricultura brasileira constitui inequivocamente o primeiro problema da industrialização. E acentuou que ‘só uma visão viciosa e estreita dos fatos do desenvolvimento econômico pode supor que, sem adequado tratamento dos problemas agrícolas, seria possível assegurar condições propícias à industrialização do Brasil ou de qualquer outro país’... Mais adiante afirmou que o Brasil se encaminha visivelmente para a mecanização da lavoura o que trará, entre numerosos benefícios a elevação da produtividade por área... disse constituir uma necessidade o aceleração da industrialização para absorver o excedente da mão-de-obra rural não apenas o que virá no futuro (com a mecanização da agricultura), como o que já chegou e que se acumula nas favelas e mocambos das cidades, especialmente no nordeste⁵⁸.

Quando a autora trabalha o trecho, ressalta “a ênfase na ideia de complementaridade entre o desenvolvimento da indústria e o da agricultura”⁵⁹. De acordo com suas investigações, pelo menos até nesse momento, vislumbra-se certo abandono do campo em oposição à valorização das indústrias; assim, “a questão agrária, negligenciada pelos governos anteriores, passou a ser incorporada nesse debate acerca dos caminhos a serem percorridos na escalada desenvolvimentista”⁶⁰.

Acho interessante pensar vir o desenvolvimento do Brasil através da “mecanização da lavoura” e do “aceleração da industrialização”, pois isso permite perceber os rumos que o governo daquele momento pretendia dar às relações de trabalho que eram estabelecidas no campo. A lógica do discurso do citado secretário é interessante. Se ele acredita que os trabalhadores que saíram do campo e se acumularam “nas favelas e mocambos das cidades”, nomeados por ele como “excedente da mão de obra rural”, são um problema, melhor intensificar tal processo e criar possibilidades de novas e velhas empresas criarem postos de trabalho para os mesmos nas cidades.

Assim, seria possível gerar renda para os “donos” do campo através do aumento da produtividade pela mecanização das relações produção. Ao mesmo tempo, as “indústrias” podem explorar a mão de obra do trabalhador que deixa o campo para buscar garantia da sobrevivência na cidade. São milhares de trabalhadores que, em condições semelhantes,

⁵⁸ “Agricultura brasileira constitui 1º problema da nossa indústria”, **Correio de Uberlândia**. Ano XXIII, nº 9038, 28/08/1960, p. 04.

⁵⁹ MIRANDA, Luciana Lilian de. Op. Cit., p. 12.

⁶⁰ MIRANDA, Luciana Lilian de. Op. Cit., p. 17.

disputarão as vagas de trabalho existentes na cidade, ou seja, em sua maioria, pouco sabem das respectivas profissões que exerceram, carregam consigo a experiência da lida com a terra.

O que vem ao caso é perceber que, no discurso do respeitoso cidadão, quando os trabalhadores são mencionados, eles aparecem um tanto como entrave à mecanização do campo quanto como mão de obra disponível para o desenvolvimento da indústria. Assim, isso nos permite afirmar que as políticas em nível nacional neste período estavam interessadas em promover – entre outras coisas – a valorização do capital e os trabalhadores que viviam no campo mais uma vez produziram o “tapete de veludo” da burguesia.

O trecho foi retirado pela autora do Jornal Correio de Uberlândia e nos permite pensar sobre os interesses em discussão na região da qual Santa Juliana faz parte. Podemos perceber que, pelo menos desde a década de 1960 em diante, o cenário político e econômico não favorecia o trabalhador que vivia no campo, seja como arrendatário, posseiro, meeiro, pequeno proprietário, entre outras formas de relação social de trabalho. À medida que o papel das siderúrgicas se torna cada vez mais necessário, assim como o aumento da produtividade no campo, o cerrado vai sendo devastado, sua madeira transformada em carvão e abastece os fornos das siderúrgicas que produziram o ferro e o aço necessários para abastecer o “sonho” da industrialização nacional.

A área plantada na década de 1950 em Santa Juliana⁶¹ era de aproximadamente 8526 ha (hectare); comparando com dados do ano de 2003, ao somarmos apenas a área colhida (em hectare) das lavouras de milho (9000 ha) e soja (12500 ha), temos um total de 21500 hectares colhidos⁶². Vejamos o quadro⁶³ que se baseou em dados produzidos por diferentes instituições:

⁶¹ Ver quadro na página 36.

⁶² Somamos apenas estas duas lavouras, pois a maior parte da área desmatada a partir da segunda metade década de 1970 foi sendo ocupada principalmente por elas, vale ressaltar que com pouca mão-de-obra e mesmo quando utilizada isso se dava praticamente nos períodos de plantio e colheita.

⁶³ Ver: <http://cidadesnet.com/municipios/santajuliana.htm#AtividadesEconomicas>. Primeiro acesso no dia 07 fevereiro de 2010. Último acesso em 14 de março de 2012.

Figura 3 – Quadro apresentando números referentes aos principais produtos agrícolas produzido no ano de 2003

Produto	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)
Alho	60	750	12.500,00
Banana ⁽²⁾	10	100	10.000,00
Batata-inglesa (1ª safra)	650	16.250	25.000,00
Batata-inglesa (2ª safra)	250	7.000	28.000,00
Batata-inglesa (3ª safra)	100	2.800	28.000,00
Cana-de-açúcar	20	400	20.000,00
Café	270	307	1.137,04
Feijão (1ª safra)	200	480	2.400,00
Feijão (2ª safra)	250	600	2.400,00
Feijão (3ª safra)	200	480	2.400,00
Laranja ⁽¹⁾	14	140	10.000,00
Mandioca	22	264	12.000,00
Milho	9.000	54.000	6.000,00
Soja	12.500	37.500	3.000,00
Trigo	60	324	5.400,00
Cebola	220	8.800	40.000,00

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

(1) Produção em mil frutos e rendimento em frutos/ha

(2) Produção em mil cachos e rendimento em cachos/ha

As lavouras de feijão nesse período guardam uma característica interessante que nos permite perceber que seria o pensado aumento da produtividade no campo associado à mecanização apenas uma face de tal processo. A área ocupada pelo feijão em 1950⁶⁴ era de 980 hectares (ha), enquanto que em 2003 apenas 250 hectares foram plantados na segunda safra, a qual seria a que maior espaço ocupa. Levando em consideração que em 1955 a quantidade média de feijão produzida por hectare era de aproximadamente 857 quilos e que a colheita do feijão é feita manualmente, com a participação de máquinas apenas no transporte e beneficiamento, é possível afirmar que a produção por hectare teve grande aumento proporcional desde então.

É interessante perceber que os investimentos previstos no campo passam a contrapor os modos de vida dos trabalhadores que viviam ali. Como vimos, o campo, naqueles moldes, não interessava aos dirigentes do Estado nem mesmo aos grandes proprietários rurais e industriários. Daí em diante, ao longo das décadas de 1970 e 1980, a tendência teria sido a

⁶⁴

Ver quadro na página 36.

intensificação deste processo de transformação do cenário no campo, alterando expectativas e possibilidades dos trabalhadores. Sabendo que ao longo dos últimos 60 anos a maioria das pessoas que viviam no campo neste município passou a viver na cidade, seja ali ou mesmo fora, percebemos que a ideia de produtividade associada aos investimentos em Ciência e Tecnologia tem prevalecido na disputa sobre a sobrevivência no campo.

Assim, a importância da atividade dos carvoeiros não pode ser contemplada apenas à luz dos aspectos econômicos; a relevância social e cultural desta atividade pode ser percebida no depoimento de Sebastião Donizete. Esse viveu praticamente toda sua vida no município de Santa Juliana e aos 46 anos de idade, no momento da entrevista, morava na cidade desde o ano de 1986 quando deixou o campo “à procura de emprego”.

À medida que os trabalhos de pequena agricultura foram sendo reduzidos, chegando a quase escassez, a atividade nas carvoeiras foi uma das últimas alternativas encontradas para a permanência no campo. Com o término do trabalho nas carvoeiras intensificou-se a redução do espaço dos trabalhadores e muitos se mudaram para a cidade. Outros, porém, conseguiram permanecer com o trabalho em lavouras mecanizadas. Para Sebastião Donizete, o trabalho como operador de máquinas no campo durou pouco tempo; entretanto, sua experiência em tal atividade (juntamente com sua boa relação com políticos daquele momento) foi determinante para o primeiro trabalho exercido por ele na cidade: operador de máquinas na Prefeitura Municipal de Santa Juliana.

S.D.: Nessa época muita gente na zona rural. Eu mudei pra cá foi em oitenta e seis. Em fevereiro de oitenta e seis. Eu morava na zona rural. Fevereiro de oitenta e seis eu vim mudá pra cidade, né?!

M.T.: Por que você veio para cidade?

S.D.: Aí foi restringindo os trabalho na rural. Por que o seguinte é... antigamente a gente plantava um pedacinho de terra meava com o patrão e... colhia, né. Metade pra ele metade pra gente. Só que aí foi restringindo, os trabalho foi ficando mais pouco. Foi chegando trator e serviço braçal que havia na fazenda num tinha. Você tá entendendo? Daí nessa época a gente já havia mexido com carvoeira. Aí as carvoeira... foi acabano o cerrado da nossa região também, né. E a solução foi vim pra cidade à procura de emprego. Pra trabalhar.⁶⁵

⁶⁵ Sebastião Donizete Teixeira. No momento da entrevista estava com quarenta e seis anos, era casado e vivia com a mulher e o filho de, aparentemente, treze anos de idade. Nascido no ano de 1963 na zona rural do município de Santa Juliana mudou-se para a cidade, no mesmo município, no ano de 1986. Depois de se mudar para a cidade foi trabalhar na Prefeitura Municipal de Santa Juliana, trabalhou ali até o momento da entrevista, exceto no período entre os anos de 1992, quando saiu da prefeitura devido a questões políticas (segundo ele o

De acordo com o depoimento de Sebastião Donizete, parte de sua vida no campo foi subsidiada pelo trabalho para um determinado patrão: o proprietário da terra em que ele vivia com sua família. Nesse período, era comum a existência de famílias que moravam nas terras do patrão, tendo como obrigação realizar diferentes trabalhos para a manutenção da sobrevivência do mesmo. Além disso, tinham o direito de produzir em terra “cedida” pelo patrão; entretanto parte da sua produção era destinada ao proprietário da fazenda. Se nos esforçarmos, podemos visualizar o proprietário das terras recostado ao parapeito da varanda da casa sede da fazenda, admirando e gozando do trabalho realizado por seus “parceiros”.

O trabalhador partícipe desta forma de relação era obrigado a pagar pelo direito ao acesso à terra, entregando ao proprietário da mesma pelo menos a metade de sua produção; daí, esses trabalhadores serem chamados de “meeiros”. Ainda que se configure como uma forma de exploração do trabalho, o trabalhador mantinha seu cotidiano no campo. Era possível ao trabalhador lidar com trabalhos os quais apreendeu desde a infância.

Percebemos no trecho selecionado acima que, paulatinamente, as atividades realizadas pelos trabalhadores que viviam no campo foram perdendo espaço durante a reconfiguração das relações de trabalho até não mais ser possível para a esmagadora maioria sobreviver realizando os mesmos ofícios. Como vimos, a redução do espaço do trabalhador no campo está atrelada a delicadas questões políticas e econômicas; a relação social de trabalho apontada por Sebastião Donizete, por exemplo, na qual sua família vivia na propriedade do patrão, foi sendo lentamente transformada.

As políticas econômicas adotadas amparadas pelas narrativas produzidas permitem vislumbrar a forma pela qual ocorre o processo de apropriação das terras do município por latifundiários provenientes de outras regiões do país e também o direcionamento da produção. Vejamos um trecho da entrevista realizada com Ricardo Aparecido da Costa:

R.: Aí o pessoal, os gaúcho veio chegando pra cá. E aqui na época e os pessoal na época é chapadão. O povo falava chapadão, né. O povo plantava só na beira dos rio

prefeito que tomou posse no ano de 1992, José Carneiro Naves, assim que assumiu o cargo demitiu todos aqueles que haviam se colocado contrário a sua eleição) e foi trabalhar como motorista, retornando em 1998 quando novamente era partidário do então prefeito, Afrânio Fernandes de Oliveira. Enquanto trabalhou na prefeitura realizou a atividade de operador de máquinas, foi eleito vereador para o mandato de 2001 à 2004, esteve à frente da Secretária do Meio Ambiente e, no momento da entrevista, exercia o cargo de motorista para o qual foi aprovado em concurso público. A entrevista foi realizada na cidade de Santa Juliana no dia 04/12/2009.

e eles chamava o resto aí só de chapadão. Então o povo foi vendendo pros gaúcho muito baratinho sabe? Foi vendendo terra. Vendendo não, foi dando, vendendo muito baratinho. E o povo foi desmatando aí já chegou um pessoal aqui que mexia com carvoeira, né!?

[...]

M.T.: Você pode nos dizer como era seu dia. Que horas você acordava, se tomava café.

R.: Época de gradeação...

M.T.: O que é essa gradeação?

R.: Gradear a terra, né. Arar a terra. Preparar a terra. Nós levantava tipo umas seis hora trabalhava até uma sete, oito hora da noite, nove hora, num tinha horário não sabe? Não tinha horário nem de pegar nem de parar não. No plantio a gente trabalhava até dez horas da noite, nove horas, porque tinha que plantar rápido, né? Por causa das chuva, o tempo. Quando chovia nós num plantava ficava parado aí hora que dava uma estiada nós pegava firme. Aí ia nisso! Na colheita também parava era nove, dez hora da noite. Porque tinha que colher rápido, né. Num empatar a colheita.⁶⁶

A partir do depoimento de Ricardo Aparecido da Costa entendemos que as relações sociais vividas pelos trabalhadores rurais dentro nos limites do município de Santa Juliana (pelo menos até o início da década de 1980, aproximadamente) ocorriam geralmente na proximidade das margens dos “rios”. À medida que as terras se afastavam da água, a dificuldade de cultivo aumentava; assim, até nesse período, a maior parte das terras do município eram cobertas pela mata nativa, havendo pouco desmatamento.

À medida que as terras do município de Santa Juliana foram sendo compradas (provavelmente por grandes proprietários) e, posteriormente, desmatadas, as máquinas vinham logo em seguida, conduzidas por trabalhadores, para que a terra fosse preparada para o plantio de soja e milho, principalmente. Neste período, a demanda por mão de obra fica reduzida, pois, com as máquinas, os proprietários geralmente necessitam de pouco mais de um trabalhador para cada máquina. Dizer que Ricardo deixou para trás os pesados trabalhos realizados nas carvoeiras para se dedicar à condução de máquinas não implicar dizer que esse seja um trabalho tranquilo.

⁶⁶ Ricardo Aparecido da Costa. No momento da entrevista ele estava com trinta e nove anos de idade, era solteiro e vivia com os pais. A função que ocupava naquele momento era a de porteiro da Escola Estadual Santa Juliana, sendo que durante sua trajetória passou por diferentes atividades de trabalho tanto no campo quanto na cidade. Entrevista realizada no dia 16/08/2011.

O dia para os trabalhadores das máquinas começava logo cedo; muitos já estavam de pé às cinco da manhã ou até mesmo antes. Geralmente a ida para o trabalho ocorreria em pequenos caminhões. Ao chegar ao local em que deveriam exercer suas atividades o trabalho era imediato, parando-se apenas por volta das onze da manhã para o almoço. O almoço era, e ainda o é na maioria dos casos, de responsabilidade do próprio trabalhador. Note que em seu depoimento Ricardo nem mesmo menciona sobre a questão da alimentação referida pelo entrevistador, possivelmente porque suas lembranças estão relacionadas à intensidade, às longas jornadas que passou trabalhando.

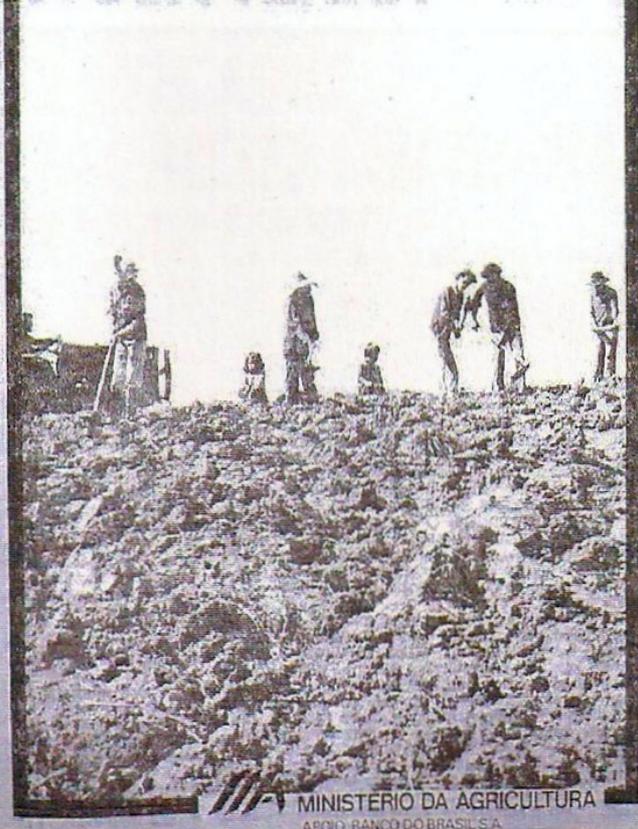
A intensidade do trabalho pode ser percebida na fala de Ricardo com relação ao plantio, quando somente a chuva podia amenizar o cansaço ao longo do dia de trabalho. No período da colheita, por exemplo, percebemos que era estipulado para os trabalhadores um espaço de tempo no qual os mesmos deveriam completar o trabalho – nas palavras de Ricardo, pra “num empatar a colheita”.

Dois documentos⁶⁷ são utilizados por Miranda para colocar em movimento a necessidade de se plantar rápido. São duas chamadas do Ministério da Agricultura publicadas, em edições diferentes, pelo jornal “Correio de Uberlândia” em setembro de 1983. Ambas as propagandas ocupam toda uma página inteira do jornal, sendo que praticamente toda ela é preenchida por uma fotografia, cabendo um espaço reduzido para o texto.

Na primeira publicação, a fotografia utilizada é composta por trabalhadores preparando a terra para o plantio. A ênfase é dada sobre o trabalho manual, já que os trabalhadores preparam a terra com enxadas na mão, aparecendo uma máquina (trator) em segundo plano.

⁶⁷ As imagens dos documentos em questão são fotografias retiradas diretamente da dissertação de Luciana Lilian de Miranda.

Figura 4 – Propaganda do Ministério da Agricultura publicada pelo jornal “Correio de Uberlândia” em 09/09/1983.



**VAMOS RECONSTRUIR
NOSSA TERRA. PLANTANDO.**

Vamos começar agora o plantio de uma nova safra. E precisamos plantar e colher como nunca. É na terra, mais uma vez, que vamos buscar a solução. A terra tem tudo para responder rápido. Em apenas seis meses, todo o dinheiro que você aplica para plantar pode ser devolvido com lucro. Você tem crédito e seguro para cobrir sua produção. Agora com uma novidade. O seguro protege também o dinheiro que você aplicar. E ainda tem a garantia de preços mínimos corrigidos. Você também pode contar com assistência técnica e orientação para conseguir bons lucros. Isso significa benefícios reais para sua família e para o próprio País. Pense nisso. Mais do que nunca, sua terra não pode ficar parada, improdutiva. É nela que você sempre confia. E mais uma vez é a terra que vai garantir uma vida melhor para você.

Procure a sua cooperativa, um banco ou um técnico da extensão rural. Você só tem a ganhar.

MINISTERIO DA AGRICULTURA
APOIO: BANCO DO BRASIL S.A.

Fonte: Correio de Uberlândia, ano XLVI, n. 13.713 (1983).

O título “Vamos reconstruir nossa terra. Plantando.” Seria uma chamada para a necessidade de se plantar e transformar as relações de trabalho e produção estabelecidas no campo. De acordo com o documento, as relações sociais de trabalho e produção que foram estabelecidas até aquele momento no campo terminaram por destruí-lo, havendo então a necessidade de reconstruí-lo. Vejamos o texto que junto à fotografia compõe a propaganda do Governo Federal:

Vamos começar agora o plantio de uma nova safra. E precisamos plantar e colher como nunca. É na terra mais uma vez que vamos buscar a solução. A terra tem tudo para responder rápido. Em apenas seis meses todo o dinheiro que você aplicar para plantar pode ser devolvido com lucro. Você tem crédito e seguro para cobrir sua produção. Agora com uma novidade. O seguro protege também o dinheiro que você aplicar. E ainda tem a garantia de preços mínimos corrigidos. Você também pode

contar com assistência técnica e orientação para conseguir bons lucros. Isso significa benefícios reais para a sua família e para o próprio País. Pense nisso. Mais do que nunca sua terra pode ficar parada, improdutiva. É nela que você sempre confiou. E mais uma vez é a terra que vai garantir uma vida melhor para você.⁶⁸

Na segunda publicação, de data posterior à primeira, mas publicadas no mesmo mês, aparecem dois trabalhadores preparando a terra. Contudo, existe uma diferença marcante: eles estão conduzindo dois tratores para a realização do trabalho (fazendo uso das palavras de Ricardo, eles estariam a “Gradear a terra, né. Arar a terra. Preparar a terra”⁶⁹).

⁶⁸ “Vamos reconstruir a nossa terra. Plantando. In: Jornal Correio de Uberlândia, ano XLVI, nº 13.713, 09/09/1983, p. 05.

⁶⁹ Ver trecho de entrevista na página 47.

Figura 5 – Propaganda do Ministério da Agricultura publicada pelo jornal “Correio de Uberlândia” em 28/09/1983

**PLANTE MAIS.
EM 6 MESES SEU TRABALHO
VAI DAR LUCRO.**

Não deixe sua terra parada. Ela rende mais, produzindo. A terra é o melhor lugar onde você pode aplicar seu dinheiro e seu trabalho. Porque nada responde mais rápido que a agricultura. Em seis meses você já pode ter lucro. Você tem crédito e tem seguro para cobrir o que você produz. E o seguro agora tem uma novidade: cobre também o dinheiro que você aplica. Você ainda tem assistência e orientação e conta com a garantia do preço mínimo corrigido. Pense nisso. Você precisa empregar seu esforço num trabalho que dê retorno rápido. Você e sua família precisam contar com sua terra. A terra em que você sempre confiou.

**VAMOS RECONSTRUIR
NOSSA TERRA.
PLANTANDO.**

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
APOIO BANCO DO BRASIL S.A.

Fonte: Jornal Correio de Uberlândia (1983).

O título, em letras garrafais, é objetivo e diz “Plante mais. Em 6 meses seu trabalho vai dar lucro”. Ao lado da página, em uma pequena coluna, o texto é o seguinte:

Não deixe sua terra parada. Ela rende mais, produzindo. A terra é o melhor lugar para aplicar o seu dinheiro e o seu trabalho. Porque nada responde mais rápido que a agricultura. Em seis meses você já pode ter lucro. Você tem crédito e tem seguro para cobrir o que você produz. E o seguro agora tem uma novidade: cobre também o dinheiro que você aplica. Você ainda tem assistência e orientação e conta com a garantia do preço mínimo corrigido. Pense nisso. Você precisa empregar seu esforço

num trabalho que dê esforço rápido. Você e sua família precisam contar com sua terra. A terra em que você sempre confiou.⁷⁰

De acordo com a autora, uma das motivações deste apelo em se plantar seria atribuída à possibilidade de “desapropriação de terras ociosas para fins de reforma agrária ou, ainda, aos riscos das invasões”⁷¹ e “a utilização dessas máquinas agrícolas poderia indicar a rapidez que estes meios de cultivo modernos proporcionavam”⁷².

Se nas reportagens acima podemos perceber uma ênfase na chamada às famílias de agricultores e as facilidades para que estes pudessem tornar suas terras produtivas, apelando até mesmo para a relação destes trabalhadores para com a terra, a partir das entrevistas produzidas em Santa Juliana, no que diz respeito ao aumento da área plantada neste período, podemos ampliar a discussão. Elas nos permitem pensar que as propagandas em questão, para além de intimar esses trabalhadores a produzirem em suas terras, ela têm uma função de convencimento da necessidade de se transformar as relações de trabalho no campo para que a terra na qual o trabalhador “sempre confiou” não permanecesse sem produzir e, conseqüentemente, ocorresse o aumento da produtividade agrícola e o desenvolvimento da indústria nacional.

Como vimos, a partir da década de 1960 as políticas econômicas referentes às relações de trabalho e produção no campo estavam voltadas para mecanização com vistas ao aumento da produtividade objetivando enormes lucros econômicos, principalmente. A ênfase nas horas trabalhadas juntamente com a emoção liberada por Ricardo quando mencionava esse tempo de trabalho nos permitem perceber as pressões que lhe eram exercidas durante o trabalho para que a produtividade “ideal” fosse garantida. A produtividade e, conseqüentemente, os lucros advindos com o seu aumento, alimentados por projetos político-econômicos e almejados pelo Governo Federal e pelos grandes produtores que se avizinhavam (nesse caso, investidores) só se concretizam à custa da exploração do trabalho.

Até por volta do ano de 1997 a exploração do trabalho se intensifica sobre um número reduzido de trabalhadores que dedicam a maior parte de seu tempo na condução das

⁷⁰ “Plante mais. Em seis meses seu trabalho vai dar lucro.” In: Jornal Correio de Uberlândia, ano XLVI, nº 13.726, 28/09/1983, p. 10.

⁷¹ MIRANDA, Luciana Lilian de. Op. Cit., p. 115.

⁷² MIRANDA, Luciana Lilian de. Op. Cit., p. 116.

máquinas, seja no plantio seja na colheita. A produção agropecuária em geral absorve pouca mão-de-obra e se concentra, por um lado, na produção de milho e soja, por outro, na pecuária de bovinos. Contudo, as evidências indicam que a partir desse momento foram criados no município de Santa Juliana vários postos de trabalho. No que se refere ao trabalho no campo, podemos destacar as colheitas da batata inglesa, do alho, da cenoura, da cebola e do feijão⁷³. Os trabalhadores envolvidos nessas atividades, todos os que foram entrevistados, são pessoas advindas de diferentes regiões do Brasil que, em sua maioria, já trabalhavam com a agricultura, seja produzindo para própria subsistência, seja vendendo sua força de trabalho ou outras formas de relação de trabalho.

É necessário refletir sobre a demanda por trabalhadores neste período, pois isso nos ajuda a compreender um pouco a dinâmica das transformações sociais que ocorreram no município nesses últimos 17 anos, aproximadamente. Seja no campo ou na cidade, a necessidade por mão de obra em diversos setores aumentou consideravelmente. “O que me motivou vim praqui é emprego. Morei numa cidade que chama Coromandel. Eu sou da Bahia. Lá num é uma cidade ruim, mais sobre emprego é devagar. Santa Juliana é uma cidade que você chega é uma cidade que tem emprego!”⁷⁴

O trecho acima foi extraído de uma entrevista realizada com o Pedro Bispo, que é trabalhador rural, casado e, no momento da entrevista, aos 52 anos, residia na cidade de Santa Juliana havia sete anos. Natural da cidade de Nova Redenção, município brasileiro do estado da Bahia, deixou essa região por volta do ano 2000 e, após permanecer aproximadamente dois anos na cidade de Coromandel-MG, fixou-se em Santa Juliana.

Do diálogo com Pedro Bispo surgem duas evidências muito importantes, pois influenciam diretamente a investigação e, por consequência, o diálogo com aqueles que foram entrevistados. Em primeiro lugar, ele aponta a cidade como um local em que havia muitas possibilidades de se conseguir “emprego”. Outras entrevistas permitiram perceber que a

⁷³ Existem diversas outras atividades no município, como por exemplo as criações de gado, as granjas de aves e suínos, plantações de frutas (maracujá, figo, etc.), porém as lavouras mencionadas no texto são as que mais aparecem como potencial empregador nas entrevistas.

⁷⁴ Pedro Bispo. Trabalhador rural, o Sr. Pedro saiu da Bahia e após passagem pela cidade de Coromandel, no Estado de Minas Gerais, fixou-se em Santa Juliana. Com 52 anos ele é casado e vivia na cidade Santa Juliana há cinco anos. A entrevista foi realizada no dia 01/09/2009.

grande oferta de trabalho é uma das principais motivações para a ida de trabalhadores para a cidade. Em segundo lugar, o fato de sua residência na cidade há sete anos.

É comum estar caminhando pela cidade de Santa Juliana e encontrar pessoas que viveram experiências de migração semelhantes às do Sr. Pedro Bispo. Pessoas que deixaram suas respectivas regiões (às vezes junto da família, às vezes não) em busca de trabalho e, de um modo ou de outros, chegaram à cidade e por lá ficaram. Assim como o Sr. Pedro Bispo, diversas pessoas têm se dirigido a Santa Juliana em busca de emprego, motivados pelas ofertas de trabalho, principalmente no campo. Saídos de diferentes regiões do país, parte significativa destes trabalhadores encontrou ali condições que contribuíram para a sua permanência. Tal como Rivaldo Cícero⁷⁵ que, aos nove anos de idade, chegou com a família ao município de Santa Juliana no final da década de 1990, depois de passar pelo trabalho nas lavouras de café no município de Patrocínio⁷⁶.

A trajetória da família de Rivaldo em muito se aproxima da trajetória relatada pelo Sr. Pedro Bispo. Essas pessoas deixaram os locais em que viviam com muitas dificuldades, passaram por diferentes cidades e conseguiram certa estabilidade em Santa Juliana.

Rivaldo Cícero, jovem com 20 anos de idade no momento da entrevista, nasceu no Estado do Ceará e mudou-se com a família (o pai, a mãe e os irmãos) para Minas Gerais ainda na infância. Antes de chegarem a Santa Juliana, passaram algum tempo na cidade de Patrocínio e ali trabalhavam na colheita de café. Nas palavras de Rivaldo, um dos maiores problemas de se ficar em Patrocínio era “porque o café tem a época”. O trabalho manual é uma das formas de se realizar a colheita nas lavouras cafeeiras. Guardadas algumas características próprias do cultivo e manejo do café, sua colheita ocorre geralmente entre os meses de março e dezembro⁷⁷. Vale dizer, não é interesse estender a investigação sobre a cidade de Patrocínio ou mesmo sobre o trabalho nas lavouras cafeeiras. O foco aqui reside no fato de que o trabalho realizado pela família de Rivaldo naquela cidade não atendia suas necessidades, principalmente pela falta de trabalho em pelo menos dois meses do ano (podendo chegar a cinco meses).

Como as lavouras de café não necessitam de trabalho manual durante todo o ano, daí a necessidade de se mudarem. A cidade escolhida pela família foi Santa Juliana. O pai de

⁷⁵ Rivaldo Cícero. Trabalhador rural residente na cidade. Entrevista realizada no dia 01/09/2009.

⁷⁶ Ambos municípios localizam-se no Estado brasileiro de Minas Gerais.

⁷⁷ <http://www.rehagro.com.br/siterehagro/publicacao.do?cdnoticia=1509>. Acesso em Janeiro de 2012.

Rivaldo é o primeiro a mudar-se, provavelmente para conferir as informações obtidas a respeito da cidade e criar condições para que a família fizesse o mesmo. A ação de deixar a família e mudar-se sozinho demonstra o espectro da incerteza que ronda a vida desses trabalhadores, pois dificilmente essas pessoas arriscam tudo o que têm. Essa dúvida nos permite pensar que esses trabalhadores confiam muito em sua experiência quando decidem lançar-se em busca de melhores condições de vida em outras cidades. Assim, essa incerteza é acompanhada de certa desconfiança e o trabalhador se move estrategicamente de forma cautelosa. Esses sentimentos estão presentes em sua trajetória social e evidenciam, além da preocupação com a sobrevivência da família, a possibilidade do desemprego e o cuidado do trabalhador para que isso não aconteça.

Quando lidamos com as estratégias presentes na narrativa de Rivaldo, estamos lidando com uma questão de classe. É importante compreender a trajetória desses trabalhadores a partir das semelhanças em suas condições de vida. Tanto a incerteza presente no cotidiano desses trabalhadores, quanto as estratégias tomadas diante das mesmas são elementos que aproximam esse sujeitos. Neste sentido, a noção de subjetividade, pertinentemente elaborada por Alessandro Portelli⁷⁸, aparece como um grande auxílio na interpretação.

Não podemos deixar de pensar que, mesmo Rivaldo sendo uma criança, suas recordações são importantes na medida em que nos colocam diante da questão do trabalho e a referência dele sobre o mesmo. Assim, Rivaldo evidencia a trajetória de sua família, permitindo-nos pensar sobre a interpretação que realiza a respeito de suas próprias experiências. A narrativa de Rivaldo é representativa não por dizer a respeito apenas a sua história de vida, mas por demonstrar possibilidades vividas por diferentes trabalhadores que têm suas condições de trabalho como chão comum.

Para os trabalhadores entrevistados, encontrar trabalho não é visto como uma tarefa simples, daí a ênfase à afirmação de que a cidade de Santa Juliana é uma boa cidade por ter uma grande oferta de trabalho. Tanto a entrevista com Pedro Bispo quanto a entrevista com Rivaldo apresentam a incerteza como um sentimento presente no cotidiano desses trabalhadores. Ao que parece, a próxima cidade é escolhida a partir das condições vividas na cidade em que estão e as aparentes possibilidades oferecidas na cidade para a qual pretendem se mudar.

⁷⁸ PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: Revista Tempo (Dossiê Teoria e Metodologia), vol. 1, nº 2. Rio de Janeiro, 1996.

Assim como Pedro justifica sua saída da cidade de Coromandel afirmando que lá o “emprego é devagar”, o jovem Rivaldo também aponta a “falta de serviço” como a grande motivação para que sua família deixasse a cidade de Patrocínio. A grande oferta de emprego na cidade de Santa Juliana chama a atenção de um grande contingente de trabalhadores, entre eles aqueles que, como a família de Rivaldo, está à procura de uma cidade em que possam trabalhar com um pouco de tranquilidade.

Como vimos, ambos trabalhadores afirmam que a cidade de Santa Juliana é um lugar excelente para se morar. Podemos perceber que Pedro e o jovem Rivaldo tem algo em comum: além de gostarem de morar na cidade, residem ali permanentemente, ou seja, sem as idas e vindas enfrentadas pelos cortadores de cana, por exemplo.

A necessidade de se deslocarem de cidade em cidade em busca de trabalho nos apresenta uma questão importante. Esses trabalhadores buscam algo que vai além do simples fato de estarem empregados; estão interessados também em construir um alicerce para suas famílias, uma estrutura que lhes permita certa estabilidade. Ao se mudar para Santa Juliana essas pessoas não necessitam apenas do trabalho. Moradia, saúde, educação e lazer são algumas das necessidades apreendidas a partir das entrevistas realizadas com diferentes moradores da cidade. Entretanto, o fantasma do desemprego e, conseqüentemente, o da falta do dinheiro, tornam os sonhos algo tanto distantes.

Essa característica é extremamente relevante, pois nos coloca diante de uma questão: dificilmente esses trabalhadores teriam essa relação com a cidade se não houvessem conseguido certa estabilidade econômica, se não tivessem trabalhado constantemente. Sendo assim, a experiência com o trabalho no campo e a grande oferta de trabalho é determinante para a escolha de Santa Juliana.

Como podemos perceber, as relações de trabalho no município de Santa Juliana têm sido historicamente engendradas em torno das relações sociais de trabalho estabelecidas no campo. Contudo, o que fica evidente ao longo da pesquisa são as transformações que ocorrem nessas relações ao longo do tempo. Se no ano de 1950 pouco mais de 80% da população vivia no campo (8041 pessoas de um total de 9820)⁷⁹, em 2010 esses números sofreram inversão. De acordo com dados do último censo, a população residente no município de Santa Juliana era de 11337 pessoas; Dessas, apenas 1542 (pouco mais de 13,6%) viviam no campo. O

⁷⁹ Ver quadro na página 35.

aumento da concentração de pessoas na cidade não quer dizer que o campo foi abandonado, mas, por outro lado, significa que a dinâmica das relações de trabalho e produção vem sofrendo alterações importantes.

No próximo capítulo tentaremos compreender como ocorreram as transformações nas relações de trabalho e produção no município de Santa Juliana. Para isso, serão abordadas as orientações para que fossem realizadas e as relações de trabalho e produção estabelecidas.

CAPÍTULO II

“ANTIGAMENTE NÃO TINHA NADA DISSO AQUI”: TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE SANTA JULIANA

Em meados do século XX, quando ocorre o processo de aceleração da industrialização brasileira, “esperava-se de nossos campos ampliação da produção (tanto para atender o mercado interno quanto externo) e liberação de força de trabalho para as cidades, atendendo-se as necessidades dos setores industriais e de serviços”⁸⁰. De acordo com Antônio César Ortega, a partir deste momento houve um incentivo para que fosse difundido e adotado um mundialmente “um conjunto de técnicas agropecuárias que seria responsável pela elevação da produção” visando resolver, aparentemente, o problema da fome no mundo.

Esse modelo é baseado no uso de máquinas e implementos agropecuários, sementes melhoradas e raças selecionadas, produtos químicos (os chamados agrotóxicos) para adubação da terra, combate a pragas e doenças e, ainda, um conjunto de técnicas agronômicas como irrigação e drenagem dos solos. [...] esse modelo de produção agropecuário também chegou ao cerrado.⁸¹

Não podemos afirmar se de fato houve ou não essa difusão de um modelo de produção utilizado nos países ricos no Brasil, mas percebemos que no município de Santa Juliana essa prática passou a ser comum na segunda metade do século XX. Como vimos no capítulo anterior, as pessoas que viviam no campo no município de Santa Juliana, desse período em diante, saíram dali motivados tanto pelos atrativos prometidos pela vida na cidade quanto pela redução da possibilidade de sobrevivência no mesmo.

A partir das reflexões estabelecidas por Ortega, percebemos que a noção de desenvolvimento permeia essas ações; no entanto, mesmo tendo ocorrido um real aumento na quantidade de alimentos, o problema da fome persistia, “particularmente nos países mais

⁸⁰ ORTEGA, Antônio César. *Desenvolvimento sustentável: homem e natureza no cerrado mineiro*. Coordenação geral de Marlene Teresinha de Muno Colesanti. Uberlândia: Roma, 2007, p. 28.

⁸¹ ORTEGA, Antônio César. *Desenvolvimento sustentável: homem e natureza no cerrado mineiro*. Coordenação geral de Marlene Teresinha de Muno Colesanti. Uberlândia: Roma, 2007, p. 17.

pobres”, sendo necessário reconhecer que reduzir a pobreza seria imprescindível para um desenvolvimento de caráter inclusivo. Com o passar do tempo foi ficando cada vez mais evidente que, além de não resolver o problema da desigualdade “não somente entre as nações, mas também no interior delas”, esse “modelo de desenvolvimento também não se sustentava ambientalmente”⁸².

No ano de 1992 foi realizada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como ECO-92 ou ainda Rio 92⁸³. Nesta conferência foi estabelecida a necessidade de se buscar o desenvolvimento de maneira sustentável, assim surge a noção de “desenvolvimento sustentável”.

Mesmo sendo estabelecidos os objetivos a partir do imperativo de que era preciso alcançar um modelo de desenvolvimento que levasse em consideração tanto os aspectos sociais quanto os ambientais, procurando atender as necessidades das gerações que estariam por vir, a elaboração desta noção levantou inúmeros questionamentos em torno das pessoas que viviam aquele presente. É justamente a falta de um consenso em torno do conceito que o torna forte, devido à possibilidade de várias interpretações a respeito do mesmo. Para Ortega, “além de pensar nas gerações futuras, não podemos fechar os olhos e ignorar que parcela significativa da população mundial foi excluída e não teve acesso às riquezas geradas, inclusive, para uma sobrevivência digna”⁸⁴.

Durante a ECO-92 foi concebido e elaborado um conjunto de metas denominado Agenda 21, o qual representaria os caminhos para a busca do chamado desenvolvimento sustentável.

A Agenda 21 é um plano de ação para ser adotado nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e sociedade civil, em todas as áreas que a ação humana impacta o meio ambiente. Constitui-se na mais abrangente

⁸² ORTEGA, Antônio César. *Desenvolvimento sustentável: homem e natureza no cerrado mineiro*. Coordenação geral de Marlene Teresinha de Muno Colesanti. Uberlândia: Roma, 2007, p. 17.

⁸³ ECO-92, ou Rio 92, são nomes usados comumente para se referir à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) realizada em junho de 1992.

⁸⁴ ORTEGA, Antônio César. *Desenvolvimento sustentável: homem e natureza no cerrado mineiro*. Coordenação geral de Marlene Teresinha de Muno Colesanti. Uberlândia: Roma, 2007, p. 20.

tentativa já realizada de orientar um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando em todas as suas ações proposta.

Contendo 40 capítulos, a Agenda 21 foi construída de forma consensuada, com a contribuição de governos e instituições da sociedade civil de 179 países, em um processo que durou dois anos e culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em 1992, a chamada ECO-92 ou Rio 92.⁸⁵

Como podemos perceber, essa conferência, juntamente com as diretrizes e compromissos estabelecidos a partir da mesma, contou com a participação de grande parte dos países⁸⁶ com seus respectivos governos e instituições da sociedade civil. O que nos chama a atenção trata-se da forma por meio da qual a Agenda 21 seria implantada, a elaboração de estratégias para sua concretização seria de responsabilidade local. “A Agenda 21 considera questões como geração de emprego e renda, diminuição das disparidades regionais, desigualdade de rendas, mudanças nos padrões de consumo e produção, e adoção de novos modelos e instrumentos de gestão” ficando a critério dos governos, em todas as esferas (federal, estadual e municipal) os padrões a serem implementados e, teoricamente, seguidos.

Contudo, devemos mencionar um aspecto relevante dessas diretrizes. No último ano do século XX foi realizada a Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual foram elaboradas as chamadas “Metas do Milênio”. Essas metas foram pontuadas em oito tópicos sendo o oitavo o que nos interessa neste momento:

8) **Estabelecer uma parceria mundial pelo desenvolvimento:** desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em normas e não discriminatório, atendendo particularmente às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos. Enfrentar, de maneira geral, os problemas da dívida dos países em

⁸⁵ ORTEGA, Antônio César. *Desenvolvimento sustentável: homem e natureza no cerrado mineiro*. Coordenação geral de Marlene Teresinha de Muno Colesanti. Uberlândia: Roma, 2007, p. 21-22.

⁸⁶ “A exceção mais expressiva vem sendo os EUA, não, por acaso, a nação mais poluidora do mundo, acusada pelos cientistas de ser a grande responsável pelo efeito estufa, que vem alterando o clima da terra e colocando em risco nossa sobrevivência a longo prazo.” Ver: ORTEGA, Antônio César. *Desenvolvimento sustentável: homem e natureza no cerrado mineiro*. Coordenação geral de Marlene Teresinha de Muno Colesanti. Uberlândia: Roma, 2007, p. 21.

desenvolvimento. Em cooperação com os países em desenvolvimento, elaborar e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens trabalho digno e produtivo, e que possam aproveitar os benefícios das novas tecnologias, em particular os das tecnologias de informação e das comunicações.⁸⁷

Se atentarmos à quinta linha deste ponto é possível perceber que essas metas são elaboradas a partir dos países autoproclamados como desenvolvidos. Nesse sentido, a impressão que fica é a de que a ideia apregoada na ECO-92, atribuindo-se aos governos locais a reponsabilidade e o compromisso pela implantação das diretrizes propostas na Agenda 21 se dava a apenas na aparência. O que queremos dizer é que mesmo contando com a participação de diversos países, os rumos traçados pela Organização das Nações Unidas (ONU) levavam em consideração, principalmente os problemas enfrentados pelos países ditos desenvolvidos.

Se contrapusermos o depoimento de Rivaldo Cícero a um dos aspectos deste ponto, a elaboração e aplicação de estratégias que viessem a proporcionar aos jovens “trabalho digno e produtivo”, é possível perceber algo importante e que atribui caráter social à questão do desenvolvimento sustentável:

R.: ... eu estudava e parei de estudar.

M.T.: Porque que você parou de estudar?

R.: E vi que num... eu vi que estava pegando demais né, trabalhar e estudar.

M.T.: Estava difícil?

R.: Estava difícil. Mas o ano que vem eu vou ver se eu começo de novo.

M.T.: Você parou em que ano?

R.: Segundo

M.T.: Segundo ano?

R.: Unhun! (como que concordando)

M.T.: Falta pouquinho uai!

R.: Falta pouco, mas o ano que vem eu acho que vou começar de novo né. É porque esse ano num adianta mais né.

M.T.: E... como é que é? Tem escola, a escola tem vaga pra todo mundo?

⁸⁷ ORTEGA, Antônio César. *Desenvolvimento sustentável: homem e natureza no cerrado mineiro*. Coordenação geral de Marlene Teresinha de Muno Colesanti. Uberlândia: Roma, 2007, p. 24.

R.: Tem vaga, mais esse ano capaz que num tem mais não, já completou né. Mas tem muita gente que sai também né. Tem uns que para depois do ano. E assim vai. Tem uns caras resistentes né. Igual, desde quando eu cheguei aqui, desde 2002 que eu estudo né. Comecei na quarta série, fui até o segundo. Só parei no segundo né. O ano que vem eu começo de novo.

M.T.: Você chegou a terminar o segundo ou não?

(Aqui o entrevistado realiza um sinal negativo com a cabeça)

M.T.: Agora você tem que fazer o segundo e o terceiro?

R.: O segundo e o terceiro. (Pequena frase sem compreensão)

M.T.: E porque que você tem vontade de voltar a estudar?

R.: É porque é aquilo que eu te falo né, num vale a pena fica trabalhando na roça direto, né.

M.T.: Então você pensa em parar de trabalhar na roça?

R.: Não, parar de trabalhar não, tem que continuar.

M.T.: Não, eu falo assim, depois que você completar os estudos, a sua vontade é?

R.: É. Eu faço algum curso, alguma coisa. Largar o serviço da roça um pouco também né.

M.T.: Por quê?

R.: Ah, ficar só nele também num dá.

M.T.: É! Porque?

R.: Igual a gente trabalha né. Nunca a gente para. Num tem vida fácil também né...

No momento da entrevista, Rivaldo Cícero trabalhava nas lavouras de feijão, sua atividade estava relacionada à colheita. A lavoura em que se trabalha é de escolha do próprio trabalhador. No que foi possível perceber, algumas características são levadas em consideração no momento da escolha. No caso de Rivaldo, a preferência pelas lavouras de feijão tem uma justificativa. Mesmo sendo muito cansativo, o fato de encerrar as atividades mais cedo atraiu Rivaldo – trabalhar nas lavouras de batata, por exemplo, reduz o tempo que ele pode se dedicar a outras atividades como, por exemplo, os estudos.

O estudo é considerado por ele como um meio de conseguir um trabalho melhor que o exercido na “roça”, um caminho possível para conseguir melhores condições de vida. Contudo, para trabalhadores como Rivaldo, essa não é uma tarefa tão simples. A partir da comparação entre o oitavo ponto das “Metas do Milênio” e a interpretação dada por Rivaldo às suas experiências, é possível perceber que as orientações apontadas no ponto, quando efetivadas, proporcionam aos jovens trabalhadores o que chamam de “trabalho digno e

produtivo”. Como vemos, não existem apenas sonhos, planejamentos, existem ações concretas e, neste caso, elas são limitadas por pressões que estão relacionadas a alterações da estrutura capitalista do município, e as necessidades dos trabalhadores permanecem apenas nos discursos.

Até por volta da segunda metade da década de 1990 os fazendeiros do município de Santa Juliana (proprietários de grandes extensões de terras) dedicavam-se ao plantio de grãos, sendo o milho, a soja e o feijão os mais comuns. Apenas a última cultura contava com a participação de trabalhadores manuais na colheita, as outras duas eram totalmente mecanizadas. Neste período, foram promovidas no município algumas transformações nas relações de produção. Os grãos que já faziam parte da paisagem agrícola passaram a dividir as áreas plantadas com a hortifruticultura – batata, cenoura, repolho, cebola, alho, figo, maracujá, dentre outros plantios.

Essas transformações nas relações de produção estabelecidas no município de Santa Juliana na segunda metade da década de 1990 não ocorrem ao acaso, elas fazem parte de um processo que leva em consideração aspectos econômicos, políticos e sociais.

No ano de 1997, o então senador da República Federativa do Brasil, Arlindo Porto⁸⁸, cedeu uma entrevista à revista BIOTECNOLOGIA Ciência & Desenvolvimento “para falar das políticas do seu ministério e das potencialidades e aplicações da biotecnologia”⁸⁹. A revista em questão foi encontrada em meio eletrônico e, devido a isso, não conseguimos acesso ao conteúdo além da entrevista. Não temos informações sobre conselho editorial, redatores, nem mesmo sobre a forma como a entrevista teria sido realizada, pois não há informações a esse respeito e, além disso, cada pergunta dirigida ao senador é antecedida pelo nome da revista.

Contudo, julgamos prudente utilizá-la como recurso, em primeiro lugar, por ser uma entrevista diretamente relacionada à investigação, claro, já que apresenta aspectos dos rumos politicamente dados à agricultura no Brasil. Em segundo lugar, por ter sido produzida no mesmo ano de outro documento que compõe o conjunto de evidências encontradas ao longo da pesquisa.

⁸⁸ Naquele momento, o senador Arlindo Porto estava licenciado para ocupar o cargo de ministro de Estado da Agricultura e Abastecimento no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

⁸⁹

Apesar da escassez de informações sobre a origem da revista, a capa da mesma estava disponível e nos permite, juntamente com a intenção de divulgar uma entrevista realizada com ministro da Agricultura, especularmos sobre as intenções da mesma.

Figura 6 – Fotografia apresentando pessoas trabalhando na construção do sistema de esgotamento sanitário de Santa Juliana.



Fonte: Revista BIOTECNOLOGIA Ciência & Desenvolvimento (1997).

Como podemos perceber, os interesses da revista BIOTECNOLOGIA Ciência & Desenvolvimento estão relacionados diretamente à produção agropecuária e ao desenvolvimento tecnológico relacionado a ela.

Arlindo Porto “é natural do município de Patos de Minas-MG, onde iniciou sua carreira como prefeito em 1982 [...]. Em 1990, foi eleito vice-governador de Minas Gerais, onde, por diversas vezes, exerceu o governo daquele estado”, diz a revista. O de Patos de Minas, assim como o município de Santa Juliana, ocupa a região do estado denominada geograficamente como Alto Paranaíba, o que nos permite pensar sobre a proximidade do próprio ministro como interesse político na região.

Segundo consta do cabeçalho da entrevista realizada com Arlindo Porto,

“a sua atuação como ministro de Estado da Agricultura do governo FHC está mais voltada para garantir maior produtividade e lucro para o produtor rural, com ênfase na modernização da agricultura familiar, principal fonte de geração de emprego e renda no campo, além de estimular e incentivar o agronegócio brasileiro como um todo.”⁹⁰

De acordo com o trecho acima, existe, em primeiro lugar, o interesse do ministro em atuar em favor da “ênfase na modernização da agricultura familiar”, sendo essa apontada ainda como a “principal fonte de geração de emprego e renda no campo”. Em segundo lugar, é proposta política de Arlindo Porto “estimular e incentivar o agronegócio brasileiro”. Contudo, as informações presentes na entrevista nos permitem afirmar que o segundo ponto ganha destaque quando o assunto são as políticas voltadas para a agricultura.

A matéria da qual faz parte a entrevista é intitulada como “Agricultura: a ‘âncora’ verde do Plano Real” – plano monetário implantado no governo do presidente Itamar Franco (1992-1993), sob a responsabilidade do então ministro de Estado da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

Nas palavras de Arlindo Porto, “o volume de recursos para o custeio, investimento e comercialização da safra 1997/98 ultrapassa R\$ 11 bilhões. Para Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), são 1,65 bilhão, ao custo de 6,5% ao ano, o que beneficiará cerca de 500 mil famílias”. De acordo com o ministro, todas as atividades agropecuárias teriam acesso ao financiamento e, além disso, limites deste para os produtores

⁹⁰ Revista BIOTECNOLOGIA Ciência & Desenvolvimento (1997).p. 03. Ver sítio da na internet: http://www.biotecnologia.com.br/revista/bio02/hp_1.pdf

variava de acordo com o produto cultivado e região do país em que se encontrava a propriedade. Podemos dizer que, se há o interesse em promover a modernização da agricultura familiar, 15% do volume dos recursos seria muito pouco para destinar àqueles que mais geram mais gerariam emprego e renda no campo.

Para manter a “âncora verde” do Plano Real, o ministro afirma que a intenção seria a de continuar aumentando a renda dos produtores através do aumento da produção.

“Uma das razões para o aumento da produção e da produtividade agrícola é que os produtores têm mais tecnologia à sua disposição. Entre as alternativas disponíveis está o zoneamento agroclimático, com indicações técnicas para as melhores condições para o plantio, e sementes melhoradas, desenvolvidas pelos centros de pesquisa da Embrapa”⁹¹.

Podemos perceber que, neste momento, têm-se como preocupação orientar a produção e manter certo controle sobre a técnica, assim seria possível garantir o aumento da produtividade e atender suas expectativas com relação ao resultado final da produção. Nesse sentido, o ministro aponta também as facilidades que os produtores teriam para financiar a compra de fertilizantes defensivos e equipamento agrícolas, o que, podemos dizer, aumenta de acordo com o poder econômico do produtor.

Todo esse controle em torno da produção e a preocupação com o aumento da produtividade giram em torno da importância de o país se colocar como referência mundial na exportação de produtos agropecuários. Segundo o ministro, um dos grandes objetivos para que fossem alcançados mercados externos mais exigentes seria a redução dos custos da produção, o que, juntamente com o desenvolvimento tecnológico, aumentaria a produção.

A diversificação da produção agropecuária estimulada pelo acesso ao financiamento para todas as atividades agropecuárias pode ser percebida no município de Santa Juliana e está intimamente relacionada à questão ambiental atrelada à valorização da própria agropecuária.

⁹¹ Revista BIOTECNOLOGIA Ciência & Desenvolvimento (1997).p. 04. Ver sítio da na internet: http://www.bioteecnologia.com.br/revista/bio02/hp_1.pdf

Com relação a essa diversificação no município em questão existem duas versões que se confrontam. As entrevistas nos aproximam da ideia de que um determinado proprietário arriscou-se plantando batata e foi bem sucedido, o que estimulou outros produtores. A segunda hipótese está relacionada a dois documentos produzidos por intermédio da prefeitura local. São dois projetos de iniciativa da prefeitura local, o “Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana – Gestão de 1997 a 2000”⁹² e o “Plano básico de sustentabilidade e projeto de gerenciamento ambiental para o município de Santa Juliana-MG – Prefeitura Municipal de Santa Juliana; Administração 2001-2004”⁹³. Acreditamos que as duas se complementem.

Podemos dizer que ambos os documentos foram elaborados na esteira dos objetivos elaborados em torno da busca do que apresentamos como desenvolvimento sustentável. Nos planos estão presentes indicações da necessidade de os homens se atentarem para as formas com que têm explorado suas riquezas naturais, chamando a atenção para as responsabilidades dos mesmos ao promoverem tal exploração. Entretanto, o que interessa nesse momento é o fato de esses documentos serem colocados como base de orientação para os investimentos do município referentes à infraestrutura básica e a organização econômica:

E o terceiro ponto deste plano, é o socioambiental e quer abranger a zona rural. Em conjunto com todos os pequenos e grandes produtores, ou pequenos proprietários de terra, estar elaborando projetos para diversificar a agricultura.⁹⁴

A agricultura, que consistia na produção de milho e soja com bastante mecanização e pouca mão-de-obra, vem sendo substituída pela batata, cenoura, repolho, cebola, alho, figo, maracujá, com melhores condições de emprego e renda no campo [...] a atividade de lavagem de batatas e cenouras foi alavancada através do incentivo, aos empresários agroindustriais, da doação de terrenos e infra-estrutura.⁹⁵

⁹² No momento em que foi produzido esse documento o Prefeito do município era Afrânio Fernandes de Oliveira tendo como Vice-prefeito Marcos Araújo Barbosa, a frente do Departamento de Meio Ambiente estava Ney Fernandes de Oliveira.

⁹³ No momento em que foi produzido esse documento o Prefeito do município era o Dr. Marcos Araújo Barbosa.

⁹⁴ Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana – Gestão de 1997 a 2000, p. 22.

⁹⁵ Plano básico de sustentabilidade e projeto de gerenciamento ambiental para o município de Santa Juliana-MG – Prefeitura Municipal de Santa Juliana; Administração 2001-2004, p. 13.

A partir dos trechos acima, extraídos de cada um dos planos em questão, é possível perceber que a diversificação da produção foi discutida em âmbito institucional e posteriormente implantada pelos produtores e/ou proprietários rurais. À medida que alguns produtores passam a ter sucesso com determinado cultivo, outros produtores seguem o mesmo caminho.

No primeiro trecho, chamamos a atenção para o fato de que no momento em que foi produzido, tem-se sinalizada a necessidade de “diversificar a agricultura”. No segundo, percebemos que a diversificação da agricultura foi realizada e, além disso, abriu-se espaço para a chegada de “empresários agroindustriais” com benefícios nada incomuns cedidos pelos administradores do município.

Os documentos mencionados acima, produzidos a partir dos desígnios da prefeitura do município de Santa Juliana, são a principal referência para pensarmos sobre as intenções dos administradores da cidade e também dos grandes produtores e proprietários de terras quando, em 1997, decidem promover transformações nas relações de trabalho e produção que compõem a dinâmica social do município em questão.

O documento do qual foi extraído o primeiro trecho é dividido em duas partes. A primeira parte⁹⁶, sob o título de “O Município de Santa Juliana”, são abordados os seguintes tópicos: Introdução; História; Quadro natural (esta parte é o tópico que ocupa o maior número de páginas); Infraestrutura básica e Organização econômica (com os seguintes subtópicos: Agropecuária; Comércio e Serviço; Estrutura da cidade; Cultura). Na segunda parte⁹⁷, intitulada “Meio Ambiente” e, ainda com os subtítulos “Problemas”, “Perspectivas” e “Soluções”, o autor apresenta temas como o “Lixo” produzido no município, a “Água” que abastece o campo e a cidade, o “Esgoto” da cidade e a “Zona rural”.

Na Introdução, o autor faz referência a Claude Levis Strauss para pensar sobre duas questões. Em primeiro lugar, ele aborda a noção de progresso apontando para a existência de uma contradição deste com relação à ação destrutiva do homem perante o meio ambiente. Num segundo momento, “proclama o respeito pela vida”, o qual, nas palavras de Strauss, “não existe numa sociedade [...] que o culto do belo e do verdadeiro é incompatível com a transformação das margens marítimas em favelas”. Neste trecho, Strauss reflete sobre

⁹⁶ Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana – Gestão de 1997 a 2000, pp. 04-19.

⁹⁷ Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana – Gestão de 1997 a 2000, pp. 20-31.

possíveis consequências do progresso e o modo como estas deveriam ser encaradas, como a constituição das moradias dos trabalhadores em margens marítimas. Para além de uma análise do sentido atribuído por Strauss ao trecho, o importante é perceber a interpretação dada pelo autor do Plano Municipal ao mesmo.

A atual administração da Prefeitura Municipal de Santa Juliana/MG, sabedora de sua responsabilidade de estar também participando desta grande campanha Mundial da questão de preservação do meio ambiente, montou esse Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana⁹⁸.

Após trazer as reflexões de Strauss para o corpo do texto, o autor apresenta, nas palavras acima, a participação da cidade de Santa Juliana na “campanha Mundial da questão de preservação do meio ambiente”. Ao fazer isso, busca valorizar a ação da prefeitura local, colocando-a como progressista, e atenta aos interesses de domínio público. Daí, a utilização do discurso de Strauss aparece como um recurso dado *a priori* para justificar as transformações que ocorreriam na cidade, tais como o aumento populacional, por exemplo. Sendo assim, a citação de Levis Strauss aparece não como uma busca pela compreensão da realidade social, mas como elemento discursivo utilizado com o intuito de amparar a perspectiva do autor.

Na verdade, fica evidente a valorização da questão de preservação ambiental como ponto de partida para as transformações que se queriam empreendidas na cidade a partir daquele momento. Assim, o documento é envolto por uma atmosfera de otimismo na qual a participação da população em geral aparece apenas na forma de recepção da informação. Contudo, queremos apreender contradições presentes no cotidiano da cidade a partir da relação entre o discurso presente nos documentos produzidos pela prefeitura e as narrativas de pessoas que vivem em Santa Juliana, principalmente aquelas que trabalham ou trabalharam no campo.

Intitulada “O Município de Santa Juliana”, a primeira parte do documento é organizada de modo a apresentar diversas características do mesmo. Neste caso, um dos tópicos em especial nos chamou a atenção: trata-se da apresentação do “quadro natural” do município. Neste tópico são apresentados de forma minuciosa aspectos geológicos e morfológicos do município: relevo, vegetação e hidrografia são alguns exemplos.

⁹⁸ Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana – Gestão de 1997 a 2000, pp. 2-3.

Ao tomarmos o documento a partir de uma leitura superficial ou desatenta, é possível interpretarmos a produção deste como motivada pela degradação do meio ambiente, principalmente após as transformações da paisagem natural do município do final da década de 1970 em diante. Contudo, a impressão que se tem é a de que as motivações para a produção do mesmo estão relacionadas à atração de investidores para o município, principalmente os grandes produtores rurais. Munidos de informações detalhadas (tipos de solos, de vegetações, condições do clima, mapeamento da hidrografia) sobre as condições do município, os grandes produtores podem calcular antecipadamente as possibilidades de se instalarem ali.

Na segunda parte, “Meio ambiente: problemas, perspectivas e soluções”, a preocupação com a preservação ambiental é colocada como sendo uma questão que “requer um amplo estudo”. Os principais problemas levantados no “Plano Municipal para o meio ambiente de Santa Juliana – Gestão 1997 a 2000” estão relacionados à coleta e ao destino do lixo urbano e rural, à utilização dos recursos hídricos e ao esgoto.

Como tantos outros pequenos municípios brasileiros, os problemas da questão ambiental no município de Santa Juliana, requer um amplo estudo, porque nunca foi pensado. Pontuar todos os problemas da questão ambiental no município é uma tarefa que atual administração do município está começando a inteirar-se.

Sabedora de sua responsabilidade, essa administração está dando os primeiros passos para enfrentar esses problemas que afetam diretamente a população.⁹⁹

Como podemos perceber no trecho acima, o discurso assumido pelos administradores do município que estiveram à frente do governo durante os anos de 1997 a 2000 é pautado pelo pioneirismo quando o assunto é “os problemas da questão ambiental”. Os ditos problemas são temas que, de uma maneira ou de outra, estão diretamente relacionados e perpassam o cotidiano da população do município como um todo. No documento, além do ponto “Sócio Ambiental”¹⁰⁰, outros dois pontos compõem a linha de ação governamental para promover as transformações no “meio ambiente” de Santa Juliana; são eles o “Educativo”¹⁰¹ e a “Saúde Pública”¹⁰².

⁹⁹ Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana – Gestão de 1997 a 2000, p. 21.

¹⁰⁰ Ver nota 76 na página 59.

¹⁰¹ Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana – Gestão de 1997 a 2000, p. 21.

¹⁰² Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana – Gestão de 1997 a 2000, p. 22.

De acordo com o documento, se faz necessária a “ampla informação para toda a população” e, além disso, “mostrar a importância que é estar preservando o meio em que vivemos” através de “aulas pedagógicas e criativas para crianças e adolescentes”¹⁰³. Dos três pontos de ação mencionados no Plano Municipal, o que aparece em destaque é o tema da “Saúde Pública”, sendo que os três problemas levantados no documento (lixo, água e esgoto) estão diretamente relacionados a ele.

O lixo na região urbana de Santa Juliana, é coletado diariamente em todos os domicílios e comércios perfazendo um total de 100%, sem nenhuma seleção, e sua finalização é um ‘lixão’ a céu aberto. Não existe uma coleta de lixo hospitalar separada da domiciliar e comercial, esse lixo é jogado no mesmo local. A distância deste ‘lixão’ a céu aberto distante da cidade é de 500 metros, fica situado em uma encosta do ribeirão Santa Juliana, quando chove o chorume deste ‘lixão’ vai todo para esse ribeirão. Nota-se no entorno da cidade, nos acostamentos das estradas, entulhos, lixos, carcaças de animais. Alguns moradores da cidade já notaram que está tendo um aumento de moscas, mosquitos, pernilongos, devidos a esses lixos próximos da cidade. O departamento encarregado da coleta do lixo da cidade, informou que semanalmente recolhe 10 toneladas de lixo.¹⁰⁴

Duas questões são evidenciadas no trecho e, por esse motivo, despertam certo interesse. São colocadas como problemas pontuais a serem resolvidos o “‘lixão’ a céu aberto [...] situado em uma encosta do ribeirão Santa Juliana”, sem nenhuma espécie de seleção ou tratamento e os “lixos próximos da cidade [...] no entorno da cidade”. Para resolver a questão do lixo no entorno da cidade nenhuma medida é apontada no documento; poderíamos supor, em algum momento da leitura do mesmo, que a via seria educacional, mas nada aparece diretamente relacionado. Ao mencionar que “alguns moradores” perceberam a presença de insetos devido ao lixo espalhado no entorno da cidade têm-se a impressão de que estariam querendo justificar possíveis intervenções neste sentido, além do que, dessa maneira, estariam estabelecendo um vínculo com algum morador que possivelmente viesse a ler o documento.

Por outro lado, a saída para o problema do lixo jogado a céu aberto na encosta do ribeirão aparece com sinais de forte decisão. Consta do documento que, naquele momento, a prefeitura do município havia solicitado “convênio com a Universidade Federal de Viçosa com o objetivo de implantar uma usina de reciclagem e Compostagem de Resíduos Sólidos Urbano (Unidade de Tratamento de lixo)”¹⁰⁵. Assim, podemos perceber que ao começar a

¹⁰³ Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana – Gestão de 1997 a 2000, p. 21.

¹⁰⁴ Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana – Gestão de 1997 a 2000, p. 23.

¹⁰⁵ Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana – Gestão de 1997 a 2000, p. 25.

tratar o problema do lixo ocorre uma ênfase na questão da má finalização do mesmo. Isso denota a possibilidade de que a “necessidade” de resolver o problema do lixo através da instalação de determinada usina seria uma ideia pensada antes mesmo da elaboração do documento. Têm-se a impressão de que o documento foi produzido levando em consideração a “necessidade” da usina.

Podemos reforçar essa hipótese se tomarmos como referência uma revista¹⁰⁶ produzida ao final da mesma gestão administrativa que elaborou o “Plano Municipal para o meio ambiente de Santa Juliana – Gestão 1997 a 2000”. Segundo texto publicado na revista e assinado pelo então prefeito Afrânio Fernandes de Oliveira, as parcerias com “instituições que nos ajudaram a desenvolver projetos, que foram efetuados dentro das possibilidades financeiras do Município”, assim “essa revista informativa irá mostrar onde o dinheiro público foi aplicado e os benefícios que a população alcançou”¹⁰⁷.

Se no Plano Municipal para o Meio Ambiente a instalação da “usina de reciclagem e Compostagem de Resíduos Sólidos Urbano (Unidade de Tratamento de lixo)” aparece como uma das medidas para resolver o problema do lixo em Santa Juliana, na revista produzida ao final do mandato do prefeito Afrânio Fernandes de Oliveira a usina aparece como uma das obras realizadas neste sentido.

Unidade de tratamento de lixo. Indústria de adubo orgânico. Parceria Prefeitura Municipal, Universidade de Uberaba, as empresas Bioexton e Novacon, juntas estão realizando um revolucionário empreendimento de tecnologia de transformação. O lixo orgânico produzido pela população é transformado em adubo. O que antes poluíam nossos mananciais, exalavam odores, atraíam insetos está hoje em forma de adubação alimentando a vida.¹⁰⁸

A partir deste trecho podemos perceber algo interessante. Se no Plano é vislumbrada uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Santa Juliana e a Universidade Federal de

¹⁰⁶ “*Santa Juliana Traçando seu Rumo*”. Revista produzida pela Prefeitura Municipal de Santa Juliana – Gestão 1997-2000. Vale ressaltar que a revista não está com numeração em suas páginas, sendo assim tomei a liberdade de numera-las a partir da primeira página após a capa. Vale ressaltar que a revista não está com numeração em suas páginas, sendo assim tomei a liberdade de numera-las a partir da primeira página após a capa.

¹⁰⁷ “*Santa Juliana Traçando seu Rumo*”. Revista produzida pela Prefeitura Municipal de Santa Juliana – Gestão 1997-2000, p. 1.

¹⁰⁸ “*Santa Juliana Traçando seu Rumo*”. Op. cit., p. 28.

Viçosa, vimos que, na verdade, essa parceria – se chegou a ocorrer – ficou apenas na realização do projeto. Na realidade, foram instituições de caráter privado que, juntamente com a Prefeitura, realizaram o que foi chamado de “revolucionário empreendimento”. A partir daí, podemos dizer que a Prefeitura inicia uma espécie de abertura do município para diferentes investidores privados, estando eles por detrás de grandes indústrias, como se percebe no trecho anterior, ou, sejam eles grandes produtores rurais vindos de outras regiões do país, como veremos adiante.

Continuemos então nossa análise do “Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana – Gestão de 1997 a 2000”. O próximo problema elencado no documento se trata da questão envolvendo os mananciais do município.

A cidade de Santa Juliana, é abastecida com água fornecida pela COPASA, Companhia de Saneamento de Minas Gerais, 1.857 domicílios. No distrito de Zelândia, a população é abastecida por um poço artesiano sem tratamento. Na zona rural a água vem das fontes naturais de cada localidade.¹⁰⁹

De acordo com o documento, “a cidade tem um nível de abastecimento *e qualidade de água muito bom*” não havendo necessidade, naquele momento, de preocupar-se “a nível doméstico”, mas salienta que o problema relacionado às águas estaria localizado no entorno da cidade.

A principal referência, tanto nos documentos encontrados como nas entrevistas produzidas com pessoas do município a respeito dos mananciais consiste no Ribeirão Santa Juliana. Esse ribeirão perpassa todo o município, tendo sido a cidade de Santa Juliana construída às margens do mesmo. Em função disso, “suas águas estão poluídas pelo esgoto doméstico e comercial da cidade”. Podemos observar que se o abastecimento e a qualidade da água são considerados bons, por outro lado o esgoto das residências e dos estabelecimentos comerciais é despejado sem qualquer espécie de tratamento.

Não existe nenhum estudo a respeito da poluição dos mananciais, mas existe no Plano a promessa de que isso seria realizado. A estratégia mencionada para que se promovesse a preservação, além do investimento em estudo a respeito da questão, seria “junto com todos os proprietários rurais do município traçar medidas para a preservação desses mananciais”¹¹⁰.

¹⁰⁹ Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana – Gestão de 1997 a 2000, p. 26.

¹¹⁰ Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana – Gestão de 1997 a 2000, p. 27.

Percebemos aqui indícios de que os produtores rurais, para além de produtores ou proprietários de terras interessados na preservação dos mananciais, seriam também responsáveis diretos pela poluição. Além das embalagens de agrotóxicos que, muitas vezes, eram descartadas pelos produtores rurais sem nenhum critério, a quantidade utilizada pelos produtores também é tema de preocupação da administração responsável pela produção do Plano em questão.

Ao confrontarmos diferentes entrevistas produzidas com moradores de Santa Juliana, percebemos certa recorrência em se atribuir a existência de boas terras e muita água como qualidades do município. Para Sebastião Donizete Teixeira¹¹¹, o município de Santa Juliana tem uma especificidade: a distância de outras cidades da mesma região (como por exemplo, Uberaba, Perdizes, Nova Ponte, entre outras). Segundo ele,

[...] Santa Juliana são concentrado muita água. Muita terra plana sabe. Pronto pra plantio mesmo. Então eu acho que foi isso que trouxe mais o pessoal da olericultura foi a quantidade de água. Muita água mesmo. Nós temos vários Ribeirão aqui oh! Aqui nós temos Ribeirão Santa Juliana que abastece os dois lados aqui.... a beira do coisa aqui de.... sobre a olericultura. Nós temos o Ribeirão Santa Bárbara que agora ficou no meio das cana lá quase não tem nada mais é água demais também. E córregos aqui é uma região (palavra sem compreensão) Córrego do Peão, Córrego da Boi Vara, Córrego do Lobo, Córrego da Samambaia, Córrego Grande, Cipriano. Cada lugar desse era assim distância de um quilômetro dois no máximo. Tem uns que até mais, mas a média é.... um córrego que descia.¹¹²

Se, por um lado, o “Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana – Gestão de 1997 a 2000” aponta os problemas que estão relacionados à questão dos mananciais do município, por outro, a fartura de água é apontada por Sebastião como um potencial para agricultura. Assim, a partir da análise das evidências, percebemos que existe uma contradição entre a maneira como a questão ambiental é abordada no Plano, apontando problemas e possíveis soluções, e as consequências das transformações empreendidas no município a partir desse discurso de preservação ambiental.

Como vimos, o esgoto da cidade era despejado no Ribeirão Santa Juliana e é esse “Esgoto” justamente o próximo tema elencado no documento como um dos graves problemas ambientais a ser resolvido em Santa Juliana. Nesse momento, “oitenta e nove por cento do

¹¹¹ Ver nota 65 na página 50.

¹¹² Sebastião Donizete Teixeira. Entrevista realizada no dia 08 de Dezembro do ano de 2009.

esgoto da região urbana é canalizado, não existindo tratamento, ele é jogado no Córrego Capão da Erva e no Ribeirão Santa Juliana”¹¹³.

Para resolver esse problema, a Prefeitura Municipal de Santa Juliana “convidou a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA)” para que essa fizesse um levantamento do problema da finalização do esgoto da cidade e posteriormente elaborasse um projeto para que está finalização fosse adequada à preservação do meio ambiente.

Além de a COPASA aparecer como parceira na resolução dos problemas relacionados à destinação do esgoto da cidade de Santa Juliana, outra empresa, a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), aparece como parceira. Contudo, no caso dessa segunda empresa, a parceria estabelecida com a prefeitura estaria voltada para a “despoluição do Ribeirão Santa Juliana e a reconstituição de sua mata ciliar para o aumento das águas deste Ribeirão”. A possibilidade de contar com a ajuda da CEMIG está relacionada ao interesse desta empresa em “estar ciente das águas que abastecem seu reservatório”¹¹⁴, e as águas do Ribeirão Santa Juliana deságuam diretamente no reservatório da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte de propriedade da CEMIG.

As obras que resolveriam o dito problema de finalização do esgoto foram iniciadas ainda no mandato de prefeito de Afrânio Fernandes de Oliveira através do projeto “Vamos Salvar o Ribeirão Santa Juliana”. A fotografia abaixo apresenta pessoas trabalhando na “construção do sistema de esgotamento sanitário de Santa Juliana”:

¹¹³ Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana – Gestão de 1997 a 2000, p. 29.

¹¹⁴ Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana – Gestão de 1997 a 2000, p. 30.

“diversidade” é algo que “não existe mais”, pois “atualmente o município produz soja/milho para exportação”¹¹⁷. Como vimos¹¹⁸, a ideia de promover “em conjunto com todos os pequenos e grandes produtores, ou pequenos proprietários de terra” a diversificação da produção agrícola em Santa Juliana seria um dos três pontos do que chamamos linha de ação do governo municipal para transformar o meio ambiente ali.

Notamos que o texto do documento em questão busca, no diálogo com o passado, valorizar uma ação que seria empreendida naquele momento, no presente. Nesse sentido, podemos perceber que a diversidade da produção agrícola, recorrente em 1936, é contraposta à não diversidade aliada à produção para a exportação, recorrentes no momento da produção do documento. Sendo assim, a diversidade proposta como meio de resolver o que é chamado de problema “sócio ambiental” é justificada como uma espécie de retomada de modos de vida com os quais muitos moradores da cidade¹¹⁹ se identificariam ao ler o documento.

Contudo, se existe a valorização da diversidade que havia no município, por outro lado uma informação parece ser deixada de lado – ou melhor, aparece apenas nas entrelinhas. De acordo com dados do recenseamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1950¹²⁰, a população de Santa Juliana foi contabilizada em 9820 habitantes, sendo que deste total, 1187 pessoas (12,08%) viviam na “Sede”, 592 pessoas (6,02%) na Vila de Pedrinópolis e 8041 pessoas (81,90%) no “Quadro rural”. Isso evidencia a quantidade de pessoas que viviam no campo realizando diferentes atividades, morando, trabalhando, divertindo-se e, com o passar do tempo, foram paulatinamente deixando a zona rural em direção à cidade. Eram eles que teriam de dar conta da sua alimentação através do próprio trabalho, isso explica em parte a diversificação e a não exportação.

Já em outro censo realizado pelo mesmo instituto no ano de 2000, das 8074 pessoas que viviam no município de Santa Juliana, 6629 pessoas vivam na zona urbana, enquanto que apenas 1445 viviam na zona rural.

¹¹⁷ Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana – Gestão de 1997 a 2000, p. 31.

¹¹⁸ Ver nota 76 na página 58 desta pesquisa.

¹¹⁹ Ver trecho de entrevista com Sebastião Donizete Teixeira na página 46.

¹²⁰ Não temos dados em nosso conjunto de evidências que apresentem números e/ou informações dos anos exatos que compreendem a comparação realizada pelo autor do “Plano”. Nesse caso, para pensar sobre o ano de 1936 utilizamos o recenseamento de 1950, e como referência para sobre o período de produção do documento, utilizamos o censo demográfico de 2000 por apresentarem dados o mais próximo possível, ou melhor, com o menor espaço de tempo.

A agricultura praticada, anteriormente, em Santa Juliana era basicamente a produção de milho e soja com bastante mecanização que, por conseguinte empregava pouca mão de obra. A prefeitura apostou na horticultura, ou seja, na produção de batata, cenoura, repolho, cebola, alho, figo, maracujá, etc.. Uma opção a mais que, além de agregar valor ao produto, pode empregar mais e com isso melhorar as condições de emprego e renda no campo¹²¹.

Podemos perceber na leitura do trecho da revista produzida pela prefeitura que a produção agrícola desse período já apresentava sinais da diversificação ambicionada, uma ação que apresentava melhorias nas “condições de emprego e renda no campo”. Quando dizem que iriam melhorar as condições de emprego e renda no campo não estavam faltando com a verdade; o problema reside na dinâmica do trabalho.

Certamente, o número de vagas disponíveis para as atividades no campo aumentaram consideravelmente. Entretanto, o problema gira em torno das condições de trabalho e não do número de postos de trabalho. Dessa forma, podemos dizer que a real intenção de diversificar a produção agrícola do município já havia sido pensada anteriormente e o recurso histórico utilizado pelo autor do documento é feito no sentido de justificar algo que já estaria estabelecido anteriormente.

É a partir da diversificação da agricultura que começam a chegar pessoas de diferentes regiões para trabalhar nas lavouras que ganhavam cada vez mais espaço na produção agrícola do município. De acordo com os censos realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) em 1991 e 2000¹²² o município possuía 7820 e 8078 habitantes respectivamente, um aumento populacional de 3,30%. Recentemente, no ano de 2010, um novo recenseamento realizado pelo mesmo instituto coloca a cidade com aproximadamente 11337 habitantes, ou seja, há um aumento de 40,34% em relação ao censo de 2000. Cabe atentar para o fato de que houve um grande aumento na população da cidade neste período e que este aumento é fruto de investimentos de caráter público e privado.

As pessoas que se mudaram para Santa Juliana a partir do final da década de 1990 o fizeram em boa medida devido às oportunidades de trabalho oferecidas a partir das transformações nas relações de produção. Nos anos posteriores a 1997 foram criados dezenas

¹²¹ “*Santa Juliana Traçando seu Rumo*”. Revista produzida pela Prefeitura Municipal de Santa Juliana – Gestão 1997-2000, p. 6.

¹²² Dados disponíveis no site do IBGE: “<http://www.ibge.gov.br>”.

de postos de trabalho, tanto no campo quanto na cidade. Postos para trabalhadores rurais, pedreiros, jardineiros, funcionários públicos são alguns dos exemplos. Entretanto, vale ressaltar que a maioria dos entrevistados que chegaram à cidade em busca de trabalho no período em questão trabalhavam ou trabalharam em algum momento em uma ou mais das diferentes atividades que passaram a compor a dinâmica do trabalho no campo nesse município.

Dos trabalhadores entrevistados, os primeiros a chegar a Santa Juliana após o ano de 1997 (e às transformações nas relações de produção empreendidas no município a partir deste momento) dedicaram-se ao trabalho no campo. Como apresentamos no capítulo anterior, a demanda por mão de obra nas lavouras do município se intensifica devido à necessidade de trabalho manual principalmente no período de colheita. Os trabalhadores entrevistados ao longo da pesquisa trabalharam principalmente nas lavouras de batata, cenoura, cebola e feijão, daí elas aparecerem com mais ênfase ao longo de texto.

A narrativa de Rivaldo Cícero¹²³, o qual mencionamos ainda na introdução e que perpassa toda a investigação, permitiu ampliar o horizonte da pesquisa na medida em que nos coloca diante da possibilidade de trabalhadores – como é o caso de sua família – permanecerem no município de Santa Juliana desde sua chegada.

M.T.: E porque que o seu pai não quis ficar em Patrocínio?

R.: Sabe por quê? É porque o café tem a época né e aqui é serviço direto né. Batata, cebola, feijão.

M.T.: Não para?

R.: Num para não. Cenoura também né. Daí nós também para mais no final do ano também né. Igual, o feijão começa em fevereiro e vai até outubro, novembro mais o menos, aí fica três meses parado.¹²⁴

Como vimos, a família de Rivaldo deixa o município de Patrocínio em direção ao de Santa Juliana e, no momento da entrevista havia aproximadamente nove anos que residiam neste último¹²⁵.

¹²³ Rivaldo Cícero. Trabalhador rural residente na cidade. Entrevista realizada no dia 01/09/2009. Para mais informações sobre esse trabalhador ver o primeiro parágrafo da página 49.

¹²⁴ Rivaldo Cícero. Trabalhador rural residente na cidade. Entrevista realizada no dia 01/09/2009.

Trabalhando nas lavouras de feijão no município de Santa Juliana, assim como nas de café em Patrocínio, os trabalhadores não têm a garantia de trabalho durante todo o ano, podendo ficar até três meses desempregados. A possibilidade de trabalhar em outras plantações no período em que não há trabalho nas lavouras de feijão garante a essas famílias a permanência na cidade.

Podemos perceber que diversidade da produção agrícola almejada pelos administradores do município de Santa Juliana na gestão de 1997 a 2000, aliada aos proprietários de terras e grandes produtores, alcança o objetivo de gerar emprego no campo. Se voltarmos à comparação estabelecida no “Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana”¹²⁶ entre a diversidade no ano de 1936 e a não diversidade na década de 1990, percebemos que a volta à diversificação não quer dizer que as relações de trabalho também seriam as mesmas. A grande maioria dos trabalhadores que se dedicam às grandes lavouras de batata feijão, batata, cenoura, cebola, dentre outras, não são de Santa Juliana e apenas trabalham no campo, situação distinta à de 1936.

A aproximação com diferentes trabalhadores que, de alguma maneira, participavam ou participaram das relações de trabalho estabelecidas no campo permitiu perceber algo importante. Enquanto alguns trabalhadores afirmaram ter se mudado para Santa Juliana por ser ali uma cidade em que havia possibilidade de trabalho, outros disseram ter se mudado porque naquele momento, além da necessidade do trabalho, a experiência de trabalho com os cultivos que passaram a compor a dinâmica das relações de trabalho e produção foi determinante para que fossem para o município.

Tarcísio Pereira Domingues, 38 anos, casou-se assim que chegou à cidade de Santa Juliana, há treze ou quatorze anos atrás, contados considerando o momento de nosso diálogo. A chegada de Tarcísio na cidade no final da década de 1990 foi motivada pela oferta de trabalho no campo e pela falta do mesmo na cidade em que viva. Antes de se mudar para Santa Juliana, ele morava na cidade de Piedade, localizada no estado de São Paulo. As relações de trabalho e produção nessa cidade estavam organizadas em torno da agricultura.

¹²⁵ Nota do autor: é importante dizer que estive com Rivaldo Cícero no dia 16/08/2011, ele ainda morava na mesma casa. Conversamos, porém não foi possível a realização de outra entrevista, pois o mesmo não se mostrou aberto.

¹²⁶ Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana – Gestão de 1997 a 2000.

Segundo o entrevistado, a produção de cebola seria o carro chefe da produção, tendo sido a cidade considerada a Capital da Cebola na década de 1990.

Ainda na década de 1990, segundo o relato de Tarcísio, ocorre um declínio na produção agrícola do município de Piedade. Muitos produtores que investiam na cidade mudaram-se de lá em busca de novos lugares para plantar. O declínio da produção no município reduz, conseqüentemente, a oferta de trabalho e os ganhos para os trabalhadores que ali se dedicavam ao trabalho no campo. Podemos perceber que o período em que ocorre o declínio da produção na cidade de Piedade coincide com as transformações das relações de produção na cidade de Santa Juliana.

M.T.: Você veio de onde?

T.: Eu vim do estado de São Paulo. Piedade.

M.T.: Saiu por quê?

T.: Na verdade Piedade na época tava meio... lá o forte lá é a agricultura né. Então lá o que mandava na época Piedade era considerada a capital da cebola. A produção era muito boa, mas depois o pessoal de lá foi saindo daquelas regiões. Foi indo pra outras regiões. Plantar nas outras regiões né. Inclusive tinha um amigo meu. Inclusive hoje ele mora aqui em Santa Juliana sabe. Ele é japonês. Ele veio de Piedade. Ele chegou aqui pra plantar cenoura, cebola, essas coisas. Ele montou um pivô aí foi trabalhando sabe. Então na época tava precisando de mão de obra. Aqui não tinha mão de obra qualificada entendeu, pra mexer com esse tipo de hortaliça né. Então eles falou: “_Então nós vamos ter contratar... vamos ter que trazer o pessoal de Piedade.” Porque o pessoal não sabia mexer. Na época você chegava aqui o pessoal daqui não sabia trabalhar com esse tipo de lavoura você entendeu. Por exemplo, um caminhão de cenoura pra quebrar antigamente aqui na lavoura gastava trinta quarenta pessoas. Sendo que um caminhão você quebra em dez pessoas. Lá em piedade a gente quebrava em oito dez pessoas e ainda lavava a mercadoria. Era um absurdo. Era muito rápido lá. Então o pessoal aqui não tinha costume na época.

M.T.: Então quando você chegou batata, cenoura, cebola, essas coisas não tinha aqui?

T.: Tinha não; tava começando. Então quer dizer, foi daí pra frente que as coisas começou a mudar entendeu.¹²⁷

As experiências desse trabalhador revelam um aspecto interessante. Diferentemente de Rivaldo Cícero¹²⁸ e Pedro Bispo¹²⁹ que vieram de estados da região nordeste do Brasil e

¹²⁷ Tarcísio Pereira Domingues. Aos 38 anos de idade residia em Santa Juliana desde o fim da década de 1990. No momento da entrevista estava casado com uma mulher que conheceu em Santa Juliana e trabalhava como jardineiro. A entrevista foi realizada em 17/08/2011.

¹²⁸ Rivaldo Cícero. Trabalhador rural residente na cidade. Entrevista realizada no dia 01/09/2009.

passaram por diferentes municípios antes de chegarem a Santa Juliana, Tarcísio chega a esse município acompanhando os produtores que plantavam no município de Piedade (lugar de seu nascimento) e mudaram o local de suas plantações, passando a investir nas terras de Santa Juliana. Como é possível perceber, Tarcísio muda-se de cidade devido à necessidade de mão de obra nas lavouras cultivadas em Santa Juliana pelos mesmos produtores que antes disso produziam em Piedade.

A necessidade de sua experiência é justificada pelo fato de que “aqui não tinha mão de obra qualificada entendeu, pra mexer com esse tipo de hortaliça”. O ato de buscar trabalhadores acostumados com o cultivo de hortaliças em Piedade aparece na necessidade de pessoas que pudessem ao menos servir de exemplo para aqueles que não tinham o costume com tais plantações. Isso evidencia outra característica relacionada à diversidade agrícola. Os habitantes do município de Santa Juliana poderiam até possuir conhecimento com relação ao cultivo das hortaliças; o que lhes faltava era a agilidade necessária para que o trabalho fosse realizado o mais rápido possível. Dessa maneira, ao colocar os trabalhadores com experiência junto àqueles que não a tinham, os produtores conseguiriam diminuir o tempo que os trabalhadores sem experiência demorariam a apreender o manuseio mais eficiente no trabalho.

Muitos dos produtores que passaram a plantar nas terras do município de Santa Juliana não compraram as terras que plantavam, eles as arrendaram (uma espécie de aluguel da terra). Neste caso, os produtores combinavam com os proprietários o preço a ser pago pelo arrendamento das terras, o pagamento seria feito somente após a colheita.

¹²⁹ Pedro Bispo. Trabalhador rural, o Sr. Pedro saiu da Bahia e após passagem pela cidade de Coromandel, no Estado de Minas Gerais, fixou-se em Santa Juliana. Com 52 anos ele era casado e vivia na cidade Santa Juliana há cinco anos. A entrevista foi realizada em 01/09/2009.

Figura 8 – Fotografia apresentando pessoas trabalhando na atividade de colheita de cenoura no município de Santa Juliana



Fonte: “Santa Juliana Traçando seu Rumo”. Revista produzida pela Prefeitura Municipal de Santa Juliana – Gestão 1997-2000, p. 6.

Essa fotografia foi utilizada na revista com o intuito de demonstrar que a diversidade da produção possibilitou a geração de emprego no campo. Ademais, permite-nos certo contato com a produção – nesse caso, da cenoura – e o trabalho realizado por trabalhadores na sua colheita. O plantio da cenoura, assim com a maioria dos cultivos, é feito por máquinas. De acordo com os depoimentos dos trabalhadores, esses canteiros nas quais os trabalhadores estão agachados colhendo as cenouras são feitos com máquinas. Logo em seguida, a terra é adubada e, posteriormente, as sementes são depositadas no solo ainda com o auxílio das máquinas.

Figura 9 – Fotografia apresentando pessoas trabalhando na atividade de lavação de batatas no município de Santa Juliana



Fonte: “Santa Juliana Traçando seu Rumo”. Revista produzida pela Prefeitura Municipal de Santa Juliana – Gestão 1997-2000, p. 5.

No momento da colheita é intenso o movimento de trabalhadores. Entretanto, em cultivos como o da cenoura, beterraba e batata, o uso da máquina é necessário. A máquina é utilizada na colheita para que os tubérculos sejam desenterrados; logo atrás delas saem os trabalhadores que, munidos de uma caixa, colhem as cenouras (ou beterrabas, ou batatas) do chão e cortam ali mesmo as ramas que ficam acima do solo quando as cenouras estão plantadas. Abarrotadas as caixas, os trabalhadores são responsáveis por colocá-las em carretas presas a tratores que as levaram até o caminhão para o qual são transferidas e levadas para os locais onde serão lavadas.

Com base nos depoimentos dos trabalhadores, percebemos que os chamados empresários agroindustriais não são apenas os proprietários das máquinas lavadoras; muitos

deles, além de grandes produtores de horticultura, também controlam outras atividades, como a própria “lavação de batatas e cenouras” e ainda as granjas de aves e suínos.

No momento da entrevista, Rivaldo Cícero trabalhava nas lavouras de feijão, sua atividade estava relacionada à colheita.

A lavoura em que se trabalha e escolhida pelo próprio trabalhador. No que foi possível perceber algumas características são levadas em consideração no momento da escolha. No caso de Rivaldo a preferência pelas lavouras de feijão tem uma justificativa. Mesmo sendo muito cansativo, o fato de encerrar as atividades mais cedo atraiu.

Como vimos no início do capítulo, no momento da entrevista realizada com Rivaldo Cícero ele trabalhava na colheita de feijão. Contudo, o entrevistado já havia trabalhado em outras lavouras como, por exemplo, cebola, batata e cenoura. De modo diferente das outras culturas, o feijão guarda uma importante particularidade no que se refere às relações de trabalho estabelecidas em torno da sua produção: “O feijão para mais cedo né. É porque é mais cansativo também, num vai o dia todo né. Meio dia, uma hora acaba. Agora batata não, vai até tarde da noite”, diz Rivaldo. A colheita do feijão em si é mais cansativa se comparada, por exemplo, à da batata. Isso acontece por dois motivos: o primeiro refere-se à forma como é realizada a colheita. Enquanto a batata é arrancada por um trator e o trabalhador tem o trabalho “apenas” juntá-las, colocá-las em uma espécie de balde e depois em um saco, o feijão é colhido da planta pelo próprio trabalhador. O segundo motivo, o mais importante para a interpretação, está relacionado à própria relação de trabalho estabelecida.

No final da entrevista com Rivaldo, indaguei se ele poderia me levar até seu pai para que pudesse realizar uma entrevista com o mesmo e ele se mostrou disposto. Infelizmente, ele pai não aceitou realizar a entrevista. Contudo, Rivaldo me propôs apresentar um senhor, Geraldo Marcondes Ribeiro¹³⁰, chamado por ele de “turmeiro”. Para conseguir esse trabalho, os trabalhadores dependem diretamente desta pessoa, pois é ela quem possui o contato com os produtores ou mesmo com os responsáveis pela produção nas fazendas e, portanto, seria o responsável por recrutar e organizar os trabalhadores interessados em trabalhar nas lavouras.

¹³⁰ Geraldo Marcondes Ribeiro. No momento da entrevista tinha 64 anos e era casado. Nascido em Santo Antônio do Amparo, deslocou-se para a cidade, saindo de Unaí, no final da década de 1990. A entrevista foi realizada no dia 01/09/2009.

Geraldo Marcondes Ribeiro nasceu na cidade de Santo Antônio do Amparo e, no momento da entrevista, estava com 64 anos de idade. Antes de se mudar para Santa Juliana, ele morava na cidade de Unaí e, segundo ele, trabalhava com o mesmo “serviço que a gente faz aqui. Serviço empreiteiro”.

G.: É. Aí vim pra cá peguei essa área de trabalho. Faço essa região todinha aqui. Aquele trevo de Delta pra cá. Sacramento, Uberaba, município de Uberlândia, Patrocínio. Tudo isso aqui é a área de trabalho que eu faço.

M.T.: Sempre carregando gente?

G.: Sempre com gente. Mai quando tá apertado mesmo...

M.T.: Mais como é que se faz? Com ônibus...

G.: Não, eu pego gente de fora. Eu tem a turma minha, eu peço ônibus de fora. Tem as turma que já é acostumado trabalhar comigo. Eu mexo com o serviço, como se diz.... gato.

M.T.: Mais o senhor que vai atrás dos...?

G.: É sempre o gato.

M.T.: É o famoso gato. Aí o senhor os procura...

G.: Aí eu procuro eles, levo pros fazendeiro. O fazendeiro passa o dinheiro e eu pago pra eles. Eles num tem nada a ver com o serviço.

M.T.: Eles nem vê os peões?

G.: Nem vê peão. Eles me liga e fala: “quero que você faz um serviço pra mim em tal lugar”. Tem vez que nem falar com eles eu vou. Eles só me passa o número da conta. É a área de serviço que eu já estou acostumado né, ambientado na área. Já teve gente de eu trabalhar pra eles, eles fazer o pagamento, só mandar passar o número da conta, nem vê a cor deles, eu num vejo, num sei se é branco ou se é preto.¹³¹

Existe um elemento presente no trecho acima que nos permite evidenciar a trajetória do “empreiteiro”. Contudo, o mais importante nesse caso é a possibilidade de problematizar as relações de trabalho, ampliando o olhar sobre o cotidiano dos trabalhadores. Quando narra aspectos de seu trabalho e aborda a relação com os fazendeiros, ele nos coloca uma questão importante. O trabalho realizado por Geraldo não pode ser considerado como uma atividade legal perante a legislação brasileira. Note-se que, em primeiro lugar, no começo da entrevista,

¹³¹ Geraldo Marcondes Ribeiro. No momento da entrevista tinha 64 anos e era casado. Nascido em Santo Antônio do Amparo, deslocou-se para a cidade, saindo de Unaí, no final da década de 1990. A entrevista foi realizada no dia 01/09/2009.

Geraldo denomina sua função como sendo a de um empreiteiro, mas com o passar da entrevista ele acaba se autodenominando “gato”.

Analisando e relacionando os diálogos com o jovem Rivaldo Cícero e com o Sr. Geraldo Marcondes Ribeiro foi possível perceber que o trabalhador rural está amarrado ao “gato”. De certa forma, os trabalhadores que fazem parte das turmas sobre as quais determinado “gato” tem o controle ficam restritos a empregar-se apenas com o “gato” em questão.

M.T.: E como é que é? Se você não está satisfeito com algum negócio, pra quem é que você reclama?

R.: Não, é assim né. Tem uns gato que vai no serviço cum a gente. Igual, tem uns que estranha também, num tá gostando do serviço né, e o jeito do gato fala com ele né. (sem compreensão) ruim né.

M.T.: O gato é o turmeiro?

R.: É o turmeiro. E daí tem uns que apela e sai né, e vai embora. Têm uns qui pega carona, vem de caminhão. Agora você no asfalto não é assim pegar carona não.

M.T.: E quando você acha alguma coisa errada, você reclama com turmeiro, como é que é? Resolve ô num resolve?

R.: Não, resolve na hora. Comigo num tem erro não né. Não, se eu ver que eu estou errado eu acerto e tudo bem né, eu num gosto de discuti também né. Fica mais ruim né. Porque a gente tá sempre precisando do turmeiro

M.T.: É você que procura ele ou ele que procura você?

R.: Não, ele procura a turma já. Igual, você num pode ir pra outro turmeiro também né. Você fica só em um.

M.T.: Ah tá, você tá com um turmeiro é só com ele que você vai?

R.: Só com ele. Você vai pra outro ele vai num quer.

M.T.: Ah, tá!

R.: Você entende né?

M.T.: Por quê você fala? Ele num quer?

R.: Não, é porque ele que a turma dele certinhas né. Não, mais seno serviço assim num tem nada haver, nesse serviço que nós trabalha, sem registrado. E eu trabalhando aqui e lá ele num deixa né. Porque seno fichado assim num pode mudar de serviço mais né. Igual, meus irmão eles é fichado, num muda de serviço não, é só aquele ali.¹³²

¹³²

Se analisarmos o trecho acima, podemos perceber que o trabalhador rural que vive condições de trabalho como as de Rivaldo tem apenas a figura do “gato” como escape para suas reivindicações. Como vemos, os trabalhadores não tem muita saída; ou ficam calados ante as condições a que estão submetidos ou se revoltam e, nesse caso, a saída é abandonar o trabalho sem direito a qualquer benefício. Para Rivaldo, manter uma boa relação com o “gato” é importante, pois garante a ele a possibilidade de trabalhar na colheita de diferentes cultivos, ao contrário de seu irmão que trabalha com carteira assinada, ficando seu trabalho restrito a apenas um empregador.

No momento da entrevista, Geraldo estava envolvido apenas com trabalhadores que vivem na informalidade. Nas lavouras de feijão, trabalhadores dispostos a essas relações de trabalho são necessários. Os fazendeiros, para fugir da legislação trabalhista necessitam que a colheita seja realizada em, no máximo, três dias. Esse é um modo de não se vincular a atividade da colheita como uma relação de trabalho baseada na legalidade.

É importante pensar que esses trabalhadores que trabalham na colheita de diferentes culturas cumprem um papel importante para os donos dos meios de produção. Se esses trabalhadores se dispusessem apenas ao trabalho em apenas uma espécie cultivada, o número de trabalhadores necessário seria consideravelmente maior. Percebemos que se essa relação de trabalho é economicamente imprescindível para a sobrevivência de trabalhadores como Rivaldo e seu pai, ela se mostra interessante e vantajosa do ponto de vista dos grandes produtores. Valendo-se de um pequeno contingente de trabalhadores que são informais em grande número, os proprietários do município conseguem realizar suas respectivas colheitas e acumular capital por meio da exploração do trabalho.

Geraldo afirma que a chegada de um grande número de trabalhadores na cidade está relacionada à chegada da Usina de Álcool. Se tomássemos como base, na construção do enredo, apenas sua narrativa, poderíamos incorrer em um erro grave. Era possível acreditar que a chegada da Usina seria a grande a grande motivação para ida de trabalhadores para a cidade. Contudo, o confronto de diferentes entrevistas nos permitiu perceber outras possibilidades.

Na busca por trabalhadores que estavam empregados no corte de cana descobri que havia apenas duas turmas de cortadores vivendo em Santa Juliana. Isso evidencia que as transformações nas relações de produção no município ocorreram de forma lenta e gradual. Os depoimentos de outros trabalhadores dão sustentação a esse argumento na medida em que

os entrevistados que chegaram primeiro à cidade – como, por exemplo, Rivaldo, Tarcísio, Geraldo e Pedro Bispo – chegaram em anos diferentes, entre 1997 e 2002.

No seu depoimento, Tarcísio narra as transformações que ocorreram na cidade de Santa Juliana tomando como referência sua relação com a mesma. Ao tratar aspectos de sua trajetória como trabalhador, ele apresenta a cidade a partir da sua vida. Assim, foi possível perceber como as transformações econômicas, políticas e culturais estão imbricadas e dão forma ao social.

Quando pergunto sobre sua profissão, Tarcísio me responde que trabalha como jardineiro. Conheci esse senhor na principal avenida da cidade, avenida essa que tem início na BR-452 e saída para uma estrada rural que conduz à cidade de Uberaba. É interessante notar que, naquele momento, ele fazia um trabalho de pedreiro em um cômodo comercial. Depois de uma breve conversa, agendamos uma entrevista para mais tarde, no mesmo dia. Conversando com Tarcísio, percebi que trabalhar apenas como jardineiro não era o suficiente para suprir suas necessidades. Sendo assim, depois que deixou de trabalhar como trabalhador rural dedicou a várias atividades na cidade: trabalhou como jardineiro, pedreiro, pintor, eletricitista, dentre outras atividades.

T.: “...cebola.... é.... essas coisas né. De hortaliça né. Verdura né. Mais como a cidade, da moda do outro, tava precisando de outras coisas a gente foi mudando o trabalho da gente né. Então é.... através daí a cidade evoluiu muito né! Cresceu bastante! Em termos quando eu cheguei aqui, em 97, a cidade de Santa Juliana tinha o que? Três mil habitante. Hoje Santa Juliana nós temos aqui hoje dezesseis, dezessete mil mais ou menos. Que mora aqui dentro da Santa Juliana hoje. A maioria dessas eu num sei. Deve ter que vota aqui deve ter umas onze mil pessoas. Então quer dizer que a cidade evoluiu bastante. E isso é muito importante pra nossa região. Eu penso isso né.”¹³³

Quando afirma que “a cidade evoluiu”, tem um peso forte no argumento de Tarcísio a questão do trabalho, sua trajetória como trabalhador, e o aumento populacional. Quando narra sua presença na cidade ao longo dos anos, ele enfatiza seu trabalho como forma de se colocar como participante do que chama de evolução. Podemos considerar que, ao relacionar a

¹³³ Tarcísio Pereira Domingues. Aos 38 anos de idade residia em Santa Juliana desde o fim da década de 1990. No momento da entrevista estava casado com uma mulher que conheceu em Santa Juliana e trabalhava como jardineiro. A entrevista foi realizada em 17/08/2011.

questão do trabalho ao aumento populacional, ele afirma a importância das centenas de trabalhadores que chegaram a Santa Juliana, advindos de outras regiões.

A chegada de trabalhadores ao município de Santa Juliana está também relacionada à instalação da Agroindustrial Santa Juliana AS. A princípio, de propriedade do grupo comercial do Estado de Pernambuco, o Grupo Triunfo; posteriormente, no ano de 2006, a empresa foi adquirida pela BUNGE, uma multinacional disposta a dominar parcela da produção de álcool e açúcar, a partir da cana e da exportação do produto no Brasil.

No início desse capítulo apresentamos a existência de dois planos elaborados com vistas à necessidade de preservação do meio ambiente em Santa Juliana. No ano de 2003 foi elaborado, com a consultoria de dois professores do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), o “Plano básico de sustentabilidade e projeto de gerenciamento ambiental para o município de Santa Juliana-MG – Prefeitura Municipal de Santa Juliana; Administração 2001-2004”. O mandato de Prefeito de Santa Juliana era então ocupado por Marcos Araújo Barbosa, vice-prefeito na gestão anterior (1997-2000), na qual já havia sido elaborado o primeiro plano direcionado ao meio ambiente do município.

Esse documento pretende ser uma contribuição ao desenvolvimento sustentável do Município de Santa Juliana e foi desenvolvido a partir de pesquisas do IGUFU sob a orientação dos professores Dra Denise Labrea Ferreira e Dr. Luiz Nishiyama. Sua elaboração só foi possível por contar com a colaboração do Secretário Municipal de Meio Ambiente, Marcos Magno da Gama – Prefeitura Municipal de Santa Juliana.¹³⁴

Novamente a questão ambiental aparece nas discussões presentes na elaboração; entretanto, não mais com a noção de preservação do meio ambiente como no primeiro plano, mas é ela apresentada agora já sob a denominação “desenvolvimento sustentável”.

Na “Introdução” do documento os autores chamam a atenção para a realização da ECO-92 no Rio de Janeiro. O interesse aparece não em relação à conferência em si, mas a “um dos principais produtos desta conferência”, a “Agenda 21”, já mencionada no início do capítulo como concebida durante Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. “Nesta Agenda ficaram estabelecidas as políticas setoriais de fomento econômico à agricultura, à indústria, aos transportes, à gestão dos recursos naturais para

¹³⁴ Plano básico de sustentabilidade e projeto de gerenciamento ambiental para o município de Santa Juliana-MG – Prefeitura Municipal de Santa Juliana; Administração 2001-2004, p. 2.

integrá-las ao meio ambiente e foi proposto que cada país, estado e município elaborasse sua agenda específica”¹³⁵.

É interessante perceber que uma das metas estabelecidas para o município de Santa Juliana presente no Plano básico de sustentabilidade e projeto de gerenciamento ambiental para o município de Santa Juliana-MG produzido no ano de 2003 é o “aumento do sentimento de auto-estima da comunidade”¹³⁶. Entretanto, se contrapormos essa afirmação aos depoimentos tanto de Rivaldo quanto ao do Senhor Rui de Deus¹³⁷, percebemos que nem todos os moradores ficaram à vontade com as transformações que ocorreram no município e mesmo os trabalhadores que chegam ao município sentem dificuldade de serem aceitos como moradores.

No diálogo com esse trabalhador foi possível perceber que a relação dos trabalhadores que migram para a cidade com parte dos moradores mais antigos desta, bem como com o poder público, não se dá de forma muito amistosa. O momento inicial na cidade é lembrado como um período no qual é difícil estabelecer vínculos afetivos. Rivaldo diz que as amizades construídas posteriormente se deram com pessoas que, de algum modo, possuem ou possuíam trajetórias parecidas com a sua:

M.T.: E quando vocês chegaram aqui como que foi a relação com as pessoas do lugar?

R.: Nós foi (sem compreensão) muito pouco né. Agora nós tem muito amigo aqui também.

M.T.: Tem o que?

R.: Muito amigo

M.T.: É?! Hoje tem muito amigo?

R.: Muito amigo uai! É, tem uns que vai embora, depois sai uns vem outros, é assim.

M.T.: E qual que é a importância dessa amizade que vocês constrói na cidade, pra você? Qual que é a importância disso?

¹³⁵ Plano básico de sustentabilidade e projeto de gerenciamento ambiental para o município de Santa Juliana-MG – Prefeitura Municipal de Santa Juliana; Administração 2001-2004, p. 7.

¹³⁶ Plano básico de sustentabilidade e projeto de gerenciamento ambiental para o município de Santa Juliana-MG – Prefeitura Municipal de Santa Juliana; Administração 2001-2004, p. 18.

¹³⁷ Rui de Deus. Morador nascido e criado na cidade de Santa Juliana. Entrevista realizada em 01/09/2009.

R.: Rapaz, é muito importante a gente ter amizade assim né, porque... igual tem muita gente que a gente gosta assim né, os que ajuda a gente.... É por isso aí. Quando precisa da gente a gente ajuda, daí é muito importante pra nós né. Igual, tem um povo lá na vila lá né, eu vou todo dia. Tem pouco tempo que eu fiz amizade com eles sabe, tem uns vinte dia mais ô menos.¹³⁸

Podemos perceber que as tensões presentes em tal relação orientam a narrativa e a conduta de Rivaldo, que atribui à amizade um papel importante para a sobrevivência no local.

A dificuldade em estabelecer um diálogo amigável com parte dos moradores de Santa Juliana por parte dos trabalhadores rurais migrantes pode ser percebida em outras entrevistas. Outras narrativas apontam-nos a dimensão do problema quando permitem interpretarmos tal relação como sendo constituída em um clima de muita desconfiança. Algumas pessoas da cidade, residentes mais antigos, apontam os trabalhadores migrantes como responsáveis por um possível declínio do local. Exemplificam tal acontecimento com o aumento da criminalidade, por exemplo. O aumento do consumo e comercialização de drogas, bem como do número de roubos e assassinatos são elementos levantados com frequência.

M.T.: Mais o Sr. acha que trouxe beneficio pra cidade quando começo a vim pessoas de fora?

R.: Traz beneficio por uma parte e prejuízo por outra parte. Tem, ninguém mais tem sossego. Hoje as pessoa num tem sossego. Quem é nascido e criado na cidade. Tá acostumado com a cidade. É... as pessoa aqui junta dinheiro. Você vê um cara igual eu bato o olho em você eu num sei se você num presta, se você é bom, ninguém conhece ninguém, certo. Agora você tá aqui na cida... eu te conheço desde que você nasceu. Não, então eu posso confiar em você. Eu sei da sua vida. Sei que você num fez nada de errado. Às vezes algum dia você pode até fazer, mais você nunca fez. Ó esse pessoal, ó tanto que vai lá, você num conhece nenhum deles. Você vai confiar neles!? Tem gente que já mato, já robô. Às vezes tá aqui até corrido. Então tá... todo mundo que chega aqui, chegou pessoal estranho aqui a polícia bate eles, vai em riba e quer documento, pede a ficha deles. É raridade eles num pegar, a não sê que eu chegue aqui e num vá nesses buteco, nessas boca mais... ficar só num lugar de boa, tranquilo, a policia num vai... mais se ficar nesses barzinhos da cidade pede documento e puxa a ficha.¹³⁹

¹³⁸ Rivaldo Cícero. Trabalhador rural residente na cidade. Entrevista realizada no dia 01/09/2009.

¹³⁹ Rui de Deus. Morador nascido e criado na cidade de Santa Juliana. Entrevista realizada em 01/09/2009.

Esse trecho foi extraído de uma entrevista realizada com o Sr. Rui de Deus. Com 47 anos¹⁴⁰, nascido e criado na cidade, o Sr. Rui alega que, com a vinda dos migrantes, a tranquilidade do local deixou de existir. É possível entender a partir de tal narrativa que os modos de vida que compunham o enredo da cidade têm sofrido grandes transformações. Podemos perceber ainda que a relação entre o aumento da criminalidade e a vinda de pessoas de outras regiões para a cidade é direta. Portanto, tem grande influência no comportamento do Sr. Rui. Entretanto, ao contrapormos a fala do Sr. Rui com a de Rivaldo, surgem indícios de que ocorre uma generalização por parte de alguns moradores mais antigos com relação às pessoas vindas de outras localidades. Termos como “maranhense”, “esse povo aí”, dentre outros, são utilizados com frequência por pessoas da cidade em referência aos migrantes.

O depoimento de Rivaldo aponta uma espécie de segregação entre os habitantes da cidade. Uma divisão entre os migrantes e os moradores de direito que termina por influenciar no estabelecimento das relações sociais. Ao tomarmos como representativa a narrativa de Rivaldo, pode-se dizer que a maioria das pessoas que migraram e/ou migram para a cidade o fazem em busca de trabalho. Sendo assim, o que nos aparece como uma das possibilidades de interpretação trata-se da necessidade de serem respeitados enquanto sujeitos honestos e trabalhadores, dos quais as pessoas “num deve pensar mal assim não né”:

M.T.: A maioria que tá morando lá é gente que veio de fora também?

R.: Gente que veio de fora. Eles fala o lado de lá é mais maranhense né, esse povo de fora assim.

M.T.: É?

R.: A maioria né, dividido né. A cidade aqui ficou dividida!

M.T.: Ficou dividida a cidade?

R.: É o que muitos fala né.

(entre as duas últimas frases e a próxima estamos falando ao mesmo tempo)

M.T.: Por que você fala?

R.: Eles fala que é mais número é de maranhense né

M.T.: É?

¹⁴⁰ A falta de informações que nos apresente melhor quem é o Sr. Rui é devido a entrevista ter sido realizada no momento em que o entrevistador estava aguardando o ônibus para retornar à sua casa em Uberlândia. O Sr. Rui chega ao local faltando aproximadamente 15 minutos para a chegada do ônibus.

R.: É o que eles fala né. Igual, eu mesmo sô do Ceará, eu e minha família.

M.T.: E... você fala que é dividida por quê? Como assim dividida? É... as pessoas que vem de fora elas num são muito bem recebida?

R.: Tens uns capaz que não né. Tem uns que a polícia quer embaçar também né. Pensa que veio pra roubar também né. Mais eles num deve pensar mal assim também não né. E a polícia daqui também tá embaçada hein?¹⁴¹

A família de Rivaldo conseguiu construir sua casa há aproximadamente oito meses. Quando digo construir, quero dizer que eles são participantes em todo o processo de construção: financiaram o terreno, os materiais para a realização da obra e levantaram a casa eles mesmos. Em relação ao período em que se mudou do centro da cidade para a sua casa, localizada agora em um loteamento realizado pela prefeitura, Rivaldo afirma que “[...] o bairro lá era poucas casa também né. Agora tem um monte de casa. Muita casa lá. E lá tá só aumentando, o povo só construindo agora”¹⁴². O crescimento das demandas por moradia informa sobre a necessidade de um crescimento físico de Santa Juliana, da cidade em si, ocasionado pelo grande aumento populacional. No entanto, o mais importante é que Rivaldo, ao falar desse aumento das construções, relaciona-o diretamente a uma espécie de segregação que vem ocorrendo aos trabalhadores, principalmente aos migrantes, uma divisão que vai muito além do fato de ser física, impondo-se à moral e à conduta dos trabalhadores, constituindo uma tentativa de estabelecer os lugares a serem frequentados.

Disso decorre que, ao sair às ruas, os trabalhadores migrantes devem estar sempre atentos às suas ações, pois as represálias partem tanto do poder público quanto daqueles moradores que se vêem como os verdadeiros habitantes da cidade. Por outro lado, também os moradores modificam os modos de se organizar quando há o convívio com os trabalhadores. Desse modo, pode-se dizer que tanto o aumento da criminalidade quanto a divisão entre “moradores” e “maranhenses” compõem um campo de relações que se constitui enquanto alicerce para a construção cotidiana das vivências na cidade.

Parece que a ideia de “urbanizar” Santa Juliana caminha no sentido de ser uma ação dos administradores do município para agradar os olhos daqueles que viriam de outras regiões, principalmente os grandes produtores. Como podemos perceber, o processo de

¹⁴¹ Rivaldo Cícero. Trabalhador rural residente na cidade. Entrevista realizada no dia 01/09/2009.

¹⁴² Rivaldo Cícero. Trabalhador rural residente na cidade. Entrevista realizada no dia 01/09/2009.

urbanização do município de Santa Juliana foi engendrado pelas transformações nas relações de trabalho e produção na cidade. Somos, de algum modo, induzidos a pensar que urbanização é sinônimo de industrialização. No caso de Santa Juliana, percebemos que a industrialização do município atende às necessidades agropecuárias sendo que as principais atividades econômicas realizadas surgiram a partir da necessidade imposta por tais necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender como um projeto se torna hegemônico socialmente e passa a compor o cotidiano das pessoas alterando modos de vida, criando novos hábitos e moldando os já existentes, foi, talvez, um dos principais objetivos deste trabalho. A questão ambiental que passa, na segunda metade do século XX, a orientar as discussões em torno das diretrizes políticas a serem seguidas com relação, aparentemente, às formas de explorar recursos naturais, é traduzida na maioria dos discursos no que tem sido chamado de desenvolvimento sustentável. Foi possível perceber que a questão ambiental, neste período, *“passa a ser vista como fator de decisão política, apontando-se para a necessidade de criação de instrumentos que possibilitassem compatibilizar desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.”*¹⁴³

Como vimos, a concepção de desenvolvimento sustentável coloca em destaque principalmente, as orientações sobre os modos de se produzir. Mesmo que sejam as pessoas a realizarem, sob vários aspectos, a produção, as camadas populares, os trabalhadores em geral não participam da elaboração das diretrizes políticas. Depois de impostas, eles respondem criando estratégias para lidar com as implicações sociais recorrentes da efetivação de determinados projetos. Portanto, mesmo que não haja grande participação popular durante a elaboração das orientações políticas a respeito das transformações que ocorreram no município de Santa Juliana, as formas com que as pessoas reagem a implementação destas ajudam a moldá-las.

Todo trabalho proposto como científico, seja produzido por um historiador ou não, não deve ser apresentado como uma conclusão, mas antes como uma possibilidade de construção ou mesmo desconstrução. Nesse sentido, escrever as considerações finais não tem sido nada fácil, principalmente por acreditar que um trabalho historiográfico deve ser tratado como um caminho para se pensar o social e não como uma pesquisa pronta e acabada. Nesse caso, estaríamos atrofiando seus resultados e possíveis contribuições sociais.

¹⁴³ Minas Gerais: a conspiração mineira na esfera ambiental. In: **A Ambientalização dos conflitos sociais**. LOPES, José Sergio Leite (coordenador). ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia (Orgs). Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, UFRJ, 2004. p. 155.

Sendo assim, gostaria de pensar não sobre os apontamentos realizados ao longo da dissertação, mas sim sobre as lacunas que permanecem e poderiam servir de orientação para compor o enredo da mesma.

Agora, depois de “concluída” a pesquisa, foi possível compreender que o problema diante da dificuldade de enfrentar as estruturas sociais que compõe o alicerce sobre o qual ocorrem as relações entre as pessoas, está relacionado também com a necessidade de trabalhar os conceitos com os quais lido ao longo do processo, principalmente, da escrita pesquisa. Um exemplo seria a noção de trabalhador rural, acredito que tenha conseguido definir relativamente o que compreendo a respeito da mesma, no entanto, falta maior embasamento bibliográfico, falta colocar em movimento a elaboração desta noção, como ela tem sido apresentada historiograficamente. Falta uma discussão bibliográfica mais consistente a partir da qual os conceitos e noções fossem problematizados levando em consideração diferentes possibilidades de interpretação sobre os mesmos.

Uma das ausências mais sentidas até aqui está relacionada aos produtores rurais do município de Santa Juliana. A partir das entrevistas com os trabalhadores foi possível refletir minimamente sobre aspectos que compõe a trajetórias destes produtores, entretanto, por acreditar na produção de entrevistas como uma importante ferramenta na elaboração da pesquisa, a dificuldade em ter acesso a eles apareceu como um entrave para a própria escrita. De acordo com o depoimento das pessoas que moram em Santa Juliana, a grande maioria destes produtores veio de outros estados brasileiros, como por exemplo, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo. Contudo, a falta de diálogo com os mesmos dificultou na reflexão das motivações que os levaram ao município em questão. Na verdade, tal ausência provocou certa angústia no processo de elaboração da escrita pelo fato de que a todo o tempo questões relacionadas a eles impediam o desenvolvimento da mesma.

Por fim, esperamos que este trabalho possa contribuir minimamente para que outras pessoas, sejam elas pesquisadores ou não, consigam refletir e, ao mesmo tempo, criar estratégias, alternativas que permitam a construção de uma sociedade que consiga inverter ao menos estes valores que colocam aspectos econômicos e políticos antes mesmo dos sociais.

FONTES

ENTREVISTAS:

Cícero Messias Velasco – no momento da entrevista esse trabalhador era casado e tinha uma filha que também estava casada e não morava mais com o pai. Ele estava com cinquenta e cinco anos de idade e já havia se aposentado como pedreiro em Santa Juliana. A entrevista foi realizada na cidade de Santa Juliana no dia 04/12/2009.

Geraldo Marcondes Ribeiro – Vivia na cidade e trabalhava como “gato” (responsável pelo agenciamento das turmas que irão trabalhar nas lavouras). No momento da entrevista tinha 64 anos e era casado. Nascido em Santo Antônio do Amparo, deslocou-se para a cidade, saindo de Unaí, no final da década de 1990. A entrevista foi realizada no dia 01/09/2009.

João Cláudio da Silva – nascido na cidade o Sr. Cláudio está hoje com 65 anos. Hoje aposentado, passou toda sua vida no local. É casado. A entrevista foi realizada no dia 01/09/2009.

Pedro Bispo – trabalhador rural, o Sr. Pedro saiu da Bahia e, após passagem pela cidade de Coromandel, no Estado de Minas Gerais, fixou-se em Santa Juliana. Com 52 anos, ele é casado e vive na cidade há cinco anos. A entrevista foi realizada no dia 01/09/2009.

Ricardo Aparecido da Costa – no momento da entrevista ele estava com trinta e nove anos de idade, era solteiro e vivia com os pais. A função que ocupava naquele momento era a de porteiro da Escola Estadual Santa Juliana, sendo que durante sua trajetória passou por diferentes atividades de trabalho tanto no campo quanto na cidade. Entrevista realizada no dia 16/08/2011.

Rivaldo Cícero – trabalhava, no momento da entrevista, sem registro em carteira nas lavouras de feijão. Tem 20 anos, é solteiro. Nascido no estado do Ceará, vive hoje com a família em Santa Juliana. A entrevista foi realizada no dia 01/09/2009.

Sebastião Donizete Teixeira – no momento da entrevista estava com quarenta e seis anos, era casado e vivia com a mulher e o filho de, aparentemente, treze anos de idade. Nascido no ano de 1963 na zona rural do município de Santa Juliana mudou-se para a cidade, no mesmo município, no ano de 1986. Depois de se mudar para a cidade foi trabalhar na Prefeitura Municipal de Santa Juliana, trabalhou ali até o momento da entrevista, exceto no período

entre os anos de 1992, quando saiu da prefeitura devido a questões políticas (segundo ele o prefeito que tomou posse no ano de 1992, José Carneiro Naves, assim que assumiu o cargo demitiu todos aqueles que haviam se colocado contrário a sua eleição) e foi trabalhar como motorista, retornando em 1998 quando novamente era partidário do então prefeito, Afrânio Fernandes de Oliveira. Enquanto trabalhou na prefeitura realizou a atividade de operador de máquinas, foi eleito vereador para o mandato de 2001 a 2004, esteve à frente da Secretária do Meio Ambiente e, no momento da entrevista, exercia o cargo de motorista para o qual foi aprovado em concurso público. A entrevista foi realizada na cidade de Santa Juliana no dia 04/12/2009.

Tarcísio Pereira Domingues – aos 38 anos de idade residia em Santa Juliana desde o fim da década de 1990. No momento da entrevista estava casado com uma mulher que conheceu em Santa Juliana e trabalhava como jardineiro. A entrevista foi realizada em 17/08/2011.

OUTROS DOCUMENTOS

- Dados disponíveis no site do IBGE: “<http://www.ibge.gov.br>”.
- Plano Municipal para o Meio Ambiente de Santa Juliana – Gestão de 1997 a 2000.
- Plano básico de sustentabilidade e projeto de gerenciamento ambiental para o município de Santa Juliana-MG – Prefeitura Municipal de Santa Juliana; Administração 2001-2004.
- Santa Juliana. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro – RJ, 1959.
- “*Santa Juliana Traçando seu Rumo*”. Revista produzida pela Prefeitura Municipal de Santa Juliana – Gestão 1997-2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de.; MORAIS, Sérgio Paulo.; RESENDE, Renata Carolina. Apresentação – Transformações sociais e questões ambientais na região do Triângulo Mineiro. Revista História e Perspectivas, nº 41, Uberlândia, UFU, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CALVO, Célia R.; CARDOSO, Heloisa H. P.; ALMEIDA, Paulo R.. Trabalho e Movimentos Sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: CARDOSO, Heloisa H. P.; MACHADO, Maria Clara T. (orgs.). História: Narrativas plurais, múltiplas linguagens. Uberlândia: Edufu, 2005.

DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. Coleção Debates. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FENELON, D. R.; MACIEL, L. A.; ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A. (Orgs.). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo/SP: Olho D'Água. 2004.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social. **Projeto/História**, São Paulo, n. 10, pp. 12-31, 1994.

_____. **O Historiador e a Cultura Popular: história de classe ou história do povo?** **Projeto História**, São Paulo, n. 4, p. 05-23, 1991.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**. Lisboa: Presença, 1973.

INÁCIO, Juliana Lemes. “A gente tem que ficar onde tem serviço”: memória e experiência de trabalhadores no distrito de Tapuira, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MACIEL, Laura A.; ALMEIDA, Paulo R.; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Outras Histórias: Memórias e linguagens**. São Paulo: Olho D’Água, 2006.

MIRANDA, Luciana Lilian de. *Adeus ao Jeca Tatu: proprietários rurais de Uberlândia, MG, vivenciando a política agrícola modernizadora, 1960-1985*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

PECHMAN, Robert Moses (Org.). **Olhares sobre a Cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**: Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, n. 2, p. 53-72. dez. 1996.

_____. O que faz a história oral diferente. In: Revista Projeto História n. 14. São Paulo, 1997.

RESENDE, Renata Carolina. *Os trabalhadores da cana sob múltiplos olhares: instituições, narrativas e interpretações. Centralina e Araporã – MG (1980-2009)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SAMUEL, Raphael. História Local, História Oral. **Revista brasileira de história**, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 9, n. 19, p. 219-243. set. 1989/fev. 1990.

_____. Teatros da Memória. **Projeto-história**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, n. 14, p. 41-81. 1997.

SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias**. São Paulo, EDUSP, 1997. THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Senhores & Caçadores**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Trad. de Waltensir Dutra. Editora: Copyleft, 2009.

_____. **Costumes em Comum**. Estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na História e na Literatura**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

_____. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 197